

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

WILSON LUCONI JUNIOR

**No Lixo? Na Arte? Um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em
Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT**

São Leopoldo - RS

2011

WILSON LUCONI JUNIOR

**No Lixo? Na Arte? Um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em
Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
da UNISINOS como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Marília Veríssimo Veronese

São Leopoldo - RS
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

L941n Luconi Junior, Wilson.

No lixo? Na Arte? : um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em empreendimentos de economia solidária em Tangará da Serra-MT / Wilson Luconi Junior. -- 2011.

105 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Marília Veríssimo Veronese.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, 2011.

Inclui bibliografia.

1. Economia solidária. 2. Consciência política. 3. Catadores – Tangará da Serra - Mato Grosso. 4. Artesãos – Tangará da Serra - Mato Grosso. 5. Cooperativas. I. Título.

CDU 334.73.021 (817.2)

Ficha Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Jordan Antonio de Souza - CRB1/2099

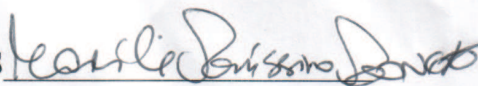
Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N.º 08/2011**

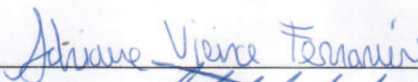
Aos 29 dias do mês de abril de 2011, realizou-se na sala 1 E 100, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, a Sessão Pública da Defesa de Dissertação intitulada “**No Lixo? Na Arte? Um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT**”, apresentada pelo mestrando **WILSON LUCONI JUNIOR**. A Comissão Examinadora foi constituída pela Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese [orientadora], Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini e Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval – PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após o desenvolvimento dos trabalhos de apresentação oral e arguição dos componentes da Banca, a Dissertação foi considerada APROVA DA de acordo com os seguintes conceitos atribuídos pelos professores: Marília Veríssimo Veronese A, Adriane Vieira Ferrarini A e Salvador Antonio Mireles Sandoval A. O diploma de Mestre será expedido pela Universidade após o encaminhamento da cópia final da dissertação impressa, encadernada em capa dura e uma cópia eletrônica. A entrega da dissertação deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias a contar desta data, na Secretaria Compartilhada da Pós-Graduação, da Área de Ciências Humanas.

Comissão Examinadora:

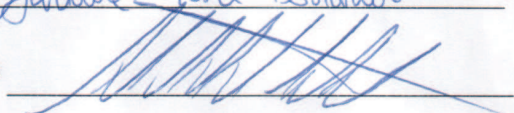
Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese [orientadora] - UNISINOS



Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini - UNISINOS



Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval – PUCSP



São Leopoldo, 29 de abril de 2011.

Enquanto você
Se esforça pra ser
Um sujeito normal
E fazer tudo igual...

Eu do meu lado
Aprendendo a ser louco
Maluco total
Na loucura real...

Controlando
A minha maluquez
Misturada
Com minha lucidez...
Vou ficar

Ficar com certeza
Maluco beleza
E esse caminho
Que eu mesmo escolhi
É tão fácil seguir
Por não ter onde ir...

Raul Seixas

Dedico esta dissertação à memória de meu irmão Rodrigo Luconi, que comigo cresceu e me ajudou a ser quem eu sou hoje, que partiu sem participar de mais essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Nunca conquistamos objetivos sem a rede de energia das pessoas que nos envolvemos no decorrer do caminho. Essa dissertação tem valiosas contribuições.

Ao grupo da Coopertan e da Artetan, pois permitirem essa aproximação e o compartilhamento de ideias e troca de aprendizado propiciado por essa relação.

A minha colega e orientadora Marília, que sempre superando as expectativas, mostrou-se disponível oferecendo apoio e palavras de incentivo e confiança.

A minha amada companheira Maila, que me acompanhou nessa jornada, tendo paciência e aprendendo a viver com minha ausência.

A minha mãe, por sempre acreditar e incentivar, sempre apoiando e colaborando como somente uma verdadeira mãe consegue fazer e ao meu irmão Ricardo pelas trocas de ideias.

Aos meus colegas e companheiros do mestrado, Fábio e Pagel, pela companhia e pelas trocas intelectuais, pelos bares de São Leopoldo e ao grupo da Pousada pela companhia e pelas jantãs: Fabiana, Márcia, Nilso, Fausto, Zé e Natália, e a todos demais colegas do Minter.

Ao professor e amigo Carlos Gadea, pelas importantes contribuições intelectuais e, principalmente, pela amizade e companhia.

Ao Amigo Sandro Sguarezi, por ter me inserido e apresentado esse campo da Economia Solidária que hoje é parte de minha vida, e por ter sempre me apoiado dando ideias sobre pesquisas e trabalhos.

Ao Amigo Delvisson, pela amizade, companheirismo e pela ajuda financeiro na etapa inicial e final dessa jornada

Ao pessoal da PUC, que inicialmente contribui no projeto: Salvador Sandoval, Moses e Domenico.

E à Fapemat, pelo convênio com a Unemat e Unisinos com o provimento da bolsa.

O Tempo

A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa.

Quando se vê, já são seis horas!

Quando se vê, já é sexta-feira!

Quando se vê, já é natal...

Quando se vê, já terminou o ano...

Quando se vê perdemos o amor da nossa vida.

Quando se vê passaram 50 anos!

Agora é tarde demais para ser reprovado...

Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.

Seguiria sempre em frente e iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas...

Seguraria o amor que está a minha frente e diria que eu o amo...

E tem mais: não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de tempo.

Não deixe de ter pessoas ao seu lado por puro medo de ser feliz.

A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, nunca mais voltará.

Mario Quintana

RESUMO

A dissertação discute a economia solidária com foco na consciência política dos sujeitos participantes nos empreendimentos solidários, dos segmentos de coleta e separação de resíduos sólidos e artesanato. Descreve e analisa elementos da consciência política, através de sete dimensões, conforme proposto por Sandoval (1994), sendo elas: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas; interesses antagônicos e adversários, eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente e ações e objetivos do movimento social. Para contribuir nesta discussão foram apresentadas articulações teóricas sobre a economia solidária, a compreensão do sujeito, movimentos sociais e consciência política. A pesquisa consiste em um estudo de caso de cunho exploratório, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas individuais, grupos focais e observações do pesquisador. Os empreendimentos selecionados foram: Coopertan – Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT e a Artetan – Associação dos Artesãos de Tangará da Serra-MT. A análise consistiu em categorizar os discursos dos sujeitos através das dimensões da consciência política. Os resultados apontam que os empreendimentos são um espaço possível de politizar a sobrevivência através da prática da autogestão e da formação que ela demanda; que as identidades em geral são construídas através de relações de parentesco e de liberdade no trabalho e que a luta dos cooperados é contra o sistema capitalista que os exclui do mercado de trabalho. Indicam também que eles encontram, nos espaços do empreendimento, significativo apoio e solidariedade. Esse trabalho, que compartilha da própria vida, evidenciou aspectos da formação política engendrada na esfera do trabalho, ou seja, uma politização *da e para a* sobrevivência.

PALAVRAS CHAVES: Economia Solidária, trabalho, consciência política, catadores, Artesãos

ABSTRACT

The dissertation discusses the solidary economy with focus on political awareness of individual participants in the social economy enterprises. It describes and analyzes this political consciousness through seven dimensions as proposed by Sandoval (1994), like: the collective identity issue; beliefs, values and expectations; conflicting interests and opponents; political effectiveness; justice and injustice feelings; wish of acting collectively and the social movement actions and aims. It was presented some theoretical articulations of the solidarity economy to contribute to this discussion, the question on the understanding of the subject, some theories on social movements and, finally, on political consciousness. The research consists in an exploratory case study, whose data were collected through individual interviews, focus groups and observations. The selected groups were: Coopertan – Production Cooperative of Recyclable Material of Tangara da Serra, MT and Artetan - Craftsmen Association of Tangara-MT. The analysis consisted of categorizing the speeches by the dimensions of the political consciousness. The results indicate that the enterprises are a possible space of politicizing the survival, through self-management and training; identities are often constructed through relations of kinship and freedom at work and the struggle of cooperative members is against the capitalist system, that excludes them from the labor market. Also indicate there are, in enterprises, spaces of support and solidarity. This essay which shares the own life has presented policy formation aspects, i.e., a politicization of and for the survival.

KEYWORDS: Solidary Economy, Work, Political Consciousness, Scavengers, Craftsmen

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características dos Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT	3
Quadro 2: Mapa da estrutura ação das sociedades capitalista no sistema mundial.....	19
Quadro 3: Mapa de estrutura-ação do espaço-tempo da Economia Solidária.....	21
Quadro 3: Dimensões da consciência política.....	36
Quadro 5: Caracterização dos Entrevistados	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema Teórico da Pesquisa.....	42
Figura 2: Esquema Metodológico da Pesquisa.....	51
Figura 3: Idade dos participantes.....	53
Figura 4: Gênero dos participantes.....	53
Figura 5: Escolaridade dos Participantes.....	54
Figura 6: Estado Civil dos Participantes.....	55
Figura 7: Número de filhos dos participantes.....	55
Figura 8: Tempo de participação no Empreendimento	56
Figura 9 Fotos da Coopertan	57
Figura 10: Esquema das dimensões da consciência política na coopertan.....	74
Figura 11: Moveis produzidos a partir de Pneus	76
Figura 12: Esquema das dimensões da consciência política na Artetan	88
Figura 10: Esquema Comparativo das dimensões da consciência política	90

SUMÁRIO

APROXIMAÇÃO AO TEMA	3
Introdução	10
1. A Economia Solidária	11
2. O Sujeito	21
3. Movimentos Sociais	28
4. Consciência Política	33
5. Articulando conceitos: o sujeito, a economia solidária e o conhecimento-emancipação	39
6. METODOLOGIA	43
6.1 Relevância do Estudo.....	43
6.2 Problema de Pesquisa.....	49
6.3 Técnicas de coleta e análise de dados.....	49
6.4 Caracterização dos Entrevistados.....	52
7. Cooperando o Viver: Um estudo de caso da Coopertan	57
7.1 As Dimensões da Consciência Política.....	62
7.1.1 Identidade Coletiva.....	62
7.1.2 Crenças societárias, valores e expectativas.....	67
7.1.3 Interesses antagônicos e Adversários.....	69
7.1.4 Eficácia Política.....	70
7.1.5 Sentimentos de Justiça e Injustiça.....	71
7.1.6 Vontade de Agir Coletivamente.....	72
7.1.7 Ação e Objetivos do Movimento Social.....	73
8. Cooperando A CRIATIVIDADE: Um estudo de caso da Artetan	75
8.1 As Dimensões da Consciência Política.....	75
8.1.1 Identidade Coletiva.....	75
8.1.2 Crenças societárias, valores e expectativas.....	79
8.1.3 Interesses antagônicos e Adversários.....	81
8.1.4 Eficácia Política.....	82
8.1.5 Sentimentos de Justiça e Injustiça.....	84
8.1.6 Vontade de Agir Coletivamente.....	84
8.1.7 Ação e Objetivos do Movimento Social.....	86
9 Considerações finais	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICE 1: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	103

APROXIMAÇÃO AO TEMA

O município de Tangará da Serra-MT, com aproximadamente 85 mil habitantes de acordo com IBGE 2010, conta com uma diversidade de atividades que geram renda ao município, não dependendo exclusivamente da agricultura. A partir de 2004, iniciou-se na cidade uma ampla discussão sobre economia solidária e houve aprovação de lei de incentivo e a criação de um núcleo de participação social e economia solidária. No Fórum Municipal de economia solidária realizou-se um levantamento dos empreendimentos locais e foram mapeados onze empreendimentos, sendo oito associações, duas cooperativas e um grupo informal, cujos os participantes informaram o que segue na tabela abaixo:

Quadro 1: Características dos Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT

Nome	Asso- ciados	Produtos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Coop. de prod. de Material Reciclavel de Tangara-COOPERTAN	21	Seleção e comercio de material reciclável	- consciência de cooperativa - consciência de trabalho organizado - possibilidade de aumento na produção	- pessoas discriminam por trab c/ lixo - necessitam de caminhão e prensa - não dão conta de todo o material - aumentar quadro de cooperados
Coop.. Mista de Prod.. Com. E Serviços Alto da Serra – COMPROSC	70	Mandioca e derivados de mandioca, abacaxi, banana, fécula e polpa de frutas	- Já Comercializa os Produtos	- Necessita de Planejamento - Pessoas não Acreditam nos produtos solidários - necessita de capacitação dos líderes
Grupo Mandala Viva	20	Artesanato em geral	Grupo se organizando	
Associação Nova Conquista	21	Leite, banana, abacaxi, frango semi-	Já produz e comercializa Mantêm famílias no campo	- Há inadimplências nos financiamentos - Falta capacitação de lideranças

		caipira		- Dificuldades de organizar pessoas em grupo UNEMAT se comprometer com o empreendimento
Associação Tangaraense de Empregadas Domésticas	200	Serviços Domésticos		- Passa por dificuldades - Precisa de sede própria
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Agrovila III	35	Horti-fruti-granjeiros, porco, gado, leite	- Estão produzindo e comercializando - Projeto do mini-abatedouro de frango - mantêm o produtor rural no campo	- Assentamento das terras dividido de forma errada.
Associação das costureira e bordadeiras de Tangará da Serra	22	Bordados		- Convivência das pessoas é muito difícil, desentendimentos
Associação Tapirapuã	201	Carne bovina e cereais		- Falta de apoio do poder público para o desenvolvimento de projetos
ARCA - Associação da	-	Artesanato em fibra da bananeira	- Não deu para perceber	- Precisa desenvolver e consolidar
Artetan	50	Artesanato	- Possuem a casa do artesão dentro da secretaria de cultura - Já produzem e comercializam	- Ter sede própria
Associação Feminina do assentamento Antônio Conselheiro	60	Tapetes de retalhos de tecido	- Tem sede própria - Tem 5 máquinas de costura - Produção coletiva - Comercialização individual	- Resolver problemas internos de relacionamento entre as pessoas - O grupo não tem conhecimento das ações da associação

Extraída da ata 4ª ata da plenária do Fórum de Economia Solidária de Tangará da Serra, realizada em 06 de julho de 2008. Adaptada pelo autor

Esses empreendimentos participantes do fórum, em sua maioria, são da área rural e de assentamento. As ações de fortalecimento dessas iniciativas são influenciadas por projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos pela Unemat através do Núcleo de Pesquisa da Complexidade no Mundo do Trabalho – Necomt. Diversas possibilidades surgiam no campo do associativismo e cooperativismo popular no município assim como desenvolvimento de ações por parte da universidade onde inicio minha inserção nesses grupos. Inicialmente, acompanham-se os empreendimentos da zona rural, posteriormente, o interesse e a necessidade voltam-se aos grupos urbanos, e é nesse momento que conheço o grupo de catadores que trabalha no aterro sanitário e também o grupo de artesãos.

Os dois grupos selecionados para compor a investigação são a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT - COOPERTAN e a Associação dos Artesãos de Tangará da Serra-MT – ARTETAN, grupos tradicionalmente conhecidos no município. O grupo catadores da cooperativa de separação de resíduos sólidos - COOPERTAN, sempre contou com o interesse político local e da comunidade, devido a sua importância e relevância social e ambiental, em uma luta pela sobrevivência em meio a um ambiente tão hostil.

Inicialmente, trabalhavam diretamente no aterro sanitário, tendo criado uma associação com apoio da prefeitura e, posteriormente, formalizaram suas atividades através da criação de uma cooperativa com o apoio do poder público e da Universidade do Estado, através do núcleo de Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho – Necomt.

A Associação dos Artesãos também possui um histórico de luta por espaço público para comercialização dos artesanatos produzidos e para fortalecer a classe de trabalhadores do artesanato. Alguns produtos artesanais levam a imagem da cidade e da região, tais como o pássaro Tangará e a cachoeira Salto das Nuvens, fortalecendo, nesse sentido, a identidade local do município. Esse grupo iniciou suas atividades através de uma sala com locação paga pela prefeitura. Posteriormente, conseguiram uma sala junto à secretaria de educação e cultura, que utilizam para reuniões, cursos e para estocar materiais. Possuem, também, um espaço na praça central para comercialização dos produtos, e a última conquista foi a construção de 3 casas de madeira na praça central da cidade.

A escolha por esses empreendimentos deu-se por: a) serem tradicionalmente conhecidos na região, tendo um histórico significativo de luta por espaços municipais para geração de renda. b) pela relevância social desses empreendimentos que envolvem cerca de sessenta pessoas, das quais muitas dependem exclusivamente da renda gerada pela participação no empreendimento. c) pelas diferenças na prática laboral, ou seja, um grupo

trabalha com o “lixo”, outro grupo com a arte, assim há um interesse em compreender como essa prática afeta a participação política dessas pessoas e d) pelo acesso do pesquisador a tais empreendimentos, tendo em vista a relação já existente. Essa relação foi desenvolvida por atuar como professor e pesquisador voluntário nesses empreendimentos, junto aos quais realizava reuniões, encontros e participava das assembleias.

O Necomt, como parte estratégica de desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos de economia solidária local e regional passou a abrigar o Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Agroecologia-GAFA, criado ainda em 2003. Em 2006, passou a abrigar o Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo de Trabalho - GDRS (certificado no CNPq no mesmo ano). O objetivo do GDRS é: Geração de conhecimento e tecnologia social a partir da indissociabilidade entre: Ensino, pesquisa e extensão. Como resultado, o grupo visa à socialização e à produção do conhecimento, à melhoria da qualidade de vida, à inclusão social e à promoção da autonomia dos Trabalhadores e dos Movimentos Sociais envolvidos com iniciativas de associativismo, cooperativismo, autogestão e educação e socioeconomia solidária. Com base na aplicação das tecnologias sociais, metodologias participativas e de incubação, o grupo vem desenvolvendo diagnósticos e intervenções e apoiando a criação e a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável sob os enfoques social, econômico, cultural, político e ecológico/ambiental.

Os resultados das pesquisas estão contribuindo de forma significativa para a criação de políticas públicas no âmbito municipal e estadual. O projeto de maior impacto social vinculado ao GDRS é o Projeto: Participação da UNEMAT no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS desenvolvido junto aos Catadores de Resíduos Sólidos do Aterro Sanitário de Tangará da Serra-MT, que originou, em conjunto com esses sujeitos, a criação da Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos no Município de Tangará da Serra - MT/COOPERTAN.

Essa relação e o contato com os grupos iniciaram-se no decorrer do ano de 2004, quando o grupo de pesquisa Necomt começava suas atividades de forma interdisciplinar, era formado por sete pesquisadores e professores das áreas de Agronomia, Administração, Sociologia, Psicologia e Pedagogia. O ponto em comum entre seus integrantes era desenvolver uma pesquisa com resultados para a autonomia de assentados e de participantes de empreendimentos populares. Através desse projeto de pesquisa, que visava realizar um diagnóstico social, ambiental e econômico na Gleba Triângulo, surgiu a oportunidade de

aproximação mais intensa com associações e cooperativas no assentamento. Devido à complexidade e abrangência do tema muitas reuniões foram realizadas para a construção de um questionário que contemplasse todos esses aspectos. Cada integrante contribuiu de alguma forma e, nesse processo, fui responsável por debater e construir o aspecto das relações interpessoais entre os moradores dessa comunidade, experiência publicada no segundo e terceiro volume da série educação e socioeconomia solidária em 2006 e 2009, respectivamente.¹

Outro aspecto relevante foi um evento realizado no município, no ano de 2005, que reuniu todas as iniciativas autogestionárias do município para discussão com pesquisadores nacionais sobre o tema da economia solidária. Esse evento já estava em sua terceira edição, sendo que a primeira foi em Cáceres-MT e o segundo encontro em Sinop-MT. Esses encontros aconteceram sempre com a intensa presença das pessoas envolvidas nos empreendimentos, assim como de pesquisadores e de representantes políticos. Esse terceiro evento realizado em Tangará da Serra, em 2005, foi o III EMESOL – Encontro Matogrossense de Educação e Sócio Economia Solidária, coordenado por mim com colaboração do grupo de pesquisa e da prefeitura.

Nesse evento, iniciou-se um processo de maior integração com os empreendimentos locais, com o tema e com os pesquisadores da área em nível nacional. Esse foi um importante momento tendo em vista ter vislumbrado um rico espaço para aliar o desenvolvimento acadêmico e pessoal. Após esse evento, os empreendimentos do município principiam a consolidação de um processo que já vinha ocorrendo. Entre os principais acontecimentos de consolidação é possível destacar a aprovação da Lei Municipal 2460/2005, que instituiu a política municipal de fomento à economia popular solidária no município de Tangará da Serra. Posteriormente, é aprovada a Lei Nº 2.752/2007, que cria o Núcleo de Participação Social e Economia Solidária, cujo objetivo consiste em organizar e integrar as ações voltadas ao cooperativismo e associativismo no município e a criação do Fórum Municipal de Economia Solidária.

¹ Zart, Laudemir. e Josivaldo C. Santos. Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade – Movimentos Sociais. Série Sociedade Solidária. Vol. 2. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006. Luconi, Wilson e Sandro B. Sguarezi. **Os Processos Grupais**: uma análise das relações interpessoais dos moradores da Gleba Triângulo. p. 129-135.

Zart, Laudemir et al. Educação e Sócio-Economia Solidária. Processos Organizacionais Socioeconômicos na Economia Solidária. Série Sociedade Solidária. Vol. 3. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2009. Luconi, Wilson; Sandro B. Sguarezi e Martins, Elei C. **Processos Grupais e autogestão**: uma análise acerca dos empreendimentos associativistas na Gleba Triângulo em Tangará da Serra-MT p. 67-85.

Assim, observando a interação *sujeitos x universidade x política local*, fenômeno com alto grau de complexidade, observada na vivência nesse universo, fui “afunilando” temas de interesse que trabalhava, estudava e participava também como sujeito do processo.

Um momento relevante de contato com o grupo de catadores ocorreu em 2007, quando foi realizada uma atividade junto ao grupo chamada de “cooperativa ideal x cooperativa real”, essa atividade propiciou uma aproximação e o desenvolvimento de uma relação de confiança entre o grupo e o pesquisador. Nesse dia, os sujeitos apresentaram uma certa discrepância entre o que desejavam para o trabalho e aquilo que eles já possuíam, pois perceberam que muitas coisas do ambiente de trabalho dependia deles e ficavam esperando melhorias advindas do poder público, tais como jardinagem do local, limpeza e arrumação do ambiente.

Após essa atividade, o grupo começou a demandar ajuda para colaborar na organização de algumas reuniões e assembleias. Um fato que começou despertar atenção foi a rotatividade de sócios, pois iniciavam suas atividades como catadores, permaneciam por um curto período e logo saíam do empreendimento. Em entrevistas e conversas, alegavam que um dos principais motivos é que começavam a trabalhar como catadores por estarem desempregados, mas tão logo conseguissem um trabalho abandonavam a cooperativa. Porém, há um grupo de aproximadamente dez pessoas que está no empreendimento há anos e permanece até os dias atuais. Interessante ressaltar que esse grupo remanescente é constituído por parentes ou tem uma amizade já consolidada e assim se apóiam mutuamente.

O grupo de artesãos que compõe a Artetan sempre teve à frente da Associação uma mesma pessoa, desde sua fundação até os dias atuais. A questão da sucessão, quando discutida no coletivo, era conduzida de tal forma que não gerava espaço para novos participantes e nem interessados explicitamente em assumir a presidência. Em um determinado momento, houve o afastamento da presidente por motivos de doença na família. Uma outra associada dirigiu as atividades durante o período de afastamento do Presidente. Quando este retornou, houve brigas e conflitos e a associada, que o havia substituído durante um período, desligou-se da Associação. Com apoio de algumas pessoas do grupo, a associada fundou outra associação de artesãos no município chamada de Mandala que atualmente realiza suas vendas coletivas em casinhas ao lado da Artetan, na praça central do município.

A centralização das atividades da Associação em uma única pessoa causa problemas da transparência da gestão. Durante anos a presidente agiu como se fosse dona do empreendimento. Porém, atualmente, as associadas têm discutido amplamente sobre as ações da Associação e sua gestão e, em concomitância a esse processo, a atual presidente também compreende a importância de outras pessoas participarem da gestão. A gestora verbalizou

estar cansada, desejando mesmo ser substituída para continuar apenas como associada. Nesse momento, o grupo vive uma expectativa de renovação e de abertura a novas possibilidades de gestão da Associação.

Desse modo, observando a contextualização a respeito da trajetória e acompanhando os debates e o fomento das políticas públicas locais, surgiu o interesse em compreender os resultados e a influência das políticas públicas voltadas para os empreendimentos de economia solidária. Tendo em vista esse objetivo, comecei a participar de um grupo de pesquisa de Psicologia Política na PUC-SP, do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social. Através de orientações, discussões e conversas com colegas e professores, o projeto de pesquisa, voltado inicialmente para avaliação das políticas públicas, passou a se delinear para a questão da participação das pessoas e a consciência política dos sujeitos que estão envolvidos nos empreendimentos da economia solidária, no município.

Apesar de haver um intenso enriquecimento teórico e metodológico nesse grupo de pesquisa, sentia-me um pouco isolado, pois era o único de um grupo de vinte pessoas a realizar pesquisa no campo da economia solidária. Assim, nesse período, surge a oportunidade de realizar o mestrado na UNISINOS, através do Minter, justamente em um programa que oferece linha de pesquisa sobre trabalho, cooperação e solidariedade sendo referência mundial no tema sobre Economia Solidária.

Esse campo plural, diverso e complexo dos empreendimentos da economia solidária e dos sujeitos envolvidos nessas organizações, contém inúmeras variáveis relevantes para compreensão desse fenômeno. Entretanto devido à trajetória aqui descrita, assim como o interesse e a possibilidades por pesquisar esse tema da economia solidária, foi vislumbrada uma possibilidade de contribuir científica e socialmente com esse movimento, através do estudo da consciência política das pessoas envolvidas em empreendimentos econômicos solidários, por meio das dimensões propostas por Sandoval (1994).

As categorias de análise para compreensão da consciência política serviram tanto às questões metodológicas como teóricas para o aprofundamento do tema. O estudo dos motivos que levam essas pessoas a participarem e se manterem nesses empreendimentos, assim como os significados que atribuem para suas vivências, apresentou alguns aspectos comuns que serão apresentados no decorrer da pesquisa. Vale ressaltar, nessa breve contextualização, a trajetória percorrida para empreender a aproximação desse campo empírico. Assim, passaremos a apresentar a pesquisa realizada.

INTRODUÇÃO

A pesquisa contempla a análise da consciência política de sujeitos envolvidos em empreendimentos econômicos solidários, intentando a compreensão das dimensões da consciência política em um campo plural, contraditório e ambíguo que tem se constituído sobre diversas formas no campo da Economia Solidária. Para tanto, foi realizado um estudo de caráter exploratório e qualitativo, envolvendo duas diferentes modalidades de Empreendimentos de Coleta e Seleção de Resíduos Sólidos e de Associação de Artesãos.

Diversas ações são realizadas nesses empreendimentos, pelo poder público, por pesquisadores e técnicos. Dentre algumas dessas ações, das quais tivemos oportunidade de participar, as observações apontaram para as contradições e ambigüidades dos grupos no que diz respeito aos conceitos, princípios, objetivos e ações da Economia Solidária, ou seja, as crenças sociais, valores e expectativas que os sujeitos atribuem a esse movimento. Outra coisa importante percebida nessas experiências é que a economia solidária, para muitos trabalhadores, vai além da questão material, passando por uma questão política, cultural e de visão de mundo que esses sujeitos atribuem à sua prática laborativa. Por essa instigante interrogação passamos a refletir na possibilidade de desenvolver a pesquisa nos caminhos de descrever, compreender e analisar a questão de formação política dessas pessoas, ou seja, as dimensões da consciência política dos sujeitos envolvidos nesse campo plural dos empreendimentos.

A questão central que permeou a pesquisa foi o desejo de compreender os significados e sentidos que a experiência, o envolvimento e a participação em iniciativas autogestionárias geram na subjetividade desses trabalhadores associados, influenciando a consciência política dos mesmos.

A compreensão das dimensões da consciência política desses sujeitos foi analisada e descrita de acordo com proposta de Sandoval (2001) que discute: (1) a identidade coletiva; (2) as crenças, valores e expectativas; (3) a eficácia política; (4) os sentimentos de injustiça e justiça; (5) o desejo de agir coletivamente; (6) a identificação de forças antagônicas e a (7) compreensão dos objetivos do movimento. Essas categorias, ou seja, essas dimensões da consciência política, direcionaram a investigação, contribuindo no processo de desvelar os seus elementos constituintes. As dimensões que compõem a consciência política contribuíram para compreender alguns dos motivos que levam esses sujeitos a participarem de uma ação econômica coletiva e que pode, em alguns aspectos, repercutir em sua vida social e privada.

Os sujeitos envolvidos nessas formas de empreendimento econômico alternativo ao sistema de produção capitalista apresentaram indícios, tais como luta por formas humanizadas de trabalho e pela liberdade no trabalho. Esse fato levou a refletir sobre outras questões que essas iniciativas envolvem, pois além do aspecto econômico, as dimensões culturais, sociais e políticas estão presentes no discurso dos sujeitos.

A pesquisa foi norteada pela busca em compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas interações no contexto do empreendimento, a partir das dimensões da consciência política. Tornou-se latente a articulação da sociologia e da psicologia, visando compreender as instituições sociais e a sua influência na constituição dos sujeitos, pensando num conhecimento que articule e tensione as questões psicossociais, ou seja, por uma construção da psicologia social na sua forma sociológica (FARR, 1998).

Realizando observações, entrevistas e grupos focais em diferentes tipos de empreendimentos, foram notadamente perceptíveis tanto as diferenças como as semelhanças entre tais empreendimentos. O empreendimento ligado aos catadores tem um ambiente inóspito, devido ao forte cheiro do lixo, as péssimas condições de higiene e de segurança do local. No entanto, apesar disso, o grupo é coeso, conversam, brincam, convivem e compartilham experiências durante a rotina do trabalho. Na Associação dos Artesãos, o trabalho é ligado à arte, cultura, estética e criatividade. O ambiente é a praça central da cidade, onde vendem coletivamente seus produtos no período noturno. Desse modo, eles também vivem, convivem e compartilham experiências entre si, interagindo com toda comunidade local que passa diariamente pela praça. Os discursos possuem semelhanças de luta por espaço junto ao poder público e se diferenciam pelo interesse econômico que o trabalho no empreendimento gera para seus participantes, pois os artesãos não têm a Associação como única forma de subsistência. Na cooperativa de catadores todos dependem exclusivamente do trabalho na separação dos resíduos sólidos.

Passamos agora a discutir o campo da economia solidária, buscando entender suas potencialidades e limites e sua configuração geral.

1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O termo Economia Solidária é utilizado para descrever empreendimentos cooperativistas, associativistas de origem popular e que têm como um de seus princípios fundamentais a autogestão. Numa breve observação das transformações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos, nota-se as profundas transformações, conforme descrevem em

suas obras autores como Singer (1999), Dowbor (2002), Antunes (1995). Houve uma desproletarização do trabalho, ou seja, uma diminuição do número de pessoas que trabalham em indústrias. Paralelo a esse processo, há uma subproletarização do trabalho que significa a terceirização vinculada a trabalhos informais, trabalhos temporários, subcontratos, acrescentado a isso a inserção de um grande contingente de mulheres que agora dividem espaço com os homens. Nesse contexto, as inovações tecnológicas também liberaram muitos trabalhadores da execução de tarefas repetitivas e, por último, os trabalhadores multifuncionais.

Essas metamorfoses no mundo do trabalho, e as próprias contradições do capitalismo que produz renda, mas que a distribui mal, gerou um grande número de pessoas sem emprego formal. É essa massa de pessoas ativas, mas sem renda e trabalho, que originou em uma parcela da população o desejo de se unirem em solidariedade e cooperativismo para geração de renda e trabalho.

Entre as estratégias de sobrevivência cabe destacar a ampliação e o desenvolvimento de organizações populares, fundadas nos princípios da solidariedade, constituindo, assim, alternativas de trabalho e geração de renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho (COUTINHO, et AL., 2005, p.7).

Esse campo fundado em princípios de solidariedade tem se tornado interesse de políticas públicas nacionais, gerando a criação da secretaria nacional de economia solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, da campanha da fraternidade do ano de 2010, entre inúmeras ações em nível estadual e municipal. Todas essas políticas fluem para fomentar as iniciativas que objetivam a inserção de trabalhadores no mundo do trabalho gerando renda para seus participantes.

[...] em nível de enfrentamento do problema da exclusão e em nível de políticas públicas ainda mais recentemente, surgem formas alternativas de organização do trabalho, formas mais solidárias de produzir e distribuir bens e serviços materiais e imateriais, que tem sido denominado economia solidária. (VERONESE e GUARESCHI, 2005, p. 59)

As estratégias dos trabalhadores frente ao sistema capitalista, segundo Gaiger (2009a), são:

- 1) acumular e passar à condição de empregador da força-de-trabalho alheia: mudar a sua situação de classe;
- 2) renegociar as condições de venda de sua força-de-trabalho nas empresas capitalistas: melhorar a sua posição de classe;

3) manter ou criar o seu trabalho e o de sua família: buscar sua autonomia de classe: Individualmente ou coletivamente; Espontaneamente ou organizadamente.

Nessa terceira estratégia que visa à união e ao solidarismo, os trabalhadores buscam manter sua autonomia de forma coletiva, que tem sido uma das características dos empreendimentos de economia solidária. Tendo em vista a exclusão do mercado formal de trabalho, esses sujeitos buscam novas alternativas para geração de renda. Entre essas as formas, as associações autogestionárias tem sido uma opção. No intuito de delinear alguns pontos para contextualização e conceituação da economia solidária e dos empreendimentos econômicos solidários, apresento um dos conceitos mais utilizados, no qual Singer (2002, p. 65) esclarece que a

Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano - e não do capital - de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida

Sobre esse aspecto, Gaiger (2009b) ressalta que o termo é utilizado na América Latina para designar “essencialmente ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visam ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã” (p. 85). Nesse sentido, a economia solidária tem como um de seus principais componentes os empreendimentos econômicos solidários, que possuem formas diferentes de existirem, sendo que características essenciais são a não separação de capital e trabalho e de processos autogestionários que visam unir a gestão dos trabalhadores, não fragmentado o trabalho entre os que pensam e os que executam. Nesse contexto, compreende-se os Empreendimentos Econômicos Solidários como “[...]as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade” (GAIGER, 2009b, p. 181).

Os elementos econômicos da economia solidária constituem um dos aspectos desse movimento, mas não o único, pois se trata de um campo plural e diverso, em que aspectos políticos, culturais e sociais se apresentam.

França Filho e Laville (2004), analisando a economia solidária no contexto mundial, tentam articular uma abordagem teórica com aspectos comuns, dos quais considero relevante nessa introdução destacar “o caráter plural da economia, irreduzível apenas ao pólo mercantil”

(p. 186). Esse constitui um dos aspectos que permite a uma parte da população mundial se unir em solidariedade para geração de renda e, dessa maneira, movimentar uma economia que foge aos aspectos unicamente de mercado, ao mesmo tempo em que realiza muitas operações no mercado, tenta de diversas formas se adaptar ao sistema e se consolidar como uma forma alternativa de produção. Os autores ressaltam dois aspectos e desafios fundamentais da vocação da Economia Solidária:

1. “Hibridização de economias”, ou seja, a economia solidária não opera apenas com uma forma de conhecimento, mas com várias, como “economia mercantil, não-mercantil e não-monetária” (p. 187). Assim, a tensão com as dimensões instrumentais e com os objetivos políticos do movimento é inevitável;

2. “O da afirmação de um agir no espaço público” (p.188), ou seja, atender a demanda de seus produtos, ao mesmo tempo em que provoca e constrói demandas e as atende localmente. Desse modo, insere-se em questões de gestão urbana, dos direitos do trabalho, entre outros. Os teóricos concluem essa análise salientando que a economia solidária:

Encontra-se nesta perspectiva de uma ação, ao mesmo tempo, política, ao consagrar-se a questões de direito e cidadania entre outras – mais própria ao registro de uma tradição de movimentos sociais; e econômica, ao agir no plano da geração de trabalho e renda – o que seria mais próprio ao registro de tradição dos movimentos sindicais e cooperativistas (p. 189).

A conclusão dos autores conduz a pensar a economia solidária como um movimento social no sentido de luta política por questões de direito e cidadania e, ao mesmo tempo, apresenta uma tradição sindical ao agir no plano de geração de trabalho e renda. A característica pela luta política e por novas formas de produção e conhecimento é bem destacada por Boaventura de Sousa Santos (2002), no volume dois da série *Reinventar a Emancipação Social*: para novos manifestos, intitulado: *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*.

Nessa obra, Santos (2002) apresenta, em conjunto com diversos pesquisadores do mundo, estudos de caso acerca dessas formas alternativas. Como resultado desses estudos realizados no Brasil, Índia, África do Sul, Colômbia e Portugal, o autor apresenta nove teses sobre a economia solidária. Seria interessante aprofundar o debate de cada uma delas, entretanto, ater-me-ei em apresentar um breve resumo com alguns pontos relevantes para as questões a serem discutidas:

Tese 1. As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de

transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. (SANTOS, 2002, p. 64).

Essa citação vem ao encontro à argumentação de que a economia solidária, além dos aspectos econômicos, envolve pautas que contemplam outras características, ou seja, a produção econômica é fundamental, mas depende de outras dinâmicas como a política, a cultural, a identitária, entre outras.

A tese 2 afirma que essas iniciativas devem contar com uma rede de apoio, ou seja, colaborações de ajuda mútua que contemplem os princípios e objetivos desse movimento, o qual luta por uma forma alternativa de produção. Lacerda (2009), em sua dissertação de mestrado, analisou as práticas de gestão da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. No estudo apreendido, o pesquisador afirma que:

A Justa Trama é a Cadeia Produtiva e Solidária de Algodão Ecológico, sendo sua estrutura composta por seis empreendimentos localizados em seis estados do país (RS, SC, PR, SP, CE e RO). Compreende desde o processo de plantação e colheita do algodão ecológico, passando pelo processo de fiação e tecelagem, até a confecção de roupas totalmente naturais (p.3).

Esse exemplo demonstra a tese de que o sucesso dos empreendimentos depende, em grande parte, da rede de apoio mútua. Nesse caso, desde o plantio, passando pela industrialização, pintura, entre outros, são todos empreendimentos da economia solidária que compõem uma rede de ajuda mútua.

A tese 3 indica que “as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado” (p. 68), ou seja, o movimento não pode ficar a mercê das mudanças de governo, ao mesmo tempo em que deve avançar na conquista de espaços políticos e econômicos. No que diz respeito à tese 5: “a radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda” (p. 69), é, talvez, uma das que mais nos chama atenção, tendo em vista que visa acabar com a separação entre política e economia, tornando a atuação dos sujeitos mais ativa e participativa na tomada de decisões.

A questão de gênero surge na “Tese 6: Existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal” (p. 71); os estudos de caso apontam para uma análise na qual o autor indica que, nos muitos casos, são as mulheres que impulsionam os empreendimentos. Santos (2002) destaca ainda que:

As lutas pela produção não capitalista fazem parte das lutas contra as formas de opressão – o patriarcado, a exploração, o racismo, etc. As lutas econômicas não têm prioridade sobre as lutas de gênero, raça ou outros tipos de movimentos emancipatórios (p. 71).

Com essa breve exposição acerca dessas teses, considera-se interessante apresentar algumas questões que, apesar de serem oriundas da conclusão do estudo, não encerram a questão de modo a torná-la fechada, mas ampliam ainda mais o debate:

8. Isso significa que a democracia não é o resultado, mas condição *sine qua non* de toda trajetória histórica, na qual a dominação e a exploração são reduzidas e erradicadas. Em outros termos: a democracia é condição *sine qua non* de uma revolução social. Partindo dessa perspectiva, é pertinente afirmar que não existe nem 'economia alternativa' nem 'sistemas alternativos de produção' sem uma estrutura de autoridade alternativa à do Estado capitalista, em qualquer uma de suas variantes, desde os estados mais democráticos. De fato, no próprio capitalismo a democracia tem sido a condição e a companheira de todos os processos que levaram determinados países a se integrarem no 'centro' do sistema mundo (p. 511, grifos originais).

Essas iniciativas, embora haja exceções,

respondem a necessidades básicas da vida material, ao mesmo tempo que brindam uma experiência essencial, de emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, restituindo o trabalhador à condição de sujeito de sua existência (GAIGER, 2004, p. 9).

Apesar das dificuldades e limitações desses empreendimentos, é possível vislumbrar um espaço para emancipação desses grupos. Sobre essa questão, Veronese (2004) afirma em sua tese que:

Embora identificados com formas alternativas de viver e trabalhar, percebem o processo de apropriação da autogestão como acima de suas forças; desejam diferenciar-se dos modos de gestão capitalista, mas experimentam a tentativa como um labirinto no qual se sentem desamparados e despreparados, autodepreciando-se e culpabilizando-se pelas dificuldades. Os modos de produção de poder são vivenciados como fixadores de fronteiras. Contudo, vislumbram possibilidades de recomeçar, mostrando que o campo apresenta potencialidade emancipatória, em que o coletivo permite a singularização de cada sujeito, que a partir dele se constitui, emergindo da prática concreta e inserindo-se na transição paradigmática (p.10).

Esse espaço democrático de recomeço e possibilidades, gerado através da autogestão é uma condição indispensável para uma economia alternativa, cujo pensamento remete novamente a tese 5, já citada, em que o autor expõe sobre uma radicalização da democracia, estendendo do campo político para o campo econômico. Nesse sentido, Laclau e Mouffe (1985), analisando a sociedade, expõem em seu trabalho que a Democracia Radicalizada pode ser compreendida como:

El rechazo de los puntos privilegiados de ruptura y de la confluencia de las luchas en un espacio político unificado, y la aceptación, por el contrario, de la pluralidad e indeterminación de lo social, nos parecen ser las dos bases fundamentales a partir de las cuales un nuevo imaginario político puede ser construido, radicalmente libertario e

infinitamente más ambicioso en sus objetivos que el de la izquierda clásica. Esto exige, en primer término, describir el terreno histórico de su emergencia, que es el campo de lo que denominaremos como «revolución democrática» (p. 170).

Articulando esses conceitos, é possível perceber que as análises apresentadas apontam para o social como sendo plural, polissêmico, múltiplo, não havendo apenas um ponto único e central que guie a sociedade, como se houvesse um coro de uma só voz, clamando por um projeto desenvolvimentista, como na modernidade. Sendo o campo social visto dessa maneira, e a economia solidária mais um desses múltiplos movimentos e discursos presentes na contemporaneidade, considera-se relevante a discussão a respeito dos processos de conhecimento emancipatórios que podem emergir da economia solidária. Essa postura abre um caminho para o reconhecimento da especificidade dos antagonismos constituídos, a partir de diferentes posições dos sujeitos que compõe os empreendimentos da economia solidária, possibilitando uma concepção pluralista e democrática.

O movimento social da economia solidária pode ser compreendido, também, a partir do conceito de conhecimento-emancipação analisado por Boaventura Santos (2005), que afirma ser todo conhecimento parte de certa ignorância para certo saber. O autor distingue do seguinte modo as duas formas principais de conhecimento da modernidade:

[...] o conhecimento-emancipação e o conhecimento regulação. O conhecimento-emancipação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por *colonialismo* e um estado de saber que designo por *solidariedade*. O conhecimento-regulação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por *caos* e um estado de saber que designo por *ordem* (SANTOS, 2005, p. 78).

Esses conhecimentos se complementam, articulam-se entre si, entretanto, o autor considera que esse equilíbrio é baseado em lógicas: moral-prática, estético-expressiva e cognitivo-instrumental. Conforme análise em obras anteriores, essa a lógica consiste na racionalidade cognitivo-instrumental, que corresponde ao princípio do mercado e une as ideias de individualidade e concorrência, central para o desenvolvimento da técnica e da conversão da ciência em uma força produtiva. Essa concepção foi bem explorada e colonizada pela modernidade. Desse modo, o conhecimento-regulação conquistou maior espaço que o conhecimento-emancipação, tendo em vista que a lógica da modernidade era conduzir o mundo do *caos* para a *ordem*. Ressalta, ainda, o autor, que dessa complementaridade das lógicas, o

Conhecimento-emancipação passou a estado de ignorância no conhecimento-regulação (a solidariedade foi recodificada como caos) e, inversamente, a ignorância no conhecimento-emancipação passou a

estado de saber no conhecimento-regulação (o colonialismo foi recodificado com ordem) (SANTOS, 2005, p. 79).

Nesse sentido, há outras lógicas que não foram bem exploradas. Portanto, compreende-se que, para o desenvolvimento do conhecimento-emancipação, outras lógicas devem ser aprofundadas. Nesse contexto, ressalta-se que a lógica estético-expressiva, correspondente à articulação com o princípio da comunidade, em cujo teor juntam-se as ideais de identidade e compartilhamento relacionados com a observação da estética, talvez seja a lógica menos colonizada.

Dessa situação emergem inúmeros fatores para discussão e análises. Entretanto, o objetivo é tentar demonstrar que as formas de produção não capitalista, ou seja, da economia solidária, podem constituir formas de conhecimento-emancipação ao migrar do colonialismo para a solidariedade e emancipação social dos sujeitos e dos grupos que participam desses meios de produção, sem que isso implique na ausência de conflitos e tensões.

Como o conhecimento-regulação foi a forma hegemônica de conhecimento na modernidade e se traduzia em ordem, afetou diretamente o modo de produção. Ora, o modo taylorista-fordista foi o modo que prevaleceu, no decorrer de algumas décadas, como se fosse o único meio de se alcançar ganhos e de se produzir bens. Porém, como bem analisou Harvey (1996), em seu livro sobre a condição pós-moderna, há um esgotamento do modelo fordista de produção e uma conseqüente transição para o modelo flexível, fato que pode ser entendido como uma ruptura com o modelo de produção tradicional.

Boaventura Santos (2005), em suas reflexões, salientando a necessidade da construção de novos sentidos comuns, propõe “uma dupla ruptura epistemológica”. Destaca a necessidade em se romper com o conceito hegemônico moderno sobre a ciência e, ao mesmo tempo, romper com o senso comum conservador e mistificado, salientando que

o conhecimento-emancipação tem que converter-se num sentido comum emancipatório: impondo-se ao preconceito conservador e ao conhecimento prodigioso e impenetrável, tem de ser um conhecimento prudente para uma vida decente (p. 107).

Para o autor, a produção de novo conhecimento-emancipação é o próprio rompimento com o capitalismo e com suas formas de produção e, destaca, ainda, em um quadro que resume seis modos de produção de poder.

Quadro 2: Mapa da estrutura ação das sociedades capitalista no sistema mundial

MAPA DA ESTRUTURA AÇÃO DAS SOCIEDADE CAPITALISTA NO SISTEMA MUNDIAL						
Dimensões Espaços Estruturais	Unidade de Prática Social	Instituições	Dinâmica de Desenvolvimento	Forma de Poder	Forma de Direito	Forma Epistemológica
Espaço Doméstico	Diferença sexual e geracional	Casamento, família e parentesco	Maximização da afetividade	Patriarcado	Direito Doméstico	Familismo, cultura familiar
Espaço da Produção	Classe e natureza enquanto "natureza capitalista"	Fábrica e empresa	Maximização do lucro e maximização da degradação da natureza	Exploração e "natureza capitalista"	Direito de produção	Produtivismo, tecnologismo, formação profissional e cultura empresarial
Espaço de Mercado	Cliente - consumidor	Mercado	Maximização da utilidade e maximização de marcadorização das necessidades	Fetichismo das mercadorias	Direito da troca	Consumismo e cultura de massas
Espaço da Comunidade	Etnicidade, raça, nação, povo e religião	Comunidade, Vizinhança, região, organizações populares de base, igrejas	Maximização da identidade	Diferenciação desigual	Direito da comunidade	Conhecimento local, cultura da comunidade e tradição
Espaço da Cidadania	Cidadania	Estado	Maximização da lealdade	Dominação	Direito territorial (estatal)	Nacionalismo educacional e cultural, cultura cívica
Espaço Mundial	Estado-Nação	Sistema inter-estatal, organismos e associações internacionais, tratado intern.	Maximização da eficácia	Troca desigual	direito sistêmico	Ciência, progresso universalístico, cultura global

Santos, 2002. p. 273

Esse quadro sintetiza parcialmente o que Santos (2002, p. 273) debate em seu livro: em cada uma dessas dimensões o paradigma emergente do conhecimento-emancipação está se construindo. Primeiro, o autor aprofunda aspectos da regulação e, posteriormente, em suas análises, os aspectos emancipatórios, aos quais prefere chamar de emancipações, no plural, pois, como é visível no quadro, são várias as dimensões em que a emancipação se constrói, não sendo, portanto, somente uma única emancipação.

Santos (2002) salienta em suas análises que o *espaço doméstico* se baseia numa retórica orientada pela democracia, cooperação e afetividade; no *espaço da produção* coloca como contraponto à produção ecossocialista, observando que, nesse espaço, o que tem construído um novo conhecimento-emancipação é justamente a questão das “associações voluntárias de produtores direcionados para produção democrática de valores de uso” (p. 337). Considera, ainda, as necessidades humanas e o consumo solidário como constituintes de um novo paradigma de mercado, sugerindo que os consumidores se associem aos produtores, reestruturando, dessa maneira, questões como a reforma agrária.

No espaço da comunidade, dá destaque às Comunidades-Amiba; cujas características são contraditórias às comunidades fortalezas. Nessas comunidades, a

identidade é sempre múltipla, inacabada, sempre em processo de reconstrução e reinvenção, [...] é vorazmente inclusiva e permeável, alimentando-se das pontes que lança para outras comunidades e procurando comparações interculturais que confirmam o significado mais profundo à sua concepção própria de dignidade humana (SANTOS, 2002, p. 339).

No que diz respeito ao espaço da cidadania, o autor ressalta a contradição entre a democracia autoritária e da democracia radical. Esse aspecto abrange os outros espaços estruturais, assim como os aspectos locais e transnacionais, destacando o surgimento da necessidade de um novo padrão de sociabilidade, permitindo que os estados compartilhem soberania.

Esse breve resumo da análise empreendida por Santos (2002) é útil para indicar proximidades possíveis com a Economia Solidária possibilitando a articulação com as questões da prática e princípios da economia solidária como conhecimento-emancipação.

No conhecimento-emancipação, muitas de suas características se relacionam com os princípios e práticas dos Empreendimentos de Economia Solidária. Num primeiro momento, nota-se a articulação de todos os espaços com a economia solidária, ou seja, o espaço doméstico, da produção, de mercado, da comunidade, da cidadania e o espaço mundial.

Nessas breves exposições e ponderações acerca da Economia Solidária como forma alternativa ao processo de produção capitalista, é possível perceber que há proximidade dos princípios e das práticas da economia solidária com os processos de emancipação social das pessoas envolvidas em empreendimentos de economia solidária. Essa dinâmica é possível ao mesmo tempo em que pode ser uma forma de conhecimento-emancipação, conforme conceito adotado Santos (2005).

Veronese (2009) explora esse mapa de estrutura-ação do sistema de Boaventura Santos e elabora a confecção de um mapa de estrutura-ação do espaço-tempo da economia solidária, resumindo bem a tentativa do debate realizado até o momento:

Quadro 3: Mapa de estrutura-ação do espaço-tempo da Economia Solidária

Espaço-tempo	UNIDADE DE PRÁTICA SOCIAL	INSTITUIÇÃO	DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO	FORMA DE PODER	FORMA EPISTEMOLÓGICA
dos empreendimentos Solidários	Atendimento das necessidades da comunidade de cidadãos / clientes / sócios	Cooperativas; Associações variadas; Comunidades grupos, famílias; ONG's; Empresas autogestionárias de diferentes tipos e portes	Primado da cooperação sobre a competição; Maximização da solidariedade e da sustentabilidade ambiental; Geração de renda para inclusão social; consumo ético; maximização do valor de uso dos produtos	Autogestão; partilha nas decisões; autoridade compartilhada; simetria de recursos	Cultura cooperativa; busca de cidadania; educação para o consumo consciente e crítico; solidarismo

Fonte: Veronese (2009, p. 65)

Esse quadro vem ao encontro do tema proposto para discutir a Economia Solidária como uma forma de conhecimento-emancipação e, diante dos conceitos desenvolvidos no decorrer do processo, é possível notar que os empreendimentos de Economia Solidária, mesmo em sua pluralidade e diversidade, contradições e ambigüidades, refletem parcialmente esses esquemas formulados em uma perspectiva de pensamento utópico.

O ideal da autogestão é, a um só tempo, cerne e motor da proposta de economia solidária. Em meio a contradições, erros e acertos, ele orienta o movimento social, nacionalmente organizado; uma política pública, praticada em diferentes instâncias e órgãos de governo e, também, uma vertente científica, interdisciplinar, que não se acanha de ser socialmente engajada (SOUZA, 2010, p. 170).

Essas exposições e análises compreendem os empreendimentos de economia solidária, como possibilidades dos sujeitos integrarem suas vidas ao seu trabalho, ou seja, o trabalho como uma influência na formação da consciência política. Nesse contexto, passamos a analisar a questão do sujeito e, posteriormente, dos movimentos sociais para complementar essa apresentação teórica com o conceito adotado para caracterizar consciência política.

2. O SUJEITO

A pergunta que tem permeado algumas inquietudes é: *Quem é o sujeito hoje?* Esse questionamento evocou algumas leituras em busca de respostas, possibilitando chegar a algumas conclusões parciais, ainda incompletas e inacabadas. Porém, como todo processo, entende-se que no atual estágio do estudo, essas conclusões são suficientes para dar conta de situar o sujeito no contexto da pesquisa. Retoma-se, assim alguns conteúdos que influenciaram e conduziram as reflexões.

No ano 1929, Kurt Lewin, psicólogo alemão que atuou nos Estados Unidos, onde trabalhou em diversas universidades e fundou o Centro de Pesquisa de Dinâmica de Grupo no

MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), atuou colaborando para a formação de diversos profissionais da sociologia e psicologia como um cognitivista social, influenciado pelas bases do modernismo, interessando-se em *saber o que tem dentro do sujeito*. A principal teoria por ele apresentada é a Teoria do Campo Psicológico, em cujo teor afirmava que a compreensão do sujeito só pode se dar levando em consideração as características pessoais do sujeito e a situação social na qual se encontra. A isso ele denominou de Ambiente Psicológico, possibilitando explicar o motivo pelo qual uma mesma situação ou fenômeno pode ser compreendido e interpretado de diferentes formas por diferentes indivíduos, criando a equação de que o comportamento é igual a interação da pessoa com seu meio ambiente.

A base desse conhecimento pertence a um momento do pensamento da modernidade que buscava e declarava a ordem, o progresso e a razão do sujeito, herança do iluminismo como o grande projeto a ser realizado pelo ser humano, gerando autonomia, emancipação e a promessa de um mundo melhor para todos. Outro momento relevante da modernidade como uma de suas características é o mundo sendo retratado pelas artes, pela cultura e pela política, como estável, onde tudo tinha seu lugar definido no espaço, assim como o sujeito destinado a uma posição a ser alcançada, ou seja, carreira, posição social que ocuparia, tornando sua identidade quase fixa. No entanto, essa ideia fixa da ordem é rompida com significativas alterações no cotidiano das pessoas, rupturas que culminaram na crise que ocorreu nos anos de 1960.

A crise que segue nesse período foi geral: social, cultural, de costumes, etc., modificando significativamente o cenário da época. No final da década de 1960, temos o famoso *maio de 68*, marcante e emblemático das mudanças culturais sofridas na época. Na área do conhecimento *psi*, surge a teoria das Representações Sociais. Após esse período temos outros autores como: Foucault, Deleuze, Guattari, cujas reflexões apontam o desaparecimento ou apagamento do sujeito da modernidade, aquele que teria de chegar a uma identidade “madura”, “estável”. O que passa a interessar é o sentido, produzido nas interações sociais; a crise do sujeito agora aparece como uma multiplicidade, demonstrando que o sujeito da modernidade não completou sua transição. Nesse contexto, surgem questões e dúvidas tais como: “*qual sujeito vejo nessa multiplicidade, nessa diluição? Como fazer essa discussão de forma consistente?*” Uma das alternativas teóricas pode vir do trabalho de Foucault, que utiliza o método da genealogia de Nietzsche.

No intuito de tensionar ainda algumas questões, é possível destacar as aulas de Foucault (2004), de 1982. Trata-se de uma coletânea de textos em que o autor discute as

relações da subjetividade e da verdade, problematizando a questão da verdade a partir de algumas referências:

1. Kuhn: nas revoluções científicas foram construíram paradigmas, entre os quais a física mecânica que relata que a verdade tem um lugar e relativiza com probabilidade que quer chegar a verdade, mas leva em consideração que o fenômeno pode ou não ocorrer. O outro paradigma das ciências humanas, de Kuhn, afirma que as ciências humanas são pré-paradigmáticas e 2. A ciência é contaminada pela ideologia: o pensamento humano é influenciado pela base material em que vive, ou seja, é impossível chegar à objetividade total. Há de se chegar a uma forma de interpretar a linguagem de forma objetiva. Assim surge a questão: “*Se o princípio é buscar a verdade fora, qual é o método? “Como eu desvelo o fenômeno?”*”

O debate acerca dessas questões conduz a considerar que, para compreensão do fenômeno, é necessário observar, perceber e analisar *as camadas do fenômeno*, sem necessariamente ser em profundidade (axial), mas, sim na superfície (rizomático), ou seja, nas camadas.

Se formos pensar em um recorte do materialismo histórico, de cunho marxista leninista, poderíamos considerar que a infraestrutura determina o sujeito. Essa discussão permeia o paradigma do humanismo radical que considera:

Uma das noções básicas que permeiam o paradigma é de que a consciência humana é dominada pelas superestruturas ideológicas com as quais interage e que determinam uma ruptura cognitiva entre o homem e sua verdadeira consciência. Tal “ruptura” é a alienação ou a falsa consciência que inibe ou impede a verdadeira realização do homem. A preocupação central dos teóricos que abordam a condição humana a partir desta perspectiva é a superação dos obstáculos que as configurações sociais existentes colocam para o desenvolvimento do homem (BURREL e MORGAN 1979, p. 31-32).

Fica claro que esse paradigma considera as superestruturas como determinantes da subjetividade dos sujeitos. Veronese (2005) destaca que os teóricos críticos modernos tinham em mente fazer emergir a consciência de classe, ou desvelar o “véu da ideologia” que obscurecia as consciências e impedia a mudança social. Após esse momento da trajetória na busca da compreensão do sujeito e sua conceituação, houve um intenso contato com teorias críticas da modernidade e com teorias contemporâneas da sociologia, entre elas teóricos da pós-modernidade.

O enfoque dos teóricos críticos pós-modernos de oposição, segundo Boaventura Santos (2002), consiste em teorizar e pensar de formas múltiplas a compreensão do sujeito. Há muito mais a considerar do que a ideologia ao teorizar sobre a mudança social, pois nesse

contexto a subjetividade é importante. Com o desenvolvimento dessas reflexões passa a ser possível compreender a questão da consciência política sob outro viés que, superando o tema da consciência de classe, leva em consideração que as análises das ações coletivas devem olhar para a cultura, para o social, para as formas de socialização e convivência desses grupos,

Observar a forma dessa sociabilidade, a maneira como acontece, como se transforma, que sistema simbólico questiona, que projetos estão implícitos no seu aparecimento, que supostas regras de convivência alternativas oferecem, que discurso lhes pertence e a partir de que construção da realidade social se manifestam pode ser uma simples contribuição à análise (em certa medida uma espécie de “reedição”), para compreender o sentido e o significado das ações coletivas e dos movimentos sociais atuais (GADEA, 2008, p. 502).

Tematizar e discutir sobre as transformações da subjetividade, compreendendo o sentido e o significado da ação coletiva a partir do sujeito e suas ações micro-políticas em seu cotidiano, conduz a pensar conforme o conceito de Veronese (2005, p. 25):

Subjetividade é uma instância resultante do entrecruzamento de produções coletivas, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas, de mídia; que irão produzir efeitos no marco singular da individualidade e constituir formas de ser sujeito no mundo. Essas formas adquirem matizes diversas, e o olhar histórico nos auxilia a reconstituir, mesmo que precariamente, tais transformações.

No caso de compreender os sujeitos participantes em empreendimentos da economia solidária, nota-se que esse movimento, tendo como princípio a autogestão, reúne um grupo de pessoas interessadas em produzir bens ou serviços a partir da perspectiva da solidariedade. Esse movimento alternativo rompe em alguma medida – ora mais, ora menos - com a lógica de produção capitalista, influenciando a subjetividade e, conseqüentemente, a identidade desses sujeitos, como já foi bem observado na tese de Veronese (2004). Complementando, Gaiger (2006), ao analisar qualitativamente as experiências de economia solidária, articula alguns argumentos dos quais destaco os três primeiros:

a) a indivisão social entre capital e o trabalho, (...); b) (...) presença de uma racionalidade assente na comunidade de trabalho, fundada em vínculos de reciprocidade, de forte conteúdo simbólico e projeto, os quais passam a determinar os comportamentos e a diluir fronteiras entre interesses individuais e coletivos; c) em face da sorte ordinariamente reservada aos trabalhadores, a experiência socioprodutiva nos empreendimentos de economia solidária propicia novos processos de subjetivação, com sentido emancipatório; (...) (p. 515)

Esses argumentos sintetizam sobre alguns aspectos dos empreendimentos, mas é merecido o destaque que essa análise apresenta no que diz respeito à interação do indivíduo nessa experiência socioprodutiva, que conduz a novos processos de subjetivação. No entanto,

essa condução não se faz rima a qualquer processo, mas, sim, a um processo que gera emancipação e autonomia dos sujeitos envolvidos, levando-os a refletir criticamente e gerando sentido a outras referências identitárias e outras questões éticas.

A forma como cada pessoa se apropria do contexto social, ou das prescrições de cada modo de gestão, no caso do trabalho, incorporando essas dimensões do seu jeito e no seu tempo, vai demarcando seu espaço subjetivo, que é um espaço de produção de sentidos, incluindo uma dimensão identitária e uma dinâmica relacional e emocional complexa (VERONESE, 2004, p. 27).

Se cada pessoa vai demarcando com seu jeito e ao seu tempo seu espaço subjetivo, toma-se novamente como central o debate do sujeito para tentar compreender a partir de seu próprio discurso as dimensões que envolvem sua consciência política. Outro ponto que é necessário destacar para compreensão dos processos de subjetivação dos sujeitos envolvidos em empreendimentos econômicos solidários diz respeito à teorização e à vasta análise que Touraine (1999, 2001, 2006 e 2009) realiza sobre o sujeito.

Dentre os diversos pontos dessa extensa obra, o ponto comum que se toma emprestado para o debate em questão diz respeito ao duplo afastamento do sujeito. Esse duplo afastamento refere-se a uma não aceitação do indivíduo em ser dividido dentro de si mesmo. Por um lado há as demandas de mercado e de outro da comunidade; o duplo afastamento que o autor propõe, seria uma reação do sujeito contra essa dissociação, pois afastar-se das exigências da comunidade impõe uma identidade formada mais em deveres que direitos e, de outro lado, as coerções do mercado.

Esse afastamento das normas sociais, mas também dos desejos individuais (amplamente determinados socialmente) não se efetua só pela valorização da liberdade de cada um para levar uma vida individualizada e dotada de sentido. Só é possível pelo recurso à razão contra a tradição, contra os conformismos e as influências. Da mesma forma, não efetua solitariamente, mas na vida social, através dos conflitos, e também construindo instituições justas, isto é, que protejam esse esforço de subjetivação (TOURAINÉ, 1999, p. 106-107).

Dessa forma, esse esforço pela subjetivação apresenta um indivíduo que reflete e age sobre si mesmo, pois o “sujeito é o desejo do indivíduo de ser ator. A subjetivação é o desejo de individuação, e esse processo pode desenvolver-se apenas se existir uma interface suficiente entre o mundo da instrumentalidade e o da identidade” (TOURAINÉ, 1999, p. 73). O processo de rompimento com essas demandas é a libertação do sujeito, que pode ser alcançada a partir de seus esforços individuais, mas que também envolve uma coletividade.

Discutir a questão do sujeito a partir das perspectivas psicológicas é uma sedução a ser refreada, pois é necessário combinar esse debate com a sociologia, que também seduz. Assim,

diante desse dilema, pode-se amenizar o risco aliando essas perspectivas. Sandoval (1994), realizando reflexões sobre a formação da consciência política no Brasil, recorre a Berger e Luckmann, (1967) para afirmar que:

A sociedade é vista como uma relação dialética entre o dado objetivo e significados subjetivos – isto é, como sendo constituída pela interação recíproca do que é vivenciado como realidade externa e o que é vivenciado como se estivesse dentro da consciência do indivíduo (p. 59).

A questão fundamental para introduzir esse tema diz respeito às tendências ao psicologismo e ao sociologismo, sendo que o primeiro reduz conceitos sociais a conceitos individuais e psicológicos; já o segundo conceito reduz o indivíduo como sendo produto de seu ambiente social. É uma tendência que permeia essas disciplinas, pois a psicologia em seu contexto surge com um enfoque individual, focando o indivíduo descolado do meio social que vive, dando forte ênfase a questões biológicas, neuro-cognitivas. Nos últimos anos a psicologia social no Brasil desenvolveu seus debates focando, principalmente, conceitos do materialismo histórico, ampliando, assim, a questão do indivíduo. A sociologia, em alguns casos ignorou o sujeito, focando as estruturas como determinantes do indivíduo. Porém, teóricos atuais têm chamado a atenção para essa lacuna da sociologia. De acordo com Sandoval (1989), “ há sintomas de uma nova tendência apontando para a integração futura dos campos disciplinares da sociologia e psicologia social especialmente na área de estudos dos determinantes do conflito social” (p. 434).

Com o avanço nos debates dessas disciplinas, hoje, em alguns casos apresenta certa dificuldade em identificar a qual disciplina determinado teórico está vinculado. Os limites entre sociologia e psicologia estreitaram-se, como é o caso dos dois pesquisadores que serão citados no decorrer desse trabalho, Alain Touraine e Alberto Melucci.

Touraine (2001), em décadas anteriores, focava as questões macro-sociais, como a questão da consciência operária (de classe) e dos novos movimentos sociais, porém, nas últimas décadas tem se dedicado a aprofundar a questão do sujeito. Nesse contexto, o autor destaca que, “a noção de sujeito substitui a ideia de cidadania própria do nosso passado recente ” (p.33) e, ainda, que “a principal parada cultural da nossa sociedade é a formação do sujeito. É sempre nesse eixo: sujeito / não sujeito, subjetivação / dessubjetivação, que os nossos comportamentos e instituições devem ser avaliados” (p.35). Em obra anterior ressalta que:

o apelo ao sujeito é a única resposta para dissociação da economia e

da cultura, e é também a única fonte possível dos movimentos sociais que se opõem aos senhores da mudança econômica e aos ditadores comunitários. Afirmação da liberdade pessoal, o sujeito é, também e ao mesmo tempo, um movimento social (TOURAINÉ, 1999, p. 24).

Alberto Melucci, pela sua própria formação, resume um pouco do que está sendo discutido, pois é psicólogo e sociólogo, tendo atuado em atendimentos clínicos e em pesquisas sociais, portanto, sua obra contribui significativamente para compreender o que está em discussão. A obra que é possível destacar nesse momento é *A Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*, de 2001, em que analisa e descreve os novos movimentos sociais e as formas de ação coletiva, dando ênfase às questões do sujeito e da interação com o social. Nesse texto, o autor destaca que o indivíduo é o ponto de partida empírico da observação, e mesmo não satisfeito com o termo de identidade coletiva, utiliza-o para definir as relações sociais entre os atores, identidade que identifica os atores sociais em sua fragmentação e multiplicidade e conduz suas observações dando atenção para os processos de construção da ação social tendo em vista a pluralidade dos atores.

Para descrever a contribuição desse autor, recorreremos à Alonso (2009, p. 67)

Com Melucci, as emoções retornam à análise da ação coletiva. Mas com sinal invertido: não para explicar a desmobilização, mas como motivação para o engajamento. Temos aqui uma genuína teoria cultural para a formação dos movimentos sociais, que explica a conversão de cidadãos comuns em ativistas por meio de um processo que envolve simultaneamente racionalidade e emoção.

Suas demandas seriam também de caráter simbólico, exigindo o reconhecimento de identidades ou de estilos de vida diferentes dos tradicionais ou hegemônicos. Como método, a ação direta, pacífica, baseada numa organização não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. O movimento da economia solidária se parece, pelo menos em parte, com essa proposição, pois se organiza em fóruns locais, regionais e nacional, sua ação é pacífica mas demanda questionamento da sociedade de consumo, das cadeias produtivas, da economia como um todo. São demandas materiais/econômicas articuladas com as não materiais, com mudanças nos estilos de vida, nos modos de trabalhar e consumir. O sujeito é interpelado como um todo, não apenas como trabalhador. Ao acentuar variados aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, a teoria os inclui na própria definição de movimentos sociais.

Nessa breve exposição foi possível apontar alguns caminhos a respeito do debate sobre o sujeito. Então, a questão sobre: quem é o sujeito? pode ser respondida a partir da

compreensão de que não é mais o sujeito somente histórico, mas sim o sujeito influenciado por diversas forças. Resumindo, o sujeito se mobiliza no campo social através de múltiplas identidades, não tendo uma única que o reconheça e determine, que possa afirmar que é isso ou aquilo, pois não é senão *todos* esses papéis que desempenha, constituindo uma Identidade plural. Para conclusão desse tópico, Veronese (2009), citando Hall (2001), salienta que se pode falar no sujeito do iluminismo, no sujeito sociológico e no sujeito pós-moderno, do seguinte modo:

O primeiro representa o indivíduo unificado, dotado de razão, de consciência e de ação e possuidor de uma identidade essencializada, mais ou menos estável ao longo de sua existência. No segundo, a identidade resulta da interação entre o indivíduo e seu mundo cultural pleno de significações. O terceiro é um sujeito sem identidade fixa, essencial ou permanente, possuindo identidades múltiplas, eventualmente contraditórias, transformadas em relação às formas históricas dos sistemas culturais em que se insira. À medida que os sistemas sociais de significação e representação cultural se transformam, o sujeito defronta-se com uma multiplicidade de identidades possíveis, com as quais pode identificar-se temporariamente. (HALL, 2001 apud VERONESE, 2009, p. 221)

Assim, o sujeito individual traça uma trajetória não linear, que vai sendo modificada e interpelada pela ação social e pelas experiências concretas.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS

No que diz respeito ao tema dos movimentos sociais, há vasta bibliografia produzida, alguns clássicos e outros trabalhos contemporâneos que focam esse fenômeno. Os teóricos a serem utilizados foram: Touraine (1999, 2001, 2006 e 2009); Melucci (2001, 2004); Castells (2002); Alexander (1997); Scherer-Warren (1987, 2006), Gadea (2004, 2005a, 2005b, 2008), Gohn (1997, 2003) e Doimo (1995); entretanto, segue breve conceituação a respeito do tema dos movimentos sociais, que norteará o aprofundamento previsto para a dissertação.

Gohn (1997), contextualiza as teorias contemporâneas norte americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais, destacando a teoria da mobilização de recursos. Essa teoria tem como seu principal representante Olson (1999), que destaca como mais importante a variável dos recursos, sejam eles humanos, financeiros e de infra-estrutura, uma vez que os movimentos em seu cotidiano se organizam de acordo com os recursos que possuem. Ainda como característica da mobilização de recursos, o autor considera os movimentos sociais como organizações, pois “concebia os movimentos sociais em termos de um setor de mercado, livre, em competição com outros grupos, num mercado aberto de grupos e idéias”

(GONH, 1997, p. 52). Apesar de essa teoria salientar o aspecto econômico, observa-se a questão política presente, pois atualmente os novos movimentos sociais são providos de uma racionalidade instrumental. A autora destaca ainda que, a seu ver, algumas lacunas da mobilização de recursos:

(...) ausência de uma análise do contexto social e político; no desconhecimento das políticas públicas e do papel do Estado na sociedade em geral, e junto aos movimentos sociais em particular; no fato de se ignorar o caráter das lutas dos atores, assim como as experiências de lutas sociais anteriores vivenciadas por eles; e na omissão do papel da cultura nas ações coletivas em geral (GONH, 1997, p. 60).

Esses estudos em torno da mobilização de recursos, consideram o movimento social como uma empresa, “el modelo de movilización de recursos proporciona una teoría integrada de como se forman las organizaciones, como se moviliza el povo público, y como se desarrolla el comportamiento de las organizaciones y se decide la táctica política” (RIECHAMANN e BUEY, 1994, 24). Identificar os movimentos como organizações pode provocar distorções, pois não se considera questões políticas e ideológicas. Essa teoria é uma extensão da lógica da ação coletiva pensada por Olson (1999) que, analisando as ações coletivas a partir de diversas instituições sociais, desenvolveu uma interessante e relevante teoria sobre as ações coletivas. Sobre esse aspecto vale destacar que em sua essência entende que as pessoas participam e se envolvem em movimentos sociais visando a benefícios individuais, desde que o bônus seja superior ao ônus. O autor alerta ainda que somente essa explicação não é suficiente e que seria muito limitada, não dando conta de compreender algumas ações coletivas que não têm ganhos explícitos. Nesse contexto, aprofunda diversas questões, dentre as quais os tamanhos dos grupos, concluindo que “o tamanho é um dos fatores determinantes para definir se é ou não é possível que a busca racional e voluntária de um interesse individual gere comportamento grupal. Os grupos pequenos irão promover seus interesses comuns de um modo melhor do que os grandes” (OLSON, 1999, p. 64)

O conceito adotado sobre os movimentos sociais talvez não seja o comum entre todos os autores que serão citados, a esse conceito é possível acrescentar, que a ação grupal deve ser voluntária, entretanto contempla algum consenso:

Defino movimentos sociais como uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (ideologia) e sob organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1987, p. 37).

Tradicionalmente, considerava-se movimento social aquele em que o conflito central era da luta de classes, porém, nas atuais análises, o conflito central não se encontra apenas no político e no econômico, trata-se também de um conflito cultural. As ações coletivas estão sendo dirigidas para defesa dos direitos do sujeito, no sentido de que possam “combinar sua identidade cultural com uma participação maior na vida profissional, econômica e política do mundo” (TOURAINÉ, 1999, p. 135). Sobre esse aspecto, o autor complementa que “o sujeito opõe-se, de um lado, à regressão identitária e comunitária, do outro, a uma economia desumanizada, dessocializada, separada de qualquer sistema político e social, que pode mesmo rejeitar radicalmente.” (2001, p. 147).

Entretanto, começaram a surgir novas formas de resistência, que têm sido chamadas de Novos Movimentos Sociais. Evers (1984), em seu clássico texto *Identidade a face oculta dos movimentos sociais*, marca um processo de transição no que diz respeito à análise e compreensão do movimento social, destacando-se que “a essência destes movimentos, creio, está em sua capacidade de gerar embriões de uma nova individualidade social — nova tanto em conteúdo quanto em autoconsciência” (p. 23).

De acordo com Gohn (1997), a teoria da Mobilização Política aproxima-se das teorias européias dos Novos Movimentos Sociais. Essa teoria trabalha com três elementos: “a reconceituação da figura do ator; as microrrelações sociais face a face; e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados” (p. 73). Volta-se para as análises psicossociais e leva em conta a interação das pessoas, considerando o papel da subjetividade nas escolhas das ações das pessoas, bem como os aspectos culturais para compreensão da opção dos sujeitos em participarem ou não de determinados movimentos sociais.

Melucci (2001) insiste que “só uma teoria da ação pode fundar a análise dos movimentos sociais como objeto dotado de sentido” (p. 30), enquanto Gohn (1997) afirma que “talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que é um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social” (Gohn, 1997, p. 327). O autor ainda observa que a principal contribuição de Melucci foi dar atenção à questão da identidade, não se detendo somente na aparência das ações coletivas. Melucci (2001) salienta que além da questão externa, é no interior de seu núcleo que se encontra os significados, a ação coletiva, a sua organização e salienta que:

Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidades e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma se mantém ou se modifica no tempo (MELUCCI, 2001, p.23).

O autor entende a importância de compreender o movimento a partir de diversas variáveis e prioriza em alguns aspectos a questão do indivíduo, do ator coletivo e de que modo ele se constitui e se mantém dentro do movimento do qual está inserido.

“Quando analisamos os chamados “novos movimentos sociais”, é importante perceber que aqueles projetos sociopolíticos que idealizavam os movimentos históricos atualizaram-se em crenças dos cidadãos”, afirma Lopes (2007, p. 17) Essas crenças constituem as dimensões da consciência coletiva que vão se atualizando. Sandoval (1994) ressalta a importância de não apenas descrever, mas analisar o desaparecimento de antigas formas de consciência e o surgimento dessas novas dimensões, levando em consideração os contextos sociais em que se desenvolvem.

Nesse campo diverso das teorias sociais, do surgimento e reconhecimento desses novos movimentos sociais, gera-se um deslocamento da análise dos movimentos sociais; Gadea (2008), analisando essas teorizações sobre os movimentos sociais na América Latina e as influências teóricas e analíticas desse campo, destaca algumas questões:

Duas eventuais ‘fatalidades’ influenciam a sociologia sobre os movimentos sociais na América Latina. A primeira, menos visível, ainda que de enorme repercussão acadêmica, diz respeito à manutenção dos seus ‘espaços de poder discursivo’ por parte de toda uma geração de intelectuais. Uma série de premissas epistemológicas subjaz entre aqueles que não parecem permitir que novas discursividades entrem em cena, minando o cenário acadêmico de vícios de linguagem e “ideologias” que pouco contribuem para a ampliação do espaço democrático de construção do saber. (...) Não menos importante, uma segunda ‘fatalidade’ toma forma nos últimos tempos, a partir de um curioso deslocamento sofrido pelos estudos sobre os movimentos sociais. (...) a discussão sobre as ações coletivas e os movimentos sociais foram praticamente abandonados, assumindo seu lugar perspectivas e preocupações mais relacionadas com uma ‘institucionalização’ de suas práticas (p.495-496, grifos...).

Na tentativa de compreender que essa “inevitável herança” influencia nossa postura analítica, buscamos a superação de tais limitações, desenvolvendo uma pesquisa que possa ser plural também em seu arcabouço teórico, podendo combinar algumas formas de conhecimentos da modernidade, pós-modernidade e de transição paradigmática, com o objetivo de construir novos saberes, buscando compreender a multiplicidade de fatores que influenciam os sujeitos em suas ações coletivas.

Ao mesmo tempo, é realizado um resgate de formas de análise que, ao retomar conceitos como sociedade civil e democracia, possa compreender os aspectos inovadores do movimento social, que no caso da economia solidária é um desafio maior ainda, tendo em vista que hoje é uma política de Estado. Entretanto, ciente desse obstáculo e buscando escapar de um enfoque centrado no campo institucional das políticas públicas, salientaremos as forças políticas e econômicas antagônicas, pretendendo apresentar tentativas “de avaliar as novas formas de ação que se referem a estratégias e identidades coletivas que alteram a própria concepção da política, do ator social e do próprio horizonte da democracia” (GADEA, 2008, p. 497).

Analisar, avaliar, compreender esses novos movimentos sociais que influenciam a subjetividade das pessoas que compõem a sociedade em que tal movimento se manifesta, isso conduz a uma compreensão do fenômeno pesquisado. Esses movimentos tendem a buscar a conquista de seus espaços políticos na esfera pública. Desse modo, tem ocorrido uma invasão do privado no público, incitando novos debates e questões no seio da sociedade.

No intuito de ir encaminhando essa questão, mas sem esgotá-la para posteriores discussões, é possível salientar que um dos pontos que fica claro até o momento é que a passagem dos Movimentos Sociais para os Novos Movimentos Sociais foi a ênfase em torno da Identidade, que começou na Europa e influenciou as análises na América Latina. As pessoas mobilizaram-se para conquistar os espaços e o direito de serem diferentes, de poderem agir diferente, dando, assim, oportunidade para o surgimento de uma multiplicidade de identidades.

Partimos da compreensão de Novos Movimentos Sociais, os quais inserem novos fatores na ação coletiva, ou seja, trazem a consciência, vão além do econômico das lutas de classes pois ainda envolvem questões como: cultura, gênero, democracia, identidade, política, entre outros. Entendemos que a Economia Solidária como recorte empírico, especificamente sua forma de manifestação concreta, que se dá através dos Empreendimentos de Economia Solidária é um movimento social que, ao mesmo tempo que gera renda, coloca em pauta diversas outras questões que vão ao encontro das demandas suscitadas atualmente pelos novos

movimentos sociais. Sendo que uma das problemáticas da economia solidária é a questão da consciência, tendo em vista que seus militantes abrem mão de certos confortos do capital.

A economia solidária não pode ser entendida somente como uma alternativa de geração de renda ou como uma forma de recuperar empreendimentos falidos. Deve ser entendida como um movimento social que através de suas ações tem possibilitado transformações tanto materiais, quanto culturais na sociedade atual (PICOLOTTO, 2008, p. 88).

4. CONSCIÊNCIA POLÍTICA

A questão da consciência que o estudo se propõe a pesquisar diz respeito a um conceito específico de consciência, que não nega o inconsciente, as contradições e ambivalências do sujeito, mas sim, as incorpora, ou seja, complexifica o conceito de consciência.

Ainda mais difícil na psicologia é a categoria da consciência. O estudo completo da consciência como uma forma superior, especificamente humana da psique, que surge no processo da interação social e que pressupõe o funcionamento da linguagem, constitui o requisito mais importante para a psicologia do homem. Assim, o problema da investigação psicológica reside em não se limitar ao estudo de fenômenos e processos na superfície da consciência, mas em penetrar em sua estrutura interna. Para isso, a consciência deve ser considerada, não como um campo contemplado pelo sujeito no qual suas imagens e conceitos são projetados, mas como um movimento interno específico gerado pelo movimento da atividade humana. A dificuldade aqui é confrontada até mesmo no isolamento da categoria da consciência enquanto categoria psicológica, ou seja, na compreensão daquelas transições reais que interconectam as psiques dos indivíduos específicos e as formas de consciência social. (LEONTIEV, 1978, p. 2)

A consciência é influenciada prioritariamente nas relações e interações sociais que os sujeitos estão envolvidos, ou seja, sua formação familiar, o contexto social, cultural e econômico em que se desenvolveu, sendo esses contextos influências significativas para a formação da consciência dos sujeitos. A maneira como que cada ser vivencia essa realidade social na qual está inserida é particular e não generalizável, sendo que essa constituição e formação social da consciência são formadas nas estruturas internas do sujeito, uma relação entre o ser biológico e social.

A consciência é, portanto, um aspecto da individualidade de cada ser humano, são as suas percepções, pensamentos e emoções, portanto, nesse sentido a consciência é mutável,

dinâmica e modifica-se com o tempo e com as interações sociais que o sujeito vai estabelecendo no decorrer de sua vida, seja ela a escola, a faculdade, que através de novas aprendizagens vai modificando seu comportamento e sua consciência. Também as atividades laborais influenciam a constituição e formação da consciência, por exemplo, a presença em determinados ambientes de trabalho, tais como desenvolver uma atividade no meio do lixo. Esse fato influencia de alguma maneira a sua percepção e visão de mundo, assim como se sua atividade for basicamente com práticas manuais e com a produção de materiais artísticos, o exercício influenciará, inevitavelmente, sobre a maneira de ser e estar no mundo.

A atividade do sujeito influencia a formação da consciência, não se pode abrir mão de que a divisão do trabalho permeia a constituição da linguagem, do pensamento e consciência, mas essa divisão do trabalho não é a única variável que determina a consciência. O mundo não é só trabalho, o mundo do trabalho é uma parte considerável na constituição do ser humano, mas aspectos tais como de participação em sua família, nas amizades que realiza e desenvolve, nas instituições das quais participa e atua, influenciam também significativamente essa consciência.

A questão política consiste na liberdade de expressão, ter uma opinião sobre o meio em que vive, sobre a questão pública, territorial, cultural, social e econômica, trata de compreender a política e suas instituições, as ideologias políticas, os sindicatos e movimentos sociais, entre outros que envolvem a vida cotidiana dos sujeitos

A presente pesquisa tem como seu objetivo central descrever e analisar as dimensões da consciência política dos sujeitos envolvidos em empreendimentos econômicos solidários. Diante desse tema, o intuito é realizar uma apresentação teórica que possa fornecer subsídios para a análise dos dados empíricos.

Silva (2006), em sua tese, retoma a questão no pensamento de Marx para compreender e diferenciar os conceitos de consciência política, afirmando que pensar em consciência é pensar em consciência de classe, associada à atividade material e coletiva dos sujeitos, sendo que a consciência surge do processo social da ação humana. Sobre essa questão, o autor destaca que

Pode-se pensar que, para Marx, a consciência de classe é a base da consciência política. Todavia, de acordo com Lênin, quando abandonada a si mesma, a consciência de classe se encerra na “*luta econômica*”. Nesse caso, ela limita-se a atividade puramente sindical e não atinge a consciência do político, sendo preciso despertá-la previamente, educá-la e arrastá-la à luta para além as relações operários-patrões (SILVA, 2006, p. 482).

Essa colocação de Silva (2006) esclarece que esse conceito de consciência de classe, não abarca a dimensão da consciência política, pois é preciso formação e o despertar para ação. Ao citar o termo consciência, evoca-se posições desconfortáveis, pois como diria Touraine (2009), a citação do termo “provoca reações de rejeição”, tendo pelo menos dois aspectos pejorativos: um que remete a pensar na capacidade dos sujeitos de refletirem e expressarem o que desejam e sentem, como se todos tivessem essa capacidade; e o segundo que considero ser o maior mal-estar referente ao termo, diz respeito a remeter o conceito à consciência de classe, assim o conceito adotado como consciência, pode ser apresentado nessa citação:

O que entendo por consciência é a presença num indivíduo, ou num grupo de indivíduos, de representações de si que carregam nelas julgamentos de valores morais sobre as condutas deste indivíduo ou deste grupo (TOURAINÉ, 2009, p. 142).

Sandoval (1994), refletindo sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil, afirma a consciência como um conceito psicossociológico, referente aos significados que as pessoas atribuem a seu ambiente social e “que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta (SANDOVAL, 1994, p. 59). A consciência política é organizada em dimensões da percepção e sentidos da realidade social, partindo desse pressuposto de consciência, como sendo um conjunto de significados que o indivíduo constrói a respeito de sua realidade simbólica social e que envolve inúmeros aspectos. Desse modo, optamos por desenvolver as análises a partir do modelo de consciência política proposto por Sandoval (2001). Entendemos que essa concepção contempla a complexidade das dimensões da consciência, ao mesmo tempo não sendo um modelo analítico rígido, permite adequações e ampliações.

Silva (2001) expõe que os “autores que influenciaram de modo definitivo a Sandoval foram, Tilly (1978); Moore (1978); Touraine (1966 e 1984); Moscovici (1985); Tajfel (1981); Melucci (1996) e Heller (1972)” (p. 79).

A partir dessas contribuições, Sandoval desenvolve um conjunto explicativo sobre os motivos que levam um sujeito a participar ou não. No exame da consciência política Sandoval (2001, p. 186) apresenta o seguinte esquema.

Quadro 3: Dimensões da consciência política



No intuito de conceituar essas categorias para análise da consciência política, descrevo de forma resumida os conceitos propostos por Sandoval (2001, p. 186-190) que realiza uma análise do movimento dos trabalhadores nos anos 90. Por ter sido publicado em inglês, os itens que se seguem foram uma tradução nossa.

1. Identidade coletiva: essa primeira dimensão consiste nos sentimentos de uma pessoa de pertinência ou identificação com um ou mais grupos sociais se refere à forma como os sujeitos estabelecem uma identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade e pertinência.

2. Crenças, valores e expectativas: essas avaliações podem ser compreendidas como os significados sobre a natureza, a estrutura, as práticas e finalidades das relações sociais que constituem a sociedade na qual se vive. Embora estes significados sobre a sociedade sejam mantidos individualmente, elas são o produto das interações e experiências que os sujeitos têm com os vários grupos, instituições e contextos.

3. Interesses antagônicos e adversários: sentimentos individuais que se referem aos interesses simbólicos e materiais de alguém quando são opostos aos interesses de outros grupos e a extensão em que os interesses antagônicos levam à concepção da existência de adversários coletivos na sociedade.

4. Eficácia política: por eficácia política entendem-se os sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervir numa situação política, permitindo que ela sinta que pode realmente mudar uma situação através de suas ações; é através dessa interpretação que os sujeitos se tornam atores para mudar suas vidas.

5. Sentimentos de justiça e injustiça: o sujeito percebe e vê qualquer arranjo social em termos do que este representa no nível de reciprocidade social entre os atores, que o sujeito considera como justo. O que constitui uma relação equilibrada de reciprocidade e como os sujeitos se tornam conscientizados de que a reciprocidade pode ter sido violada, são sem dúvida, processos sócio-históricos complexos. Consequentemente, ao olhar para o que as pessoas dizem sobre sua participação nos movimentos sociais, sempre se encontram embutidas em suas representações referências às noções de injustiça como uma maneira de legitimar suas queixas e culpar os adversários.

6. Vontade de agir coletivamente: refere-se a uma dimensão mais instrumental da predisposição do sujeito para assumir um conjunto de ações coletivas como uma maneira de procurar reparar as injustiças cometidas contra ele. É inegável que pessoas, ao decidirem, individual ou coletivamente, participar de movimentos sociais, fazem escolhas informadas e significativas que influenciam sua participação e seu compromisso com o movimento social.

7. Ação e objetivos do movimento social: essa dimensão se refere ao grau em que os participantes percebem uma correspondência entre os objetivos do movimento social, suas estratégias de ação e seus sentimentos de injustiça, seus interesses e sentimentos de eficácia política. Posta de forma simples, esta dimensão focaliza na extensão em que os participantes sentem que os objetivos e propostas do movimento social e sua liderança combinam com seus próprios interesses materiais e simbólicos. Esta dimensão reúne os outros componentes da consciência política enquanto eles interagem com as características percebidas da organização do movimento ao construir uma predisposição sócio-psicológica para a ação coletiva.

Essas dimensões tentam melhor operacionalizar a estrutura multidimensional da consciência política a partir: 1. do contexto da história social e da cultura política brasileiras; 2. das experiências de vida quotidiana e da interação das pessoas com atores políticos e organizações; e 3. das influências de instituições políticas, agentes e eventos mais amplos (SANDOVAL, 1994 p. 73)

Essas dimensões da consciência política permitem compreender aspectos dos sujeitos que, envolvidos nos empreendimentos, têm sua consciência política afetada por essa participação. Ao estarem envolvidos nesse movimento, realizam seus trabalhos e atividades em conjunto com o coletivo, não separando aquele que pensa daquele que executa, tentam trabalhar dentro dos conceitos da autogestão. Além disso, estão propensos a participarem de reuniões, assembleias e fóruns para discussão a respeito da economia solidária e, nesses momentos, dá-se um processo de formação política desses sujeitos.

A consciência política compreendida nessa amplitude de que a consciência de classe influencia e cria condições para o afloramento de uma consciência política não pode ser considerada como única variável, pois, apesar de sua importância e relevância, deve-se considerar outros fatores tais como a questão de gênero, participação democrática, luta por espaços públicos e manifestações culturais, participação em movimentos sociais que influenciam do mesmo modo a formação dessa consciência.

Esse modelo proposto e suas dimensões não são estáticas e separadas, mas sim estão dispostas em categorias por uma questão didática. Nesse contexto, o autor aponta ainda para a questão dessas escolhas feitas pelos sujeitos como centrais na constituição da consciência, pois para ele, “a consciência política não é uma mera escala aleatória de elementos, mas antes organizada em modalidades de percepção da realidade social as quais são passíveis de análise sistemática” (SANDOVAL, 1994, p. 61). A concepção de Sandoval é comentada por Silva (2006), para quem os determinantes devem abranger todas as esferas da vivência do sujeito. Sobre esse aspecto, observa Silva (2006):

Ainda nesse sentido, pensamos que o modelo analítico proposto por Sandoval para o estudo da Consciência Política, enfoca determinantes internos e externos da dinâmica dos movimentos sociais que se referem às formas com as quais os sujeitos aderem às ações coletivas e aos movimentos sociais. Assim, o modelo integra análises macro e micro sociológicas bem como psicossociológicas sem cair no sociologismo ou no psicologismo (p. 510).

Esse modelo justificado foi aplicado e analisado no campo empírico da pesquisa que compreende a Economia Solidária como Novo Movimento Social, por considerar que o movimento é é:

Um conjunto de experiências de trabalhadores em luta contra relações capitalistas de produção e consumo e, ao mesmo tempo, de luta pela concretização de novas relações de trabalho e de distribuição da produção e da riqueza gerada. Em resumo, um movimento de trabalhadores intervindo na produção de sua história e procurando apresentar projetos para a sociedade (PICOLOTTO, 2008, p. 82).

Essas experiências refletem diretamente sobre a formação das consciências dos sujeitos, e pode ser apreendida através de entrevistas, observações e análise do discurso.

5. ARTICULANDO CONCEITOS: O SUJEITO, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CONHECIMENTO-EMANCIPAÇÃO

Como os conceitos já foram contextualizados, suscitando uma reflexão parcial sobre os enfoques que esse subtema apresenta, cabe agora o desafio de articular esses conceitos que apontam para algumas proximidades, manifestando uma articulação teórica é possível.

O sujeito sendo plural e se encontrando inserido numa diversidade cultural, pode manifestar-se através de diferentes identidades, apresentando-se como em um labirinto, onde se encontra e se perde, tateando em busca de uma saída (VERONESE, 2005). A compreensão do sujeito inserido em Empreendimentos da Economia Solidária contribui significativamente para constituição da subjetividade desses sujeitos (Ibidem, 2009).

O campo dos Empreendimentos da Economia Solidária, como já explorado, também se apresenta de forma plural e diversa, com suas ambigüidades e contradições, ao mesmo tempo, constitui-se um espaço para os sujeitos construírem, ou terem a possibilidade de construir identidades coletivas de forma emancipatória. Assim, tanto o campo subjetivo, referente ao mundo interno do sujeito, como sua concretude através da organização autogestionária, apresenta-se de maneira semelhante, ou seja, o mundo interno do sujeito com suas contradições e ambigüidades se materializa na instituição coletiva, o que configura uma projeção coletiva das subjetividades. Dessa forma, é possível apontar para o caminho de que esses empreendimentos coletivos são uma representação do mundo subjetivo dessas coletividades, apresentando, dessa forma, aspectos comuns que envolvem individualidade, o coletivo e o empreendimento.

O mundo apresenta inúmeras formas epistemológicas de conhecimento, embora, durante anos, tenha prevalecido uma visão hegemônica do projeto da modernidade iniciado no Iluminismo e Renascimento. Essa forma hegemônica apresenta-se, hoje, ao lado de outras inúmeras formas de conhecimento, não havendo apenas uma única e exclusiva forma de construir uma visão de mundo e de conhecer o mundo. Boaventura Santos (2005) apresenta um quadro onde aponta algumas formas de ação em que o paradigma dominante começa a ser confrontado pelos paradigmas emergentes.

A consolidação desses novos conceitos ocorre proporcionalmente na medida em que a ciência moderna vai se debatendo em busca de saídas para os problemas que ela mesma produziu. Nessas circunstâncias, é possível notar o surgimento de uma nova racionalidade, uma racionalidade emergente.

Segundo Boaventura Santos (1999, p. 39-40),

o conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias que até há pouco considerávamos insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa.

É significativo ressaltar que foi apenas com o exagerado avanço científico tecnológico, analítico, teórico e epistemológico da ciência moderna que foi crescendo, paradoxalmente, dentro mesmo desta ciência o paradigma emergente, ou paradigmas emergentes.

Os paradigmas emergentes se tornam alternativas, pois eles indicam pistas e possibilidades, alternativas que não se subjugam ao determinismo da ciência moderna, colocando na opção pelo emergente a responsabilidade ética comprometida com a vida e os destinos do mundo. Nesse sentido, Santos (2000) assevera:

O paradigma da modernidade comporta duas formas principais de conhecimento: o conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação. O Conhecimento-emancipação é uma trajectória entre um estado de ignorância que designo por *colonialismo* e um estado de saber que designo por *solidariedade*. O conhecimento-regulação é uma trajectória entre um estado de ignorância que designo por *caos* e um estado de saber que designo de *ordem*. Se o primeiro modelo progride do colonialismo para a solidariedade, o segundo progride do caos para a ordem. Nós termos do paradigma da modernidade, a vinculação recíproca entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação implica que estes dois modelos de conhecimento se articulem em equilíbrio dinâmico. Isto significa que o poder cognitivo da ordem alimenta o poder cognitivo da solidariedade, e vice-versa (p. 78, grifos do autor).

No livro de Boaventura Santos (2002) *A crítica à razão indolente: contra o desperdício da experiência*, há uma reflexão que faz ressalvas à ciência moderna e resgata a importância do senso comum. Não é uma crítica que nega a ciência moderna e coloca no lugar dela o senso comum. É uma crítica à ciência moderna e que busca o resgate do senso comum, mas, para além disso, sugere o diálogo entre os dois. Há uma tentativa de mostrar o movimento permanente na trajetória dos contrários: emancipação/regulação; estado de ignorância/estado de saber; colonialismo/solidariedade; caos/ordem; progressão/articulação/vinculação, que traduzem a ideia de movimento permanente e diálogo constante entre os contrários e, ao mesmo tempo, procura restabelecer o equilíbrio dinâmico excluído pela visão estreita e hegemônica de ciência racional determinista e positivista.

É possível notar que a sociologia das emergências apresenta caminhos possíveis para migrar na direção de paradigmas emergentes, que colabora com a compreensão e transformação do mundo. Rumo a essa transformação social, nota-se que é necessário

desprender-se da visão hegemônica e perceber que a visão contra-hegemônica apresenta-se de inúmeras formas, sendo a Economia Solidária uma delas. Nesse sentido, Gaiger (2004), observa que

a Economia Solidária não se define necessariamente em oposição à economia capitalista, que por sua vez tampouco determina invariavelmente ou esgota o sentido da economia popular, mas representa *outra economia*, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalternos que ambas, por razões diversas, reservam a quem vive do trabalho (p. 375).

A Economia Solidária, ao protagonizar uma intervenção social, torna-se necessária e eventualmente transformadora, porque para a sua ação se tornar fato, realidade, é pré-requisito a postura de apoiar-se numa visão crítica, ação continuamente problematizada. O sujeito se dispõe a atuar na Economia Solidária e, para isso, passa a internalizar outros valores que não o da sociedade de consumo, tampouco o do socialismo. Esse sujeito precisa encarar a dicotomia e a contradição que representam essas visões antagônicas forjadas pela produção de conhecimento hegemônico de mundo que representa um custo social, cultural e ambiental.

A Economia Solidária, apesar dos seus quase duzentos anos de existência, resiste, e com sua capacidade transformadora se mostra como um desses caminhos alternativos. Mesmo engendrada dentro do sistema capitalista neoliberal, as suas respostas solidificadas se mostram competentes para enfrentar os desafios da religação entre: o social, o econômico, o cultural e o ecológico/ambiental. Revela-se, assim, um paradigma emergente que mostra indícios de que uma outra economia é possível.

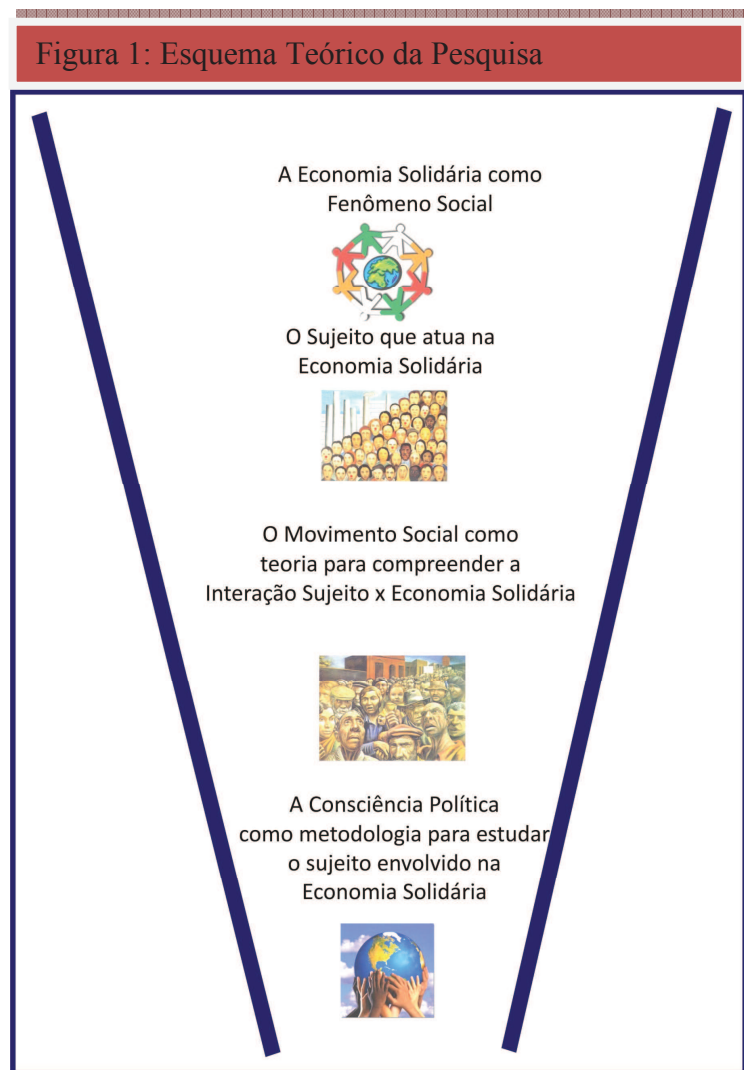
Compreender o fenômeno da Economia Solidária exige criatividade e uma nova curiosidade epistemológica despregada da visão disciplinar de mundo. No entanto, construir essa compreensão não é apenas árduo, penoso, arriscado, é também prazeroso porque nos aproxima do humano, dos sujeitos e de nós mesmos. A Economia Solidária, apesar de requerer um novo paradigma na forma de pensar, de agir e de buscar uma outra economia possível é, por isso, um fenômeno inovador, porém não produz rupturas bruscas. A Economia Solidária requer condições de amadurecimento, de conscientização, de adaptações paulatinas aos novos contextos. É essa sua capacidade de adaptação que lhe dá o caráter de sustentabilidade.

A Economia Solidária, como já apresentada, é complexa, assimétrica nas suas diferentes formas. Essa característica a torna difícil de categorizar, de apreender, de estudar, portanto, difícil de cooptar e de regular. Dependendo do olhar, da forma de ver, de

compreender e de perceber ela se torna intangível, não se camufla, nem se esconde, mas, às vezes, é imperceptível, principalmente para o olhar hegemônico.

A Economia Solidária não tem a pretensão de ser uma prática hegemônica, paradoxalmente, tem sim, a pretensão de ser uma das alternativas ao paradigma hegemônico e junto com outras práticas, também alternativas, produzir novas lógicas sociais de produção e de convivência mais humanas.

Dentre os tópicos apresentados, o esquema abaixo apresenta, de forma simples, a construção lógica pretendida com esse estudo:



Fonte Própria

Os tópicos teóricos apresentados são relevantes na tentativa de compreender esse fenômeno social em questão na pesquisa, ou seja, A consciência Política dos Sujeitos envolvidos em Empreendimentos de Economia Solidária. Por esse motivo, a compreensão da economia Solidária deve ser entendida como uma forma alternativa de produção ao sistema capitalista e como um novo movimento social e a contextualização acerca do sujeito: dotado

de razão, resultante da interação com o mundo cultural e também sem identidade fixa. Esse sujeito atua no mundo de diversas formas, entre as quais a política, que envolvem aspectos da identidade, de suas crenças e valores, de seus sentimentos de justiça e injustiça, da sua vontade e objetivos.

Evidente que essas são conclusões momentâneas, provisórias, são o resultado de uma visão recortada, fragmentada, que embora também empírica, encerra-se apenas neste momento específico de reflexão, condenada a continuar em aberto.

6. METODOLOGIA

Este capítulo constitui um estudo sobre o método utilizado, apresentando os caminhos metodológicos e refletindo sobre eles.

6.1 Relevância do Estudo

A pesquisa contemplou a compreensão das dimensões da consciência política dos sujeitos envolvidos em empreendimentos de economia solidária, destacando algumas dimensões: a identidade coletiva; crenças societárias, valores e expectativas e os sentimentos de justiça e injustiça. Para proceder à análise, a pesquisa articulou aspectos sociológicos e psicológicos para compreensão do sujeito envolvido nos EES.

Sandoval (1994), explicitando sobre a consciência política, ressalta que ela diz respeito aos significados que os sujeitos atribuem às suas vivências diárias no contexto que interagem e que constituem a subjetividade, focando os aspectos das formas de ação coletiva que foram categorizadas na questão da identidade coletiva; crenças societárias, valores e expectativas e os sentimentos de justiça e injustiça. Esses aspectos surgiram na análise do conteúdo dos discursos dos entrevistados, sendo possível: apreender, compreender, descrever e analisar aspectos que vão além da sobrevivência material desses sujeitos, compreendendo que constroem relações sociais com diversas instituições e pessoas, constituindo assim seus aspectos culturais e políticos. Desse modo, o fenômeno vai além da mera compreensão dos empreendimentos como forma de subsistência, mas também dos conteúdos políticos, simbólicos e afetivos.

A economia solidária, como um objeto de estudo diverso e que apresenta aspectos relevantes e dimensões que podem ser pesquisadas, conforme Gaiger (2008), “metaboliza

vínculos e sociabilidades primárias, imersos nas práticas da economia popular e na experiência de classe dos trabalhadores, advindos de sua posição comum no interior das relações de produção” (p. 16). Nesse contexto, a investigação tendeu o olhar para a questão dos sujeitos trabalhadores que, envolvidos em formas específicas de ação coletiva, como a forma autogestionária, tem sua subjetividade influenciada por essa forma de produção, influenciando a construção da consciência política detectada nas falas das pessoas entrevistadas.

O tema da pesquisa articulou conceitos para compreensão de uma realidade específica, gerando uma análise a respeito do fenômeno estudado. A questão da consciência política e suas dimensões foram focalizadas para compreender os significados que esses sujeitos envolvidos em empreendimentos econômicos e solidários atribuem para sua formação política e para a construção de suas identidades, todos esses fatores ligados ao trabalho e a questão da sobrevivência material desses sujeitos.

Após inúmeros sujeitos e atores sociais, entre eles pesquisadores da Economia Solidária, trabalhadores envolvidos em empreendimentos autogestionários, articularem manifestações apresentando demandas ao poder público, discutindo, pesquisando e colaborando com a construção de uma forma alternativa de produção, o governo federal, sensibilizado com tais demandas, instituiu, em 2003, a SENAES: Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Assim, a economia solidária passa a ser pauta das políticas públicas, ocupando um espaço próprio na esfera político federal. A partir da criação dessa secretaria, houve um fomento técnico e financeiro para apoiar iniciativas baseadas na Economia Solidária, gerando assim um debate acadêmico, inclusive deslocamentos até mesmo das ciências sociais, que passaram a enfatizar suas pesquisas nas instituições políticas, mais do que propriamente no Movimento e na sua forma pré-política (GADEA, 2008).

Considerando que uma política pública e as formas de apoio e incentivos por parte do Estado estão ainda principiando, tais estudos acerca desse tema se justificam, pois apresentam análises que podem contribuir para futuros debates e intervenções. Entretanto, esse estudo tem como um de seus objetivos ir além da questão material e da sobrevivência tão discutida nesse campo, podendo contribuir para refletir sobre os aspectos culturais, sociais e políticos que a economia solidária ajuda a constituir na elaboração da identidade dos sujeitos.

Costuma-se tratar com certa desconfiança a ideia de que governos podem de fato encorajar grupos da sociedade a agir de forma coletiva e autônoma. Muitas tentativas de atuar como agente externo, intervindo diretamente em comunidades locais para ajudar associações

a se organizarem são, muitas vezes, vistas como mera tentativa de cooptar os membros (EID, 2004). No município que será estudado, muitas iniciativas de Empreendimentos de Economia Solidária têm partido do poder público, assim é relevante ter um senso crítico e um olhar subversivo para essas práticas de políticas públicas.

Em Tangará da Serra-MT, nota-se um esforço do poder público em gerar um processo educativo no que diz respeito à construção da *Consciência Política* das pessoas que participam em EES. Tal percepção deve-se ao fato de ter-se presenciado convênios e parcerias entre a Universidade e a Prefeitura Municipal, dentre os quais é possível destacar o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Nível Especialização e Curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias – Nível Extensão².

Esse curso foi realizado entre 2005 e 2007, ofertando cinquenta vagas assim distribuídas: cinco vagas para professores e funcionários da UNEMAT, na qualidade de bolsistas. Vinte e cinco vagas para Lideranças Comunitárias, dez vagas para funcionários da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra e outras dez para a comunidade externa. O curso tinha como seu objetivo central desenvolver a interpretação de concepções e práticas que estruturam as relações e as organizações de autogestão constituintes da Sociedade Solidária e formar profissionais multidisciplinares capazes de elaborar, implementar e gerir Projetos de Empreendimentos Solidários – PES, junto às comunidades e com sua participação, promovendo a inclusão social e melhor distribuição de renda, de forma harmônica com a natureza.

Em 2007, através da lei 2.752/2007, é criado o Núcleo de Participação Social e Economia Solidária, conforme artigo 2º, com o propósito de instituir um espaço de referência à Participação Social e Economia Solidária, com estrutura física e recursos humanos responsáveis pela coordenação dos trabalhos no município. E no nível da economia solidária incentivar a organização popular estimulando o associativismo e cooperativismo em seu alcance político, social, econômico e ambiental. Atualmente, o Núcleo conta com um coordenador e um funcionário técnico que procuram atender os conselhos e as iniciativas associativistas. Essa lei conta com a alocação de recursos para realização das atividades do núcleo.

² SQUAREZI, Sandro B.; BORGES, Juliano L.; ZART, Laudemir L. Economia Solidária e Educação: Uma experiência interinstitucional entre a UNEMAT e o município de Tangará da Serra – MT. In: II CONGRESSO DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2. 2008, São Paulo. *Grupo de Trabalho: Política Universitária e Economia Solidária. Anais...* ITCP-USP-Universidade de São Paulo- USP. São Paulo: ITCP/USP, 2008. <<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Economia%20Solidária%20e%20Educação%20-%20UNEMAT%20e%20Tangará%20da%20Serra.pdf>>. Acesso em: 29 Ago. 2009.

Essas ações contaram com mobilização política dos sujeitos trabalhadores em Empreendimentos de Economia Solidária. Pesquisadores e técnicos discutiram em audiências públicas e fóruns as ações a serem desenvolvidas no município a respeito da economia solidária. Debates também ocorreram em esferas de organizações nacionais que articulam redes sociais de apoio a tais empreendimentos como: Anteag, Unisolbrasil, Unitrabalho, Caritas, Fase, Ibase e também através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES têm discutido e debatido sobre esse tema no nível nacional e internacional.

Debater, analisar e avaliar políticas públicas, assim como compreender essas ações coletivas da economia solidária faz parte das ações das Ciências Sociais, tendo em vista ser o objeto de estudo a sociedade em suas dimensões *sociológicas, antropológicas e políticas*. Sendo a dimensão *sociológica* relevante para compreensão dos aspectos estruturais da organização social e analisando os processos coletivos que envolvem instituições, grupos e movimentos sociais; a dimensão *antropológica* ressaltando os aspectos culturais do comportamento de grupos e comunidades e articulando a dimensão da ciência *política* que visa analisar as questões ligadas às instituições do poder, como sistemas e regimes do governo, Estado e sociedade civil, e ideias e comportamento políticos. Essa breve contextualização é útil no sentido de delimitar o tema pesquisado na área das ciências sociais.

Afunilando essas dimensões das ciências sociais, o estudo focaliza os aspectos da dimensão política desses sujeitos, podendo verificar, assim, a dimensão da Psicologia Social, que tem como seu objeto de estudo a subjetividade humana. Desse modo, essa dimensão busca entender como se dá a constituição do sujeito a partir dos significados que elabora acerca do seu contexto. A subjetividade é considerada fator constitutivo (BOCK, et al. 2002) desde “que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo – objeto da Psicologia Social” (LANE, 1985, p. 16). Essa postura influencia em um recorte mais claro do fenômeno a ser pesquisado, ou seja, a dimensão social aliada a dimensão do indivíduo e dos grupos sociais.

Assim, situado o tema e o articulando com várias dimensões do conhecimento científico como: sociologia, antropologia, ciência política e psicologia social, esperou-se criar um campo plural e com possibilidade de compreender o fenômeno a ser estudado: A consciência políticas dos sujeitos envolvidos em Empreendimentos de Economia Solidária. Entretanto, como é inviável dar conta de todos esses aspectos e conceitos envolvidos na pesquisa, a delimitação se dará em torno das dimensões da consciência política das pessoas envolvidas no trabalho associativo de organizações autogestionárias.

As pesquisas recentemente realizadas envolvendo o tema da psicologia e da economia solidária no Brasil resultaram em duas publicações de livros: Cortegoso e Lucas (2007) e Veronese (2007); e na produção de teses e dissertações: Andrada (2005); Andrade (2004); Barfknecht (2005); Beatriz (2007); Bunchaft (2004); Dozzi (2003); Esteves (2004); Gewehr (2007); Guimarães (2005) Kemp (2001); Nóbrega (2006); Pires (2005); Pit Dal Agro (2006); Sicoli (2007); Vendramini (2006); Veronese (2004).

Acredita-se que haja mais produções, mas na pesquisa realizada e nas limitadas leituras, em um primeiro momento, esses são os dados. Percebemos que, apesar dessas diversas e diferentes produções acadêmicas constituírem um escopo teórico relevante, em nenhum deles foi encontrado a combinação de psicologia social, consciência política e economia solidária. Assim, consideramos um tema relevante a ser pesquisado, partindo de um conceito psicopolítico da consciência política, contextualizando, desse modo, esse campo da Psicologia Política no Brasil.

O campo da Psicologia Política desenvolve estudos interdisciplinares acerca de fenômenos tais como: movimentos sociais, consciência, memória e participação política, preconceitos e discriminação, organizações políticas, greves e conflitos no trabalho, segurança e violência, políticas públicas, socialização política, propaganda, persuasão e comportamento eleitoral e a psicologia das massas³.

A Psicologia Política no Brasil, de acordo com a proposta do Grupo de Trabalho de Psicologia Política da ANPPEP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, mesmo com um número relativamente pequeno de pesquisadores, destaca que foi possível consolidar a área e ressalta a Organização da Associação Brasileira de Psicologia Política e da manutenção do periódico científico *Revista de Psicologia Política*.

Núcleos de pesquisa cadastrados no portal da Capes que apresentam como uma de suas linhas a Economia Solidária somam o total de quarenta núcleos. Quando realizada a busca por ciências sociais, constam quarenta e quatro pesquisas. O dado que chama atenção é que quando se busca por pesquisas sobre movimentos sociais, aparecem duzentos e vinte seis grupos. Por outro lado, os que tematizam a “Psicologia Política”, cadastrados no portal da Capes, são apenas quatro, atualmente: NUPMOS – Núcleo Psicologia Política e Movimentos Sociais-PUC-SP; GEPSPOLIM - Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo-USP; Grupo de Pesquisa em Comportamento Político-UFPB; e grupo de Políticas Públicas, participação social e ação coletiva-UFGM. Nota-se uma

³ Aula ministrada por Salvador Sandoval, no NUPMOS – Núcleo de Psicologia Política e Movimentos sociais da PUC-SP, abril de 2008.

variedade de grupos que, apesar de apresentarem uma variedade de obras, o portal consegue articular rapidamente diversas buscas. Entretanto, acreditamos que existam outros trabalhos que tragam esses temas de forma implícita.

De acordo com o breve levantamento bibliográfico, nota-se uma lacuna de produções que articulem os campos das Ciências Sociais, Psicologia Política e Economia Solidária. A proposta desse estudo pretende fomentar a discussão acerca da articulação dessas disciplinas, através da análise da consciência política dos sujeitos envolvidos em Empreendimentos de Economia Solidária, visando colaborar na compreensão da ação política dos sujeitos participantes. A exposição realizada contemplou os aspectos do tema da pesquisa e sua relevância social e científica e já fornece indícios e contexto acerca do problema investigado.

Para os sujeitos participantes dos Empreendimentos de Economia Solidária, alguns valores e crenças são relevantes se compreendidos e subjetivados por compor a ação coletiva desse Movimento. O próprio Movimento tem como um de seus princípios desenvolver processos educativos. Geralmente, inicia na fase de incubação ou de mobilização do grupo, assim como no ingresso de novos sujeitos ao empreendimento, com o propósito de que as pessoas que ingressam no grupo possam refletir e se apropriar de um discurso próprio da Economia Solidária. Esses aspectos influenciam na formação da consciência desses sujeitos, entretanto surgem inúmeros questionamentos tendo em vista a complexidade e as variáveis que o fenômeno apresenta.

6.2 Problema de Pesquisa

O presente estudo teve a pretensão de descrever e analisar a consciência política das pessoas envolvidas em empreendimentos de economia solidária no município de Tangará da Serra. Esses empreendimentos já foram assistidos em algum momento pelo programa municipal de Economia Solidária, e tiveram a oportunidade de participar de cursos e fóruns para discussão da economia solidária, além de contar com a assistência de técnicos. As iniciativas selecionadas foram a Cooperativa de Reciclagem de Resíduos Sólidos - COOPERTAN e a Associação dos artesãos de Tangará da Serra – MT - ARTETAN.

O objetivo central da pesquisa visou analisar as dimensões da consciência política dos sujeitos participantes em empreendimentos econômicos solidários no município de Tangará da Serra. Para empreender essa análise foi necessário descrever, através de um estudo de caso, os aspectos da consciência política em suas múltiplas dimensões dos sujeitos participantes da Coopertan e da Artetan, concluindo a análise é realizada uma comparação entre essas iniciativas estudadas.

Através das análises dos dados, a pesquisa visou responder ao seguinte problema: quais são as características das dimensões da consciência política dos sujeitos envolvidos em empreendimentos da Economia Solidária do Município de Tangará da Serra?

6.3 Técnicas de coleta e análise de dados

A modalidade da pesquisa e a estratégia adotada para realização da investigação proposta foi de um estudo qualitativo, de cunho exploratório e descritivo, tendo como técnicas para coleta de dados a realização de observações, entrevistas e os grupos focais.

Para a realização da pesquisa foram aplicadas quatro entrevistas individuais, duas em cada empreendimento, e organizados dois grupos focais, ou seja, um em cada empreendimento. A observação foi utilizada em momentos que envolviam: assembleia, fóruns e, principalmente, a rotina do trabalho no dia a dia. As entrevistas individuais foram semi-estruturadas, sendo realizadas através de roteiro com blocos de perguntas que contemplam as várias dimensões da consciência política. Esse bloco de questões foi adaptado da tese de doutoramento de Jair Reck (2005), pelo programa de Educação da UNICAMP, sob orientação de Salvador Sandoval e que teve como objetivo e tema investigar a consciência política dos cooperados do MST, realizando um estudo de caso na COOPAC, em Campo Verde – MT. A partir desse modelo de questionário, foram realizadas algumas adaptações.

Foi solicitado ao líder do empreendimento que organizasse um grupo de 8 a 12 pessoas em um horário conforme a disponibilidade dos participantes. Esses grupos foram realizados na própria sede dos empreendimentos. No caso da Coopertan, usou-se a sala onde ficam os arquivos, e na Artetan, usou-se os bancos da praça como espaço para o encontro. Na realização dos grupos focais, foi utilizado o mesmo roteiro das entrevistas individuais e, através do diálogo e do debate entre os participantes, foi possível perceber as opiniões e o relacionamento entre os membros do grupo.

As análises das entrevistas realizadas foram feitas à luz da análise do discurso, de acordo com Ibañez (2004), cujo conceito ressalta que uma das influências do giro lingüístico dá-se na concepção da linguagem como atividade, ação. A linguagem não representa a verdade e a realidade, ela é compreendida como produtora de sentidos. Mais do que descrever as coisas, a linguagem as cria, as constrói e as constitui. Gill (2003) expõe sobre a relevância do contexto social onde ocorre o discurso, a cujo ponto o analista deverá ater sua atenção, considerando-o como uma prática social. Ressalta ainda que a análise pode identificar padrões e funções do discurso:

Se o processo de pesquisa não é um processo de achar o real ou uma investigação para descobrir a verdade, mas, ao contrário, é uma tentativa de confrontar, entrecruzar e ampliar os saberes, precisamos também buscar meios e formas de narrar e veicular nossos estudos que incluem e não excluem; que apóiam os debates e não afastam e excluem os debatedores (SPINK, 2003, p. 38).

Sobre a técnica de observação de campo, Bauer e Gaskell (2003) afirmam que “é a forma mais completa de informação sociológica” (p.66). As observações permitiram a percepção da rotina do trabalho no dia-a-dia dos associados. Assim, os passos seguidos na realização da coleta de dados consistiu em primeiro realizar as entrevistas individuais, podendo assim perceber sobre as questões levantadas no roteiro, nesse sentido foram retiradas algumas questões no momento do grupo focal, tais sobre a entidade de apoio municipal.

1. Observações: participação nos fóruns, assembléias e na rotina do trabalho;
2. Entrevistas semi estruturadas, duas em cada empreendimento
3. Grupo focal: realizado com média de 10 participantes em cada empreendimento.

Figura 2: Esquema Metodológico da Pesquisa



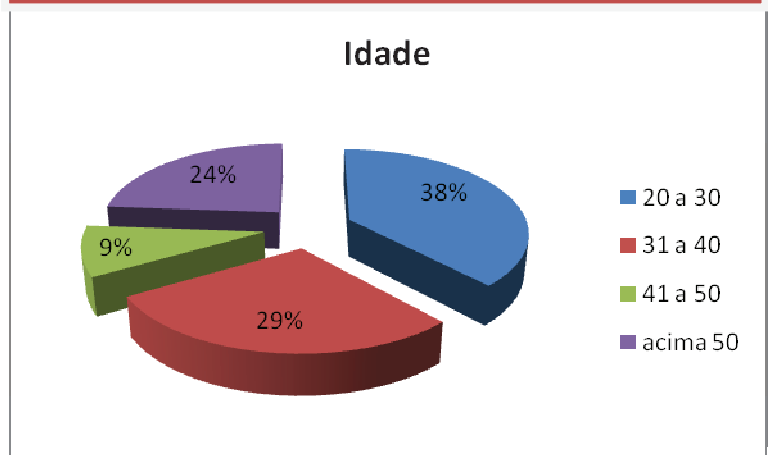
6.4 Caracterização dos Entrevistados

No total, foram realizadas quatro entrevistas individuais e duas com grupos focais, na Artetan com a presença de oito pessoas, e na Coopertan com treze, totalizando vinte e um participantes da pesquisa. Os gráficos abaixo apresentam a caracterização das pessoas que foram entrevistadas e que participaram do grupo focal.

Quadro 5: Caracterização dos Entrevistados

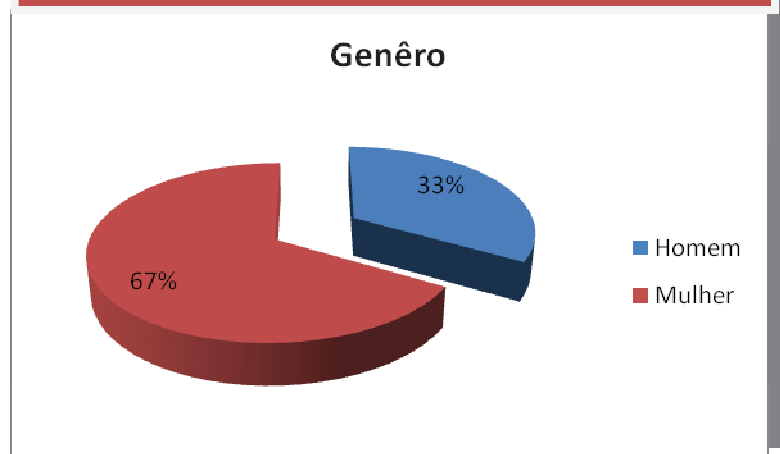
ARTETAN – 8 entrevistados											
Idade		Gênero		Escolaridade		Estado civil		Filhos		Participante	
20 a 30	2	Homem	2	Fundamental	1	Casado	7	0 a 1	2	0 a 1	3
31 a 40	1	Mulher	6	Médio	5	Solteiro	0	2 a 3	3	2 a 3	1
41 a 50	2			Superior	2	Viúvo	1	4 a 5	1	4 a 5	0
acima 50	3					Separada	0	acima de 5	2	acima de 5	4
COOPERTAN – 13 entrevistados											
Idade		Gênero		Escolaridade		Estado civil		Filhos		Participante	
20 a 30	6	Homem	5	Fundamental	9	Casado	10	0 a 1	7	0 a 1	8
31 a 40	5	Mulher	8	Médio	4	Solteiro	2	2 a 3	3	2 a 3	0
41 a 50	0			Superior	0	Viúvo	0	4 a 5	2	4 a 5	0
acima 50	2					Separada	1	acima de 5	1	acima de 5	5
GERAL – 21 entrevistados											
Idade		Gênero		Escolaridade		Estado civil		Filhos		Participante	
20 a 30	8	Homem	7	Fundamental	10	Casado	17	0 a 1	9	0 a 1	11
31 a 40	6	Mulher	14	Médio	9	Solteiro	2	2 a 3	6	2 a 3	1
41 a 50	2			Superior	2	Viúvo	1	4 a 5	3	4 a 5	0
acima 50	5					Separada	1	acima de 5	3	acima de 5	9

Figura 3: Idade dos participantes



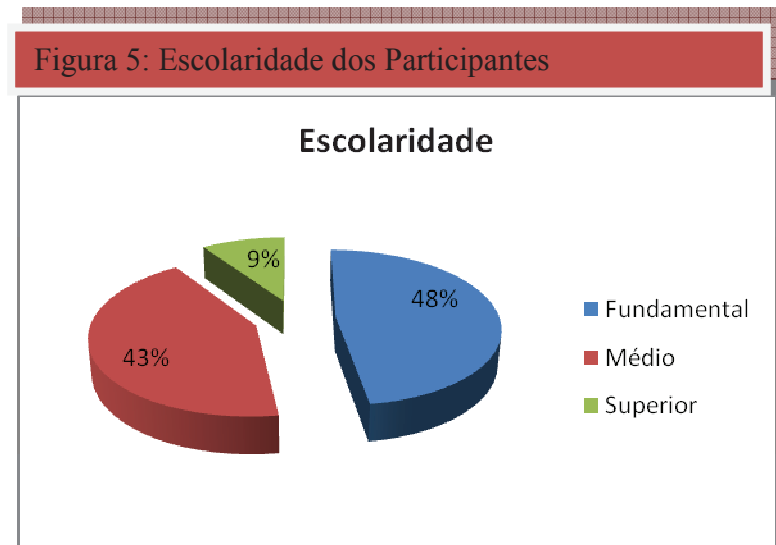
Das pessoas que participam nos empreendimentos pesquisados, a maioria se encontra na faixa etária entre 20 e 30 anos, mas chama atenção que 25% estão acima dos 50 anos. Em ambos os grupos, as pessoas com acima dos 50 anos de idade manifestaram que estavam fora do mercado formal de trabalho e que participar da Cooperativa ou Associação era uma maneira de continuar trabalhando e manter um espaço que lhes é negado no mercado formal de trabalho. Nesse contexto, afirmou a entrevistada: *“eu trabalho aqui pois tenho mais de 60 anos de idade, e qualquer outro lugar que fosse atrás de emprego as pessoas falam que estou muito velha, que precisam de pessoas mais novas”*.

Figura 4: Gênero dos participantes



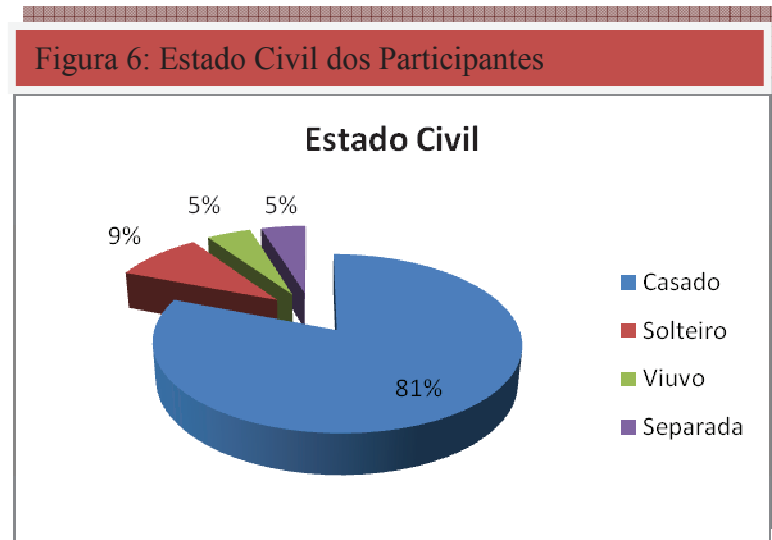
Desses participantes, é visível a participação majoritária de mulheres entrevistadas, ou seja 67% mulheres e 33% homens. Tanto na Coopertan como na Artetan é significativo o

número de mulheres que atuam nos empreendimentos, pois são maioria, essa informação também como pode ser considerada de inclusão social, tal como a questão da idade.

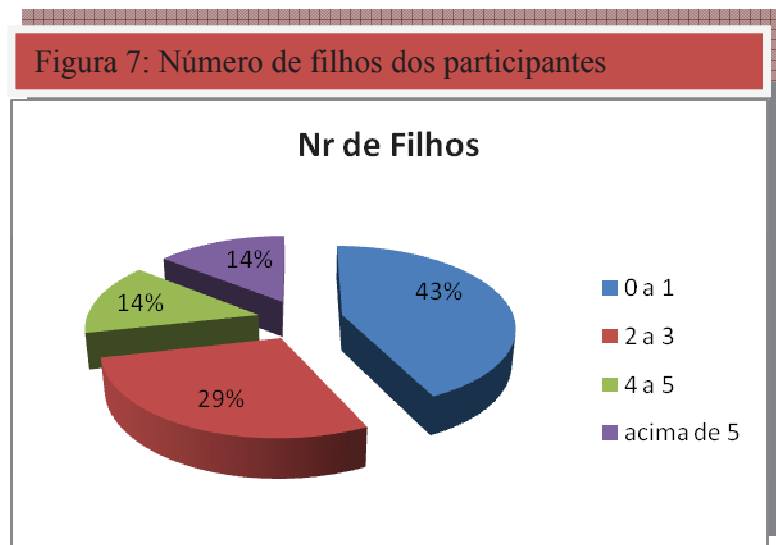


No que se refere ao grau de escolaridade, basicamente todos os entrevistados possuem entre o ensino médio e fundamental, fato atribuído em grande parte aos programas do governo federal, como o Provão. Na Artetan ainda foram entrevistadas pessoas que possuem o nível superior, que desempenham suas profissões e, paralelamente, atuam com os artesanatos como forma de completar renda ou ainda como preferência por esse trabalho.

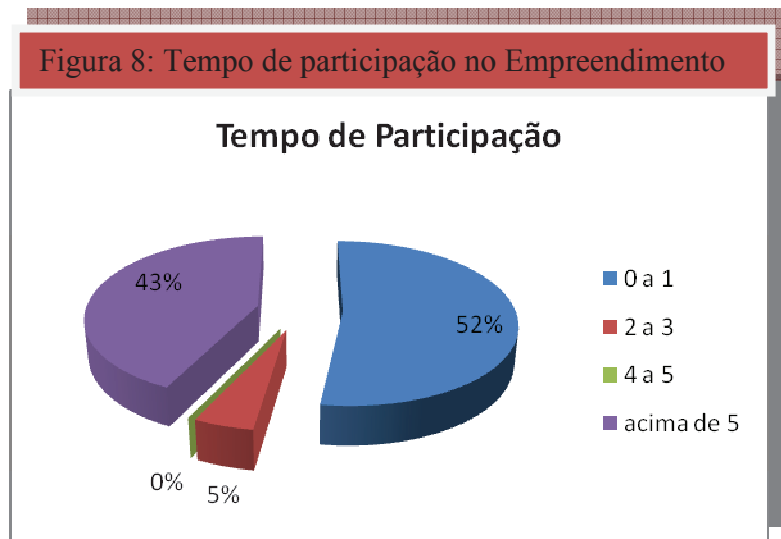
Não há analfabetos entrevistados nesses grupos, pois, em diversas situações, assim como relatado em determinada visita ao Empreendimento, há casos de mulheres que sofriam violência doméstica, mas que, ao participarem do empreendimento, encontraram apoio e sentiram-se seguras e com estima elevada, o que conduziu essa mulher a se separar do marido e voltar a estudar. Em outros casos, notou-se que todos incentivam e apóiam a continuidade dos estudos.



Na questão sobre o estado civil, foram considerados casados todos os integrantes que moram juntos há mais de dois anos. Pessoas solteiras, viúvas ou separadas constituem uma pequena parte nas entrevistas realizadas.



Sobre o número de filhos, percebe-se que 72% dos entrevistados possuem, no máximo, três filhos, mas há casos de terem acima de cinco filhos. Observou-se, no grupo da Artetan, que o único sujeito que vive exclusivamente da renda obtida no empreendimento é aquele que apresenta o menor grau de instrução, além de ter oito filhos. Porém, sua criatividade para produzir os materiais tem gerado renda suficiente para manter sua família. No entanto, esse tipo de caso é exceções, pois em sua maioria os participantes têm número reduzido de filhos.



Com relação ao tempo em que participam do Empreendimento, os dados mostram que há dois polos, ou seja, 52% entre 0 e 1 ano e 43% acima de cinco anos. Esses dados refletem a realidade observada. Nota-se, nos dois empreendimentos, que por um lado há um núcleo de pessoas que permanece quase desde o início de sua formação e, por outro, um número de novos participantes no empreendimento. Observa-se que existe certa rotatividade dos participantes, pois muitos iniciam sua participação, permanecem por um período e em seguida acabam solicitando sua saída do empreendimento. Isso ocorre com mais intensidade na Coopertan, onde se observa um número em torno de dez pessoas que estão no Empreendimento há um bom tempo e há novas pessoas constantemente entrando e saindo da Cooperativa pelos mais diversos motivos.

Essa caracterização dos entrevistados, em um primeiro momento apresentado por empreendimento e, posteriormente, considerada a amostra dos participantes no geral, apresenta algumas informações relevantes que confirmam as observações, ou seja, inclusão social através da participação de mulheres, pessoas com mais de 50 anos e baixo grau de profissionalização em alguns casos e a rotatividade de pessoas nos empreendimentos, porém há um núcleo basicamente fixo que permanece por longo período.

Após essa apresentação da caracterização dos sujeitos entrevistados, passa-se às análises dos casos estudados.

7. COOPERANDO O VIVER: UM ESTUDO DE CASO DA COOPERTAN

A trajetória do grupo de catadores que hoje forma a Coopertan iniciou há aproximadamente 20 anos. Em busca de renda financeira, melhoria de vida, inclusão social e melhor condição de saúde, educação e alimentação, um grupo de pequenos catadores se uniu e deu início à Cooperativa.

Figura 9 Fotos da Coopertan



Fonte Própria

Por volta de 1988, iniciou-se o trabalho de coleta e comercialização de material reciclável. O material recolhido na cidade era depositado em um terreno onde o grupo de catadores realizava a coleta e seleção do material para ser utilizado na comercialização. Esse grupo permaneceu até 1997, quando passou a coleta para o novo local “antigo lixão”. Nesse local, as condições de trabalho eram precárias, um ambiente hostil, sem nenhuma proteção e

com material de todas as espécies. Os catadores necessitavam de carona, devido à distância da cidade, aproximadamente 10 quilômetros. Dessa época, poucas pessoas permanecem na Cooperativa, devido às dificuldades encontradas e às condições de trabalho.

A partir de 2004, os catadores passam a viver um novo momento a partir da implantação do aterro sanitário municipal. A situação no “antigo lixão” começou a apresentar problemas à população vizinha ao local, a qual começou a fazer reclamações sobre o depósito de lixo e pedindo a intervenção do Ministério Público. A população salientava que a administração municipal deveria contar com uma área para destinação final do lixo recolhido na cidade.

O aterro sanitário passou a funcionar recebendo todo o material composto de resíduos sólidos da cidade da Tangará. Os catadores foram deslocados do local de origem para esse novo local. A Prefeitura Municipal construiu um barracão com dois banheiros, implantou rede de energia elétrica, perfurou poço artesiano e adquiriu uma prensa e, posteriormente, fomentou a união dos catadores para a criação de uma cooperativa.

Com a passagem para o aterro sanitário, novos desafios se lançaram. Havia necessidade de organização do grupo para fazer frente às novas demandas, tais como estabelecer parceria com o poder público. A primeira tentativa de organização do grupo deu-se no início de fevereiro do ano de 2005, essa tentativa frustrou por diversos motivos e ainda em 2005, fundaram a Ascamartas - Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra.

A Associação serviu de base inicial para a organização coletiva do trabalho e da produção do grupo, desenvolveu trabalhos de forma coletiva e autogestionária com o intuito de geração de trabalho e renda.

Senger (2008), realizando o histórico da Coopertan, relata que as atas demonstram a realidade vivida e a necessidade de diálogo e tomada de decisões no coletivo para o bom êxito nos trabalhos. Assuntos como a renda pelo trabalho e alguns desentendimentos permeavam as pautas, a exemplo este registro da pauta de uma ata: “o rendimento de cada cooperado; a necessidade de um carro para transportar os associados, a necessidade de adquirir máquinas e a também discutir sobre a inserção de cinco novas pessoas na Associação.”

A partir da Ascamartas, os associados passaram a pensar na organização de uma cooperativa, visto que essa forma de empreendimento traz algumas facilidades de acesso a crédito e comercialização, conforme relato de uma associada: “*foi porque falaram pra gente que a Cooperativa tem dinheiro do governo e a Associação não tem verba do governo*”.

De acordo com Senger e Sguarezi (2010), a opção para organização desses trabalhadores da Cooperativa, iniciou-se pela tentativa de os catadores e da ONG Sociedade Alternativa La Comuna terem ido buscar recurso, procurando o Banco do Brasil S/A para apoiar a consolidação da Cooperativa. Após as deliberações internas, o Banco, por meio do Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS, passou a apoiar a organização do grupo tendo alguns parceiros municipais, em destaque para a UNEMAT/UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, que, em 2007, passou a assessorar a regularização da Coopertan junto às instituições pertinentes.

Os catadores permaneceram trabalhando no aterro sanitário sob péssimas condições, tinham o galpão, banheiro e a prensa, entretanto, muitas discussões ocorriam entre o grupo, entre elas aquela voltada para o dilema do trabalho coletivo X individual. O maior interesse de muitos catadores era encontrar coisas de valor no lixo. Eles ficavam remexendo o lixo e procurando roupas ou outros objetos de valor. Nesse período, ao conhecer o grupo, muitos mostravam roupas que foram encontradas no lixo, relógios, celulares, dinheiro, e sempre tinham história para contar sobre os achados. Uma mulher trabalhadora na época do lixão relatou que

Cooperada M: Isso aqui é igual garimpo, a gente fica procurando, rasgando sacos, sempre achando que vai encontrar alguma coisa e sempre achava, é só ficar garimpando; o problema é que hoje eu nem consigo mais comer arroz, pois lembra os corós (larvas brancas da mosca varejeira) que ficam no meio das coisas.

O grupo, que catava objetos no lixo, mantinha a expectativa de encontrar algo valioso nesses resíduos, mas, logo em seguida, relata as dificuldades de catar e revirar o lixo, nesse “garimpo”, tais como os vermes decompondo restos de comida, o mau cheiro e o sol escaldante.

Após a prefeitura, por meio da secretaria de água e esgoto - SAMAE, realizar o destino adequado aos resíduos sólidos do município, a secretaria juntamente com o grupo alugam um galpão em uma região rural, próxima três quilômetros da cidade, para que seja realizada a entrega dos materiais sólidos e secos nesse galpão, onde o grupo possa realizar a separação dos plásticos, papelão, ferro e alumínio. Porém o início é muito difícil, tendo em vista que a coleta e os materiais entregues são insuficientes para gerar renda a todos os associados. Nesse sentido, muitos continuaram indo até o aterro, mesmo sendo proibidos pelo município e pela justiça.

Lima (2010), em sua dissertação, realiza um estudo de caso sobre a Coopertan e discute a questão do trabalho coletivo versus o trabalho individual, pois existem catadores que realizam a coleta individualmente, enquanto outros realizam a coleta coletivamente, dividindo as sobras iguais entre o grupo. Essa forma de divisão do trabalho trouxe para o grupo um processo de debates, discussões e análises, tendo em vista as constantes brigas geradas pelo trabalho coletivo. Por exemplo, uma associada sempre criticava nas reuniões que ela trabalhava mais do que outros do grupo e, no final, recebia o mesmo valor. Ela dizia que achava injusto, mas não via muitas alternativas para realizar a divisão dos lucros no coletivo.

Foram realizados cursos e grupos de trabalho para soluções técnicas sobre a gestão no coletivo, mas, em sua análise, Lima (2010) ressalta que

As relações interpessoais apresentam dificuldades, o grupo precisa amadurecer a compreensão dos princípios do trabalho coletivo, isso porque parte dos trabalhadores estão atrelados à forma organizativa em grupo menores com vínculos de afinidades e grau de parentesco (2010, p. 105).

Essas dificuldades de relacionamento também foram percebidas nas observações e grupo focal, mesmo com a divisão do trabalho sendo debatida e controles construídos e aprovados pelo coletivo, as relações continuam sendo conflituosas. Assim, após inúmeras dificuldades, brigas internas, obstáculos e precarização do trabalho e várias reuniões, assembleias, cursos e debates coletivos, atualmente contam com 40 cooperados, sendo eles motorista, coletores nas ruas, separadores dentro do galpão, secretaria, prensadores e o presidente, o qual fica livre para realizar a venda dos produtos separados pela Cooperativa.

Há um volume grande de materiais coletados diariamente, necessitando de muitos separadores, pois já houve caso de atraso na separação e isso gerou centenas de grandes sacos (Big Pack) espalhados por todo entorno do galpão. Outro aspecto que chama atenção é a necessidade, percebida pelos líderes, de profissionalizar a estrutura organizacional para dar conta dessa demanda por separação que aumenta dia-a-dia, mas os líderes se encontram comprometidos burocraticamente com impostos atrasados, registros de atas atrasados e cheques devolvidos, inclusive cheques que foram emprestados para alguns cooperados. Percebe-se que a gestão e as relações continuam sendo permeadas pelas relações de vizinhança e parentesco presentes na Cooperativa.

Boaventura Santos (2005), em seu quadro teórico, apresenta seis modos de produção de poder, já apresentados no Quadro 2: Mapa da estrutura ação das sociedades capitalistas no

sistema mundial, essa síntese proposta pelo autor é útil para a tentativa de ampliar a compreensão sobre esse empreendimento.

Nota-se que, no caso descrito, há uma grande proximidade entre as pessoas devido ao seu grau de parentesco, casais trabalham juntos, outros com os filhos e/ou tios; também é observado certa diferença sexual e geracional que faz parte do espaço doméstico, sendo que a dinâmica interna das relações sociais é carregada de afetividade entre seus membros. Assim, como muitos aspectos culturais, é possível pensar na forma epistemológica do familismo e da cultura familiar; por exemplo, quem faz a limpeza e o cafezinho são sempre as mulheres.

Já no que diz respeito à produção, apesar de inseridos no mercado capitalista, as relações internas de hierarquias, as decisões são tomadas em conjunto pelos cooperados, buscando sempre compartilhar informações e decisões, visando à autogestão e evitando assim a exploração de mão de obra contratada, já que todas as pessoas que trabalham na Cooperativa são cooperados. Além disso, é preciso ressaltar que, como são sócios cooperados, não há uma clara distinção e separação entre capital e trabalho.

As suas relações de mercado são diretamente com a comunidade, conscientizando a respeito da importância de realizar a separação dos materiais que vão para o lixo, (seco do orgânico), realizando campanhas na mídia, dentre outras ações. Entretanto, o resultado do trabalho coletivo, isto é, os materiais separados e prensados são vendidos para empresas da capital diretamente pelos próprios cooperados. Assim eles controlam o próprio valor que irão receber pelo seu trabalho, ou seja, são donos daquilo que produziram, porém regidos pelos preços de mercados, caracterizando assim a dimensão para o espaço de mercado.

Já na questão do espaço da comunidade, a Cooperativa é composta de pessoas que se conhecem através de vínculos de vizinhança ou de familiares. Elas tendem a dar importância à questão da identidade, diferenciando-se entre si, não tratam todos de forma igual, mas salientam que cada um merece um tratamento diferenciado, como por exemplo, a mãe, quando está com o filho doente, tem suas faltas abonadas e todos se mobilizam para realizar as atividades dela. Além disso, nos momentos em que o caminhão é descarregado e exige força, essa tarefa fica por conta dos homens, o que permite inferir que, nesses aspectos, estão presentes a valorização da cultura da comunidade, assim como do conhecimento local por eles construídos.

Nas questões ligadas ao espaço da cidadania, há forte incentivo para participação política na Cooperativa, cursos de formação são oferecidos semestralmente e tendem a buscar estabelecer um diálogo com o Estado no sentido de conquistarem o espaço para o exercício de seus direitos, a partir de reivindicações junto aos políticos locais. Vale ressaltar que o grupo

em questão não possui uma homogeneidade com relação aos partidos políticos, pois na mesma diretoria é possível encontrar sujeitos de posições politicamente contrárias em relação ao poder local que exercem.

Nessas breves exposições e ponderações acerca da economia solidária é possível visualizar uma alternativa para o processo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que esse processo pode ser uma forma de conhecimento-emancipação, conforme conceito adotado por Boaventura Santos (2005).

7.1 As Dimensões da Consciência Política

7.1.1 Identidade Coletiva

Na tentativa de apreender os motivos que levaram esses sujeitos a se envolverem no trabalho junto à Cooperativa de Separação de Resíduos Sólidos, foi questionado acerca de como conheceram o empreendimento. Nas observações, entrevistas e grupos focais, assim como observando a própria história de estruturação e formação do grupo, uma variável que compõe esse sentimento de identificação do grupo é o vínculo familiar e de vizinhança.

A questão familiar esta presente nesse grupo, tendo em vista que muitos casais trabalham juntos, assim como também há casos de mãe, tios e cunhado. Quando interrogados sobre como iniciaram e conheceram o grupo, relatam que

Cooperado A: Através do convite do meu vizinho, que falou que estavam precisando de gente aqui para trabalhar.

Cooperada D: Conheci quando fazia um serviço junto com o Alessandro e falei que tava querendo trabalhar e ai falou que aqui estavam precisando.

Cooperada R: Minha vizinha, comentei com ela que tava querendo um trabalho e ela falou que aqui estavam precisando, mas não conhecia e nunca tinha ouvido falar da Cooperativa, e to aqui e é bem bom trabalhar aqui.

Cooperada G: Minha mãe já trabalhava aqui, sempre ouvia ela falando sobre o trabalho dela aqui, que as vezes ganhava bem, as vezes mal, mas que as pessoas eram boas e que era bom trabalhar aqui, e ela gostava também pois sempre achava muito coisa de valor no meio do lixo, ai vim, experimentei e to aqui até hoje.

Cooperado J: Minha cunhada já trabalhava aqui e ai me convidou e o pessoal me aceitou e estou trabalhando aqui com eles agora.

Cooperada L: Tinha minha tia que trabalhou um tempo aqui, e ai eu estava sem trabalho e ela me convidou pra vir aqui e conversar com o pessoal pra ver se aceitava eu trabalhar aqui junto com eles.

Nesses discursos que explicitam como conheceram o EES, nota-se que ou foi a partir de vínculos de parentesco ou a partir de um conhecido da vizinhança. Esse conhecimento familiar na comunidade demonstra como esses sujeitos tiveram conhecimento e acesso à Cooperativa. Aprofundando essa questão foi questionado junto ao grupo sobre os motivos que levaram a participar do empreendimento.

Assim, surgiram diferentes respostas tendo em vista a vivência e situação de cada pessoa, muitos responderam: *“por necessidade, estava precisando trabalhar”*; outros, além da necessidade, só encontram espaço para trabalhar na Cooperativa por causa da idade: *“pela idade outros lugares não aceitam, aqui não é problema”*. A maioria concorda que um dos principais motivos de trabalhar na Cooperativa, segundo suas afirmações, é: *“Por que aqui não tem patrão que fica no pé, aqui o trabalho é livre”*; ou ainda: *“É um trabalho livre, não tem dono, não tem patrão, o que a gente faz é nosso”*.

A questão da liberdade no trabalho na Cooperativa se apresenta com uma forma de benefício, no qual se identificam com a questão de preferirem um trabalho livre, sem um chefe imediato supervisionando e cobrando, pois, na Cooperativa, todos são responsáveis por ajudar a cuidar uns dos outros e do trabalho a ser realizado. Já os líderes começam a dar sinais que entendem que essa liberdade deve ser normatizada e acordada com o grupo, ainda mais tendo em vista a rotatividade considerável dos cooperados. Sobre esse aspecto, o atual presidente da Cooperativa informou que:

Eles ficam se enrolando muito, param o trabalho pra ficar lendo revistas e fazendo fofocas e conversas que atrapalham o rendimento deles, e ainda quando param para o intervalo ficam uma hora até voltarem à separação, e ai já foi... quanto tempo desperdiçado? É complicado a gente falar, explicar e não tem jeito, não muda.

Um dos principais motivos para estarem trabalhando na Cooperativa é essa liberdade no trabalho. Há duas questões amplas e subjetivas ligadas a essa afirmação. Primeiro, sentir-se livre no trabalho evidencia serem eles os detentores dos meios de produção, do galpão, dos maquinários, dos veículos, dos materiais etc. Segundo, ainda ligada a essa liberdade, a flexibilidade que eles podem ter com relação à execução da rotina do dia-a-dia no trabalho. A liderança, nesse aspecto, começa a perceber essa liberdade e flexibilidade no trabalho como algo que deve ser limitado a fim de melhorar os resultados para todos e a produtividade e renda do grupo.

Acompanhando esse grupo por um tempo, percebe-se que a discussão acerca dessa rotina do trabalho vem gerando conflitos entre seus participantes por consecutivas reuniões, inclusive sobre a questão de como remunerar e organizar o trabalho.

É um conflito que o grupo sempre tende a trazer para discussão ampla, ou seja, não é uma decisão e resolução centralizada. Assim o processo de autogestão como um princípio gera essa dificuldade em racionalizar algumas decisões em grupos que tenham um grau de profissionalização baixo. Aliado a isso, a questão familiar e de amizade complica um pouco mais essas acaloradas reuniões.

Em uma dessas reuniões, o Presidente tentava discutir e apresentar um cálculo para o caso das pessoas que faltam ao trabalho. Nesse momento, uma das cooperadas se levanta e afirma que algumas pessoas são preguiçosas, que, se tiverem o direito de faltar duas ou três vezes, irão fazer só para se aproveitarem dessa possibilidade. Ficou claro que ela estava dirigindo sua fala para uma cooperada em particular e mais nova na Cooperativa, entretanto, a cooperada “se fez de desentendida” e nada disse. Ao terminar de gritar e reclamar, o Presidente retoma a fala para ouvir outras pessoas, essa cooperada levanta e sai para fumar, deixando de ouvir o que as outras pessoas do grupo tinham a dizer. Essa cooperada é sogra do Presidente, e sua filha, casada com ele, também trabalha na Cooperativa.

Compreender os aspectos da identidade desses sujeitos torna mais claro a compreensão dos processos de trabalho. Essa força atua explicitamente sobre todos os membros do grupo. Nesse sentido, racionalizar e profissionalizar alguns aspectos dessa relação é uma atitude voltada para princípios econômicos do grupo, ou seja, melhorar a produtividade individual e coletiva, haja vista que o aspecto social, humano das relações tensiona o aspecto econômico do grupo. O aspecto socioeconômico do empreendimento como um dos fatores de formação da identidade coletiva é formado e influenciado por essas questões familiares e de amizades presentes.

Por meio das observações, pôde-se notar que a rotina de trabalho acontece da seguinte maneira: às 7h, eles chegam para o trabalho; a maioria chega uns 5 ou 10 minutos mais cedo; eles se dirigem para um local onde há vários armários, trocam de roupa, ou seja, colocam uma roupa mais velha e suja para trabalharem. Por volta das 7h10min, já estão nas mesas de separação, outros na prensa e outros ainda organizando os sacos recebidos por meio da coleta. Às 8h, eles param para o cafezinho, geralmente se separam em dois grandes grupos e ficam sentados em cadeiras improvisadas do próprio lixo; outros ficam de pé mais distantes e há, ainda, em alguns momentos, em que eles se reúnem fora do galpão, embaixo de uma árvore, onde permanecem tomando café, e conversando até às 9h, quando voltam para o trabalho.

Nesse momento em que ficam no intervalo, conversam sobre assuntos familiares particulares, ouvem conselhos, falam, escutam e compartilham suas experiências com as pessoas do grupo. Há entre eles uma proximidade muito grande, talvez pelo próprio modo como conduzem suas vidas pessoais, na comunidade, com seus vizinhos e parentes, ou seja, o ambiente de trabalho é uma extensão de suas casas, de suas famílias, não apresentando de forma clara a distinção entre suas casas e o trabalho.

A questão dos espaços estruturais, citados por Boaventura Santos (2002), proporciona uma análise a respeito dessa identificação coletiva, pois a dimensão do espaço doméstico que tem como características a questão da diferença sexual e geracional, na dimensão da prática social e em sua dimensão epistemológica, o familismo e a cultura familiar. Essas características são reproduzidas na dimensão do espaço de produção e uma observação mais atenta revela que essa característica da dimensão doméstica perpassa todos os espaços estruturais. Essas características se sobressai em relação às outras, como afirma Boaventura: “cada dimensão de cada um dos espaços estruturais está presente em qualquer outra das dimensões correspondentes de qualquer um dos outros espaços estruturais” (2002, p.278).

As relações pessoais de suas vidas familiares e particulares se fazem presentes no dia a dia da Cooperativa. Esse talvez seja um dos motivos da dificuldade em racionalizar as relações para um nível profissional visando minimizar os conflitos e aumentar a produtividade.

Nesses debates em grupo e na tentativa de compreender os aspectos da identidade coletiva desses sujeitos, após discutir sobre como se conheceram e os motivos de estarem participando da Cooperativa, é questionado sobre as diferenças entre ser um assalariado e um cooperado, as falas foram diversas e contraditórias, como essas que seguem:

Cooperado A: É diferente ser cooperado de assalariado, pois aqui a gente é dono do próprio negócio, temos um “salário” que varia de acordo com que cada um produz e trabalha.

Cooperada D: Ser trabalhador assalariado é bom pois tem carteira registrada, benefícios de FGTS, afastamentos por saúde, todos os direitos, tudo certinho, e aqui na Cooperativa não tem nada disso, se eu ficar doente, fico sem ganhar, pois aqui ninguém vai trabalhar duro o mês inteiro e ter que dividir com alguém que nem apareceu para trabalhar.

Cooperada R: Acho que é bom trabalhar aqui na Cooperativa, também já trabalhei com carteira registrada em firma grande e tudo, acho que as duas coisas são boa, mas acho aqui melhor pois ainda temos muito que ir melhorando, se está ruim agora, estamos fazendo de tudo pra ajeitar e também ficar com tudo certinho.

Esse último aspecto, a ser aprofundado para analisar a identidade coletiva, reflete claramente a ambiguidade com relação ao trabalho na Cooperativa. Por um lado, os cooperados não têm carteira assinada, nem outra formalização do trabalho, e preferem se manter assim, devido alguns sócios receberem auxílios assistenciais do governo federal, como bolsa família ou ainda seguro desemprego. Por outro lado, já que a renda gerada não é declarada, essa situação atinge diretamente a gestão fiscal da cooperativa. Mas essa situação propicia às pessoas participarem do empreendimento, pois, além da renda, são influenciados pelos processos de formação política do grupo e também podem vivenciar uma forma alternativa de produção e gestão. O fato é que as percepções contraditórias: ônus e bônus do trabalho cooperativo, os/as levam a manifestar essas contradições no discurso.

A identidade coletiva, apreendida por meio da pesquisa, remete prioritariamente à questão da identificação com seus vizinhos e parentes que se encontram desempregados ou sem nenhuma atividade no momento. São pessoas oriundas de extrema pobreza e de vulnerabilidade social. Outro aspecto importante é que elas não fazem distinção de sexo, idade, grau de escolaridade no momento de selecionarem novos cooperados. Nesse sentido, mesmo que eles talvez não tenham consciência desse fato, esse é um dos aspectos de inclusão social desse empreendimento em detrimento do aspecto econômico, haja vista o respeito com que consideram a produtividade das pessoas mais velhas ou do sexo feminino.

Por serem cooperados e associados, entendem que são donos do próprio negócio e que necessitam trabalharem coletivamente. Nesse sentido, consideram o trabalho com relações de poder mais igualitárias, podendo cometer atos que não seriam normalmente aceitos em instituições e organizações privadas, tais como falta e atrasos. Essa representação do trabalho associado, diferente em cada um dos sócios, provoca as confusões e desentendimentos entre eles.

Um dos motivos que esteve sempre presente nos discursos desses sujeitos é que eles consideram livre o trabalho na Cooperativa, ou seja, eles ganham aquilo que produzem, são donos do negócio em que trabalham e se sentem livres de um “patrão” e, num sentido mais técnico da rotina de trabalho, comprometem a própria produtividade.

Num sentido mais restrito, poderia concluir que a identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade, assim como o sentimento de pertinência, estão ligados às questões: parentesco familiar e vizinhança; liberdade no trabalho.

7.1.2 Crenças societárias, valores e expectativas

Essa dimensão consiste em compreender os significados que as pessoas atribuem à sociedade em que vivem, quais os valores consideram importantes e suas expectativas com relação ao empreendimento que participam. A questão proposta no grupo focal e entrevistas, que dizia respeito ao “o que era necessário para viver em cooperativa”, o relato e debate do grupo girou em torno da questão da união e organização. Alguns cooperados assim se manifestaram:

Cooperada M: *Eu acho que é a união das pessoas, a gente tem que ficar unidos, sem brigas e tentar trabalhar bem, fazendo nosso trabalho e sabendo que nosso amigo do lado também está fazendo o dele.*

Cooperada D: *A união da gente é importante, o respeito com as pessoas aqui dentro, a gente gosta de uma pessoa mais que de outra às vezes, mas devemos respeitar todos, sem brigas nem ofensas, mas para mim uma das coisas mais importante é a organização da gente aqui dentro, temos que estar organizados, sabendo o que é pra cada um fazer e assim não brigar.*

Cooperada R: *É verdade a união vale muito, mas sem organização não iremos chegar a lugar algum.*

Cooperada G: *É verdade acho que tudo o que estão falando serve pra gente aqui na Cooperativa, mas uma das coisas que acho é que todos devem seguir as regras, se tiver norma e regra e todos seguirem ela não iremos ter problema no trabalho.*

Cooperado J: *Também acho que seguir regras é uma das principais coisas aqui dentro pra gente.*

A normatividade é problemática, uma vez que necessita ser construída e implementada por eles próprios, não sendo imposta e pré determinada.

Nas entrevistas individuais surgiram ainda os seguintes discursos:

Cooperado E: *Acho que é a amizade a principal coisa pra gente trabalhar junto.*

Cooperada MA: *Eu acho que é ter mais curso, treinamentos sobre cooperativismo, a união do grupo também, e é muito necessário também o apoio da prefeitura, principalmente na parte de documentação.*

Nessas falas, notam-se que a união, a amizade e regras claras são elementos necessários segundo suas perspectivas para viverem de forma cooperativa e solidária. Outra questão levantada, nesse momento, foi sobre o projeto político defendido pela Cooperativa. Se

ele existe, como se caracteriza? Também foi aproveitado e discutido sobre como se operacionalizam as decisões e como é feita a escolha dos dirigentes. Eles, de forma unânime, afirmaram que o projeto político defendido pela Cooperativa é o **ambiental**, e que eles são agentes ambientais. Dizem eles: *“Sim, é o projeto ambiental, não somos apenas trabalhadores, mas agentes ambientais do município e do planeta.”* Este aspecto é também constitutivo da construção da identidade dos membros do grupo.

No estudo com todos os participantes, entrevistados individualmente ou no grupo focal, assim como nas conversas informais e observações do pessoal, trabalhando na Cooperativa, ficou explícito o comprometimento do grupo com a questão ambiental. Eles sempre comentam e conversam entre si a respeito da preservação do ambiente, da importância de evitar que os materiais recicláveis sejam enterrados, poluindo o planeta.

Um desses exemplos diz respeito a um saco plástico entregue nas residências para que coloquem o lixo seco nessa embalagem, para posteriormente ser recolhido pelo caminhão da Cooperativa e distribuído nos bairros pelo caminhão da coleta. Entretanto, todos gostam de sempre terem esses sacos guardados para distribuírem para seus vizinhos, parentes e amigos, para que separem o lixo. Durante o estudo, notou-se muito orgulho desses trabalhadores, ao comentarem sobre a questão ambiental e a importância que a reciclagem e aproveitamento do material tem para o planeta. Eles demonstram ter um sentimento de comprometimento com a humanidade, com o planeta. Esse campo representacional formou-se no contato com os discursos que compõe o universo da economia solidária, nos cursos de formação, contatos com técnicos da prefeitura e outros elementos comunicacionais.

Apesar de ser um projeto político defendido pelo grupo, essa defesa é incipiente, tendo em vista que somente no último ano esse discurso se intensificou no grupo. Ao realizar essas observações, foi possível perceber que esse discurso, intenso e unânime, está ligado especialmente a um recente curso que realizaram sobre esse assunto, na capital, Cuiabá, com técnicos da Secretaria do Meio Ambiente. Os valores presentes na Cooperativa dizem respeito prioritariamente a sentimentos de amizade e união, sentem também que são agentes ambientais e que suas expectativas são de ter um trabalho livre e renda suficiente para subsistência.

7.1.3 Interesses antagônicos e Adversários

Essa dimensão, conforme contextualizado, consiste nos sentimentos individuais que se referem a como os interesses simbólicos e materiais de alguém são opostos aos interesses de outros grupos; é a noção de um adversário visível, podendo ser um indivíduo, um grupo ou uma instituição.

Nas observações e análises, não foi percebido explicitamente um adversário ou forças antagônicas; no grupo focal ninguém comentou de haver alguém com interesse contrário ao da Cooperativa. Apenas, na entrevista junto a um dos líderes, ele afirma que “(...) *existem outros grupos que trabalham com isso, catando e vendendo papelão e latas, detonam com a Cooperativa, os próprios concorrentes, eles torcem para que a Cooperativa não cresça, para eles é ruim com certeza*” (Cooperado E).

Pode-se inferir, contudo, que nos antagonismos internos – divergências de opinião e postura diante do trabalho – encontra-se um elemento importante. Os companheiros são, a um tempo, sócios, amigos e oponentes. Quando divergem e “brigam”, estão em oposição, porém ora discordam, ora se unem. É mais um aspecto contraditório do processo.

As forças antagônicas externas com que a Cooperativa tem de lidar, estão ligadas a empresas privadas e individuais, ou seja, seus concorrentes, assim como outros trabalhadores individuais. Entretanto, a grande força leva esses sujeitos a permanecerem unidos contra interesses antagônicos que dizem respeito a lutar contra o desemprego e formas exploratórias de trabalho.

Os interesses de catadores individuais, no município, têm influência direta sobre a Coopertan, pois eles trabalham vendendo produtos para uma empresa privada de coleta e seleção de materiais, que fomenta o trabalho individual dos catadores. Essa empresa é reconhecida nacionalmente. Seu proprietário é um inventor de produtos, os quais minimizam o impacto negativo sobre o ambiente, como a bio-byke, uma bicicleta coletora de óleo de cozinha que passa nas residências, recolhendo o óleo usado e, em troca, dá cupom para obter desconto no IPTU. Essa é uma boa e brilhante idéia, premiada inclusive em Portugal.

Esse empreendimento privado de cunho social e ambiental tem interesse na coleta e separação dos materiais recicláveis realizados pela Coopertan. É uma forte concorrência para a Cooperativa e que tem mobilizado a união de forças do grupo com outras instituições como Banco do Brasil e Unemat, para que a Coleta Seletiva realizada no município continue com a Coopertan.

Essa força antagônica de origem privada age no município realizando a compra de materiais de catadores individuais, financia carretinhas para os catadores, realiza campanhas publicitárias, fez *lobby* junto ao poder público municipal. A Coopertan tem privilégios legais, defendidos na legislação municipal de economia solidária, o que permitiu realizar um convênio direto com a Cooperativa para realizar a coleta seletiva. Entretanto, as relações contratuais com o poder público permite que a SAMAE interfira diretamente nos processos de gestão de recursos humanos da Cooperativa.

Fica clara nessa relação que a instituição pública, representada pelos seus gestores, não confia na organização e na capacidade de produção da Coopertan e, além disso, estabelece uma relação com alto nível de exigência. Essas forças sociais e de mercado, que atuam sobre a Cooperativa, mobilizam o coletivo a se organizar para lutar e defender um espaço conquistado por meio de muita luta.

A exclusão do mercado de trabalho formal, devido à baixa qualificação profissional, à idade acima dos cinquenta anos, e, em alguns casos, ao fato de ser mulher, dificulta o acesso ao trabalho; mas, na Cooperativa, essas pessoas sentem que possuem espaço para se desenvolverem. Essa força mobiliza-os fortemente a se unirem em cooperação e solidariedade nas atividades laborais.

Essas forças e interesses antagônicos fortaleceram e geraram um processo de luta e união do coletivo. Atualmente, a Coopertan é referência Estadual, talvez uma das influências para essa busca de consolidar o empreendimento seja justamente continuar a garantir um espaço que, se enfraquecido, será ocupado pelos adversários.

7.1.4 Eficácia Política

Essa dimensão visa compreender os sentimentos das pessoas sobre sua capacidade de intervir numa situação política, levando em conta que essas pessoas podem atribuir o que acontece a elas em três locais: transcendental, individual e social.

As pessoas envolvidas na Cooperativa atribuem muito de sua situação a si mesmas, ou seja, individual, devido à falta de qualificação e muitas vezes ao fato de que o tempo para trabalhar é limitado, pois têm os afazeres domésticos e outros interesses individuais. Porém localizam também como sendo a força de mercado, ou seja, social, uma situação que os exclui de maiores possibilidades no trabalho. Nesse sentido, unindo-se em cooperação conseguem superar algumas dificuldades que são apresentadas, como a falta de qualificação e o tempo para o trabalho, já que a Cooperativa aceita pessoas com baixa ou sem nenhuma qualificação profissional e flexibiliza a rotina de trabalho.

Um dos questionamentos para levantar debate sobre a questão da eficácia política, dizia respeito à percepção e ao sentimento de que suas vidas melhoraram depois que começaram a participar da Cooperativa. Alguns cooperados assim afirmaram:

Cooperado E: olha, houve sim, eu trabalho dois turnos, um aqui na Cooperativa e outro a noite como vigia, tenho cinco filhos, pago pensão para duas e minha mulher não trabalha e construí duas casas e comprei uma moto, tudo através de todo trabalho e da Cooperativa também.

Cooperada D: houve melhoria sim, pois viemos trabalhar eu e meu marido aqui juntos, ai tem rendido pra nós, mas por outro lado temos sofrido bastante preconceito por parte até da família que tira sarro e fala que a gente tem cheiro ruim, pararam até de convidar para algumas festinhas.

Cooperado R: é... por enquanto não senti melhoria nenhuma, pois to ganhando parecido com o que ganhava antes e aqui to sem registro e sem nada ainda.

Muitos desses sujeitos que trabalham na Cooperativa têm-se mantido no grupo por não terem outra oportunidade e não consideram que têm conseguido mudar a própria situação, obtendo melhoria de qualidade de vida, pois apenas conseguiram uma renda mínima para sobreviver, o que, em muitos casos, já é relevante. Entretanto, embora possam conseguir essa renda por meio de outros trabalhos, permanecem no grupo, por terem expectativas de melhoria e por estarem em um trabalho livre, que lhes confere outros ganhos, não monetários.

7.1.5 Sentimentos de Justiça e Injustiça

Essa dimensão se refere a como o sujeito vê qualquer arranjo social e o que ele considera como justo. Os dados dão conta de que a justiça social é compreendida como expressão dos sentimentos de reciprocidade entre obrigações e recompensas.

O envolvimento desses sujeitos em cooperativa, a partir dos discursos e observações, remete sempre à questão de que se sentiam explorados em empregos da iniciativa privada, cobrados e presos à rotina do trabalho. O envolvimento no trabalho cooperativo ameniza esses sentimentos, uma vez que os recursos materiais pertencem ao grupo e a produção do trabalho é paga de forma clara e transparente, de acordo com que todos produziram, isto é, o lucro é dividido entre todos.

De alguma forma, conseguem reparar os sentimentos de injustiça que sofriam por meio do envolvimento no trabalho cooperativo. O atual presidente da Cooperativa relata por

que trabalha nela: *“Porque não gosto de ser cobrado por patrão e falar demais ai estouro fácil, meu patrão achava que nunca estava bom, aqui não tem essa pegação no pé, e ai trabalhar por conta e individual não tem essa pegação”*.

A dimensão da consciência que diz respeito a sentimentos de justiça e injustiça não fica explícita nos discursos, mas analisando a questão da inclusão dessas pessoas, o trabalho cooperativo, na separação dos resíduos sólidos, é uma forma de se sentirem ativos, trabalhando, gerando renda e colaborando com o município para melhoria da questão ambiental. Dessa forma, o sentimento que possuem sobre justiça no mercado de trabalho tem sido, pelo menos parcialmente, atendido a partir do seu envolvimento na Cooperativa.

7.1.6 Vontade de Agir Coletivamente

Esse aspecto da análise da consciência política é mais instrumental, focalizando três aspectos: primeiro, custos e benefícios da lealdade e laços interpessoais que resultam da participação ou não no EES; segundo, aos ganhos percebidos ou às perdas de benefícios materiais resultado do envolvimento no EES; terceiro, aos riscos físicos percebidos no engajamento em ações coletivas dadas as condições da situação. Nessa dimensão de análise, as escolhas informadas pelos sujeitos tornam-se significativas a partir da compreensão das dimensões anteriores.

Em assim sendo, a compreensão dessa dimensão passa pela retomada das análises anteriores. É possível notar que as escolhas informadas por esses sujeitos dizem respeito a sentimentos de liberdade no trabalho, necessidade de trabalhar e subsistir, e que, para realizar esses sentimentos de estarem próximos da família, estar em um trabalho livre, evitar a exploração no trabalho, encontram na forma do trabalho em cooperativa esse espaço para agirem conjuntamente e de forma cooperativa.

7.1.7 Ação e Objetivos do Movimento Social

Sandoval (1994) informa que essa dimensão se refere a como os participantes compreendem seus objetivos pessoais em relação às estratégias do movimento com o qual estão envolvidos. Foi possível notar que individualmente afirmam que “*é bom aqui, é um trabalho livre, não tenho patrão pegando no pé*” ou ainda “*trabalho aqui, pois estava sem trabalho e é difícil para mim arrumar trabalho, só de doméstica e olha lá, pois não tenho estudo, mas aqui eles aceitam*”. Esses sujeitos encontram um espaço na Cooperativa para realizarem alguns de seus objetivos pessoais, tais como ter um trabalho livre, ou ainda, ter um trabalho digno e ser aceita como trabalhadora, apesar da baixa educação formal.

Percebem que, na Cooperativa, a construção da rotina de trabalho é discutida no coletivo, as decisões são todas informadas, assim como todos têm acesso às informações das vendas dos produtos, das quantidades produzidas, dos valores praticados, do valor que cada cooperado irá receber. Sentem-se donos do próprio negócio. Nesse sentido, é visível que há um alinhamento com aquilo que desejam como um trabalho, com aquilo que realizam na Cooperativa.

Resumidamente, é possível observar nas análises que a dimensão da identidade coletiva está ligada ao parentesco familiar, à vizinhança e à liberdade no trabalho. Na dimensão de suas crenças, valores e expectativas com relação ao trabalho na Cooperativa, está contida uma expectativa de vivenciar amizade e união, tendo como um de seus principais valores a questão ambiental e a expectativa de sobrevivência material a partir do trabalho como catadores. As forças externas que agem e com as quais o grupo luta, são o desemprego e outras formas exploratórias de trabalho. Nas relações internas também estão presentes a divergência e o descontentamento, mostrando que apesar do potencial emancipatório, o campo é controverso e contraditório.

O seu envolvimento está diretamente relacionado à melhoria da qualidade de vida, numa tentativa de reparar os sentimentos de injustiças que sofreram por meio do desemprego. Agem coletivamente para propiciarem um espaço para vivenciar um trabalho livre junto aos seus familiares e amigos, tendo como principal objetivo consolidar o negócio de que são donos através da autogestão e de transparência nas relações produtivas.

Figura 10: Esquema das dimensões da consciência política na coopertan



Fonte Própria

8. COOPERANDO A CRIATIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO DA ARTETAN

8.1 As Dimensões da Consciência Política

8.1.1 Identidade Coletiva

Como já explicitado em seções anteriores desta dissertação, a questão da identidade coletiva está relacionada aos motivos que levam os sujeitos a se envolverem e permanecerem no empreendimento, ou seja, como conheceram a Associação, os motivos para participarem da Associação e as diferenças de trabalho assalariado e ser associado.

No grupo focal, quando ocorreu o debate acerca de como conheceu e se aproximou da Associação, alguns levantaram os seguintes motivos:

Entrevistado 1: Eu vim através dela (aponta para uma associada ao lado) e de outras pessoas amigas que já participavam e falaram que meus produtos eram legais para expor na Associação.

Entrevistado 2: Eu mexia com estátua e aí uma amiga viu e falou da Associação e trouxe meu trabalho para cá, aí vim e me associei.

Entrevistado 3: eu morava fora e fazia artesanato e aí uma amiga falou da Associação e trouxe meu trabalho aqui e me aceitaram na Associação.

Geralmente as pessoas vêm através de convite de outros colegas ou ainda de pessoas interessadas em artesanato e se associam, pois a Associação sempre teve boa visibilidade no município, atuando em pontos estratégicos, e as pessoas que realizam os trabalhos de artesanato procuram por grupos que também realizam as mesmas atividades. Na Artetan, segundo entrevista com associadas e com a presidente, além das observações realizadas no dia a dia, percebe-se que geralmente o convite é feito para a pessoa participar, desde que seu trabalho seja diferente, criativo e não seja igual aos produtos já elaborados pelas associadas. Eles afirmam e enfatizam a questão do diferente, do artesão ser criativo na utilização dos materiais e elaboração dos produtos. Posteriormente a essa avaliação dos associados, a presidente apresenta o interessado para o grupo e, se ninguém tem nada contra, aceita o novo associado.

Ter um produto diferencial é uma questão fundamental para todo grupo. Existe um associado, presente há cerca de um ano, que trabalha com pneus, faz mesas, cadeiras e outros artigos desse material; é um material diferente para o artesanato, e, ao ver os objetos e móveis realmente os objetos chamam atenção, pois é algo totalmente novo para maioria das pessoas, e isso chamou atenção da mídia e das pessoas na cidade e conseqüentemente para a Associação, inclusive é o único associado que vive somente dos produtos comercializados na Associação.



Outro destaque diz respeito aos materiais de biscuit que são diferentes dos outros produzidos, tendo em vista sua riqueza de detalhes e acabamento. Esses produtos são solicitados para comissões de formatura, casamentos entre outras festas, e também são utilizados como lembranças.

Nesse sentido, percebe-se que a identidade coletiva que une as pessoas em cooperação é os produtos que comercializam, ou seja, os artesanatos, mas esses laços são fortificados quando apresentam produtos totalmente novos, criativos e diferentes. A todo momento em que estão juntas, sempre trocam ideias e informações sobre o desenvolvimento de técnicas para confeccionar produtos artesanais, comentam e avaliam artesanatos vistos em revistas e os dos próprios colegas.

Os principais motivos que levam as pessoas a participar da Associação, diz respeito a poder comercializar coletivamente, tendo mais visibilidade e força, como se notam nas seguintes falas:

Entrevistado 1: *é para unir forças para comercializar o que cada um produz, pois sozinho eu não ia conseguir, ou ia demorar demais.*

Entrevistado 2: *a questão é da nota fiscal, para alguns clientes pagarem exigem nota fiscal, e aí a Associação oferece essa questão legal.*

Entrevistado 3: *Antigamente aqui na cidade não tinha nada voltado para o artesão, aí tinha um grupo de pessoas que começaram a montar a Associação pois seria vantajoso e força para os artesãos de tangará, pois antes ia para praça uma ou duas sozinhas e era difícil, como a Associação ficou mais fácil.*

Todos produzem individualmente em suas casas, utilizam a Associação como forma de comercializar coletivamente e um vende o produto do outro quando está responsável pela banca. O motivo de estarem presentes diversos artesãos na praça gera maior divulgação e fluxo de pessoas interessadas nesses produtos.

A questão de estarem associados também conduz a uma parcial formalização do negócio, como no caso do entrevistado que cita sobre a nota fiscal; ele produz móveis com pneus, sendo o único que vive exclusivamente da Associação e muitas empresas tem interesse nesses móveis e, para realizarem os pagamentos, exigem a nota fiscal e ele encontrou na Associação um aporte para essa questão legal além da divulgação do trabalho. Outro relevante motivo é o fortalecimento da profissão de artesão, conquistado o espaço público e se mobilizando coletivamente para a facilitação das vendas dos produtos e conquista de novos clientes.

Eles se identificam prioritariamente pela questão da elaboração de produtos manuais, ou seja, pela criatividade em explorar o manuseio de diferentes materiais, que vão desde sementes para bijuterias, pneus para móveis e desenhos e bordados em pano de prato. Estão constantemente em busca de inovações para os produtos, novas técnicas, novas matérias primas, sempre tentando explorar com criatividade a confecção dos materiais. Estão unidos para o comércio de forma coletiva e unidos pela beleza e criatividade dos produtos que elaboram, sentindo-se mutuamente amparados pelos colegas, para manterem seus produtos em exposição.

Quase todos os associados, com exceção de um, trabalham fora do empreendimento e com outras atividades, muitos de forma assalariada, utilizando o empreendimento como complementação de renda. Dois deles apresentaram as seguintes afirmações quando questionados sobre a diferença entre ser um trabalhador assalariado e um associado:

Entrevistado 1: *O assalariado tem compromisso, apesar de que o associado também pode contribuir, mas não é obrigado a fazer, aqui é mais livre, e também não tem o compromisso de horário.*

Entrevistado 2: *estou no emprego por que preciso, necessidade, aqui vejo que a gente faz o que gosta, e além disso não mantém o compromisso, é diferente se pegar uma encomenda sua, faço tudo certo, pois preciso receber e cumprir o que combinei.*

Essa afirmação do entrevistado 2 é muito significativa, pois revela que o trabalho realizado por ele é desenvolvido por necessidade financeira. Além disso, revela também que o trabalho na Associação com os artesanatos é uma forma de agregar renda, porém é o que a pessoa mais gosta de fazer, o lazer em forma de trabalho e seu trabalho em forma de lazer. Ela se sente motivada e salienta a vantagem de ser um trabalho livre de horário e compromissos. E, na seqüência, observa-se que, em muitos casos, eles trabalham mais horas que os assalariados. É o que dizem dois entrevistados:

Entrevistado 3: *Mesmo que aqui não tenho um horário fixo, o artesão trabalha em casa, acho até que trabalha mais que o assalariado, aqui trabalhamos 10 a 12 horas por dia ou mais, pois é um trabalho lento, o assalariado faz o serviço dele, larga lá e vai almoçar ou vai pra casa, nós fazemos o trabalho em casa, e todos aqui fazem o trabalho nas horas que podem e em casa e o compromisso com o nosso trabalho acho que é maior.*

Entrevistado 4: *Na minha vida, eu vejo a arte como uma terapia, as vezes fico chateada com alguma coisa ou estressado, ai chego e monto um produto e ai passou a hora e esqueci os problemas, eu sempre gostei de arte e ai quando conheci a Associação começamos a trabalhar juntos e foi dando ideias e aprimorando cada vez mais e trabalhando junto e pra mim foi ótimo e assim preencho meu tempo e aproveito e faço meu próprio salário.*

A questão laboral da atividade manual é vivenciada pelo entrevistado 4 como uma forma de terapia, pois, como ela mesma afirma, esquece seus problemas e consegue se manter estável e menos estressada; a atividade manual exercita sua criatividade e alivia suas tensões e problemas. Os dados revelam que essa mesma pessoa que foi entrevistada é uma das que sempre está presente durante o período noturno nas barracas da Associação, sempre dialogando e conversando com as pessoas que por ali permanecem e passam. Seria uma especie de fusão entre espaço doméstico e espaço da produção, que complexifica a relação dos sujeitos com o seu trabalho e também sua análise.

A fala, debatida no grupo, sobre a questão do trabalho com o artesanato e suas vidas domésticas, denuncia que os artesãos realizam todas as etapas da produção, desde o preparo e compra da matéria-prima, até o acabamento final, não havendo divisão do trabalho ou especialização para confecção de um produto e, em diversas situações, sempre contam com a ajuda de um aprendiz.

A identificação coletiva do grupo está relacionada, principalmente, com a arte, com o belo, com a criatividade, com o trabalho artesanal e os sentidos que ele tem. Aparece eventualmente, nas entrevistas e observações, a questão econômica e financeira quase como algo apenas para cobrir os custos de produção. Falam que a questão econômica e financeira é importante, pois agrega recursos, mas acima de tudo é o espaço para criarem, para viverem e conviverem com outras pessoas que vêem o artesanato como ponto comum em suas vidas. As necessidades atendidas, portanto, suplantam a questão financeira, sendo por vezes de ordem subjetiva e pessoal.

As pessoas se revezam todos os dias para atender nas barracas onde ficam os produtos, muitos não fazem esse revezamento por obrigação. Ao contrário, comparecem na Associação para trocarem ideias, para conversarem em um clima extremamente agradável, ficam sentados nas cadeiras de pneus, conversam com as pessoas que passam pela praça. O interessante é que essas pessoas chamam os mendigos pelo nome, pois conhecem a história de cada um deles. Nota-se que o empreendimento em forma de Associação é útil para agregar alguma renda aos seus associados, mas, acima de tudo, para a convivência com seus pares e por manter um sentimento de pertença e de liberdade na atividade que realizam.

8.1.2 Crenças societárias, valores e expectativas

Este estudo teve como objetivo compreender os significados que os associados atribuem à sociedade em que vivem, e também perceber alguns de seus valores e expectativas em relação à Associação. A questão analisada no grupo dizia respeito ao que consideravam necessário para viver de forma associativista.

Começaram afirmando que o maior problema dizia respeito ao acesso às matérias primas. Relatam que é muito caro comprar fora da cidade deles e que encontram muita dificuldade na questão financeira e no investimento de matérias primas, como afirma uma associada: “o pior é a matéria prima que é cara, compra aqui muita coisa e aí fica caro, a falta de dinheiro para investir nos materiais é o mais complicado”.

O estoque de matéria prima dos artesãos precisa ser variado, para tentarem elaborar coisas novas e, com isso, ficam com um estoque elevado de materiais até conseguirem confeccionar e depois vender os artesanatos. Nesse sentido, o investimento fica prejudicado quando ocorrem períodos de baixa nas vendas. Entretanto, pôde-se observar que, por meio da criatividade, utilizam materiais para confeccionar os mais diferentes produtos e tentam ao máximo utilizar os materiais que já têm disponíveis para criar novos artesanatos.

Na sequência das entrevistas, surgiu a questão do convívio entre as pessoas associadas, como um fator relevante para viver de forma associativista. A maioria afirma ter muito conflito e interesses diferentes no grupo. A presidente afirma que *“a maior dificuldade é nosso convívio, sempre é difícil, apazigua... dá um jeitinho, mas nunca passa e acaba”*.

A relação interpessoal do grupo apresenta conflitos. Foi possível observar que eles debatem, discutem e, depois de passada a briga, voltam a conviver, mas sempre com certa restrição em participar dos debates em grupo. Por isso, tentam evitar reunir o grupo todo para não aparecerem as discussões, e a estratégia utilizada pela Presidente, em muitos casos, é fragmentar a decisão, solicitando informações de forma individual, evitando o conflito grupal.

Esse comportamento das lideranças, por meio da heterogestão e centralização de informações e atividades, é visível quando se percebe que a Presidente faz o trabalho referente aos cargos de tesoureira e secretária, ou seja, na maioria dos casos, ela trabalha sozinha. Isso faz com que somente ela tenha controle sobre suas ações, não permitindo que o coletivo compartilhe da gestão da Associação. Essa dificuldade em compartilhar e delegar as tarefas para o restante do grupo gera, nos associados, sentimentos de frustração, decepção e conflitos e, como já citado, provocou a cisão do grupo em duas associações.

Um dos mais importantes princípios da Economia Solidária é a autogestão, ou seja, não separar quem toma as decisões de quem executa, e compartilhar nas assembleias a vontade coletiva. Entretanto, isso é deixado de lado, em raras ocasiões realizam assembleias para decisões coletivas. Esse comportamento, em se organizarem como a Associação de artesãos, não provocou uma cisão total do grupo, pois os associados apenas comercializam coletivamente, sendo apenas um dos aspectos de todo o trabalho que realizam.

Nesse sentido, a maior expectativa dos associados tem sido a troca de gestão. A atual Presidente falou em largar o cargo e, dessa vez, várias pessoas se articularam e uma delas irá assumir o posto de presidência com a colaboração de um grupo comprometido em profissionalizar a Associação. Os dados revelam que eles estão cheios de ideias, entusiasmados e pretendem organizar melhor a união entre as pessoas e o local das vendas coletivas. Além disso, pretendem construir um local com condições que lhes permitem ter

televisores, geladeira, máquinas de cartão de crédito e débito, entre outras coisas. Nesse sentido, as expectativas estão voltadas para um aumento das vendas e, conseqüentemente, a melhoria da renda individual.

Outra questão debatida pelo grupo diz respeito ao projeto político defendido pelo grupo. Eles afirmaram que não possuem claramente nenhum projeto, falaram de questão ambiental de trabalharem com alguns produtos resultados de reciclagem, mas não apresentaram qualquer pauta política defendida pela Associação.

Consideram que, para viver de forma associativista, devem aprender a lidar com os conflitos interpessoais, respeitar as pessoas, saber ouvir e sempre conversar em assembleias para tomar qualquer decisão. Afirmam isso, pois geralmente a maioria das decisões é tomada por apenas duas pessoas, e apenas em outras questões, em que consideram precisarem do grupo, chamam para reunião. Essas outras questões estão ligadas ao fato, por exemplo, de quando necessitam reunir o grupo para aumentar a arrecadação da Associação, para realizarem algum projeto comum, como a reforma das barracas ou recurso para realização de feiras.

8.1.3 Interesses antagônicos e Adversários

Essa dimensão, conforme contextualizado, demonstra que os sentimentos individuais se referem a como os interesses simbólicos e materiais de alguém são opostos aos interesses de outros grupos; é a noção de um adversário visível, podendo ser um indivíduo, um grupo ou uma instituição.

Nas entrevistas e observações realizadas, nota-se que não há um adversário visível que justifique a existência da Associação para lutar contra essa força tendo em vista que o objetivo inicial da Associação é fortalecer e divulgar o artesanato local. A questão de as dissidentes da Associação criarem uma outra semelhante e exporem seus produtos ao lado delas, em alguns momentos, gera conflitos. É perceptível que há conflitos entre alguns membros da Artetan com membros da Mandala, pois, de acordo com a observação, nem se falam e nem se olham no rosto, já outros membros agem normalmente, não apresentam restrições. Parece haver questões pessoais, que contudo não houve tempo para investigar mais a fundo.

Nas observações e análises, é possível perceber que o grupo reage contra o processo de industrialização de massa, de produtos fabricados em série e vendidos em lojas a preços inferiores ao artesanato. Os associados argumentam que os seus produtos têm história, têm origem, ou seja, têm um significado. Como debatido no grupo:

Entrevistado 1: *é complicado, a gente faz as coisas do melhor jeito e com a melhor qualidade possível, colocamos nossas vidas, nosso amor nos produtos, eles tem uma historia, um significado, ai vem gente e fica comparando com os produtos encontrados na lojas, por exemplo esses panos de prato bordados, olha a qualidade, o acabamento, agora quero ver pegar um produzido lá na China pra ver.*

Entrevistado 2: *eu penso que se fosse pra gente produzir só um produto... a gente seria uma industria só daquele produto, se todos fizessem a mesma coisa, dividindo o trabalho igual na fabrica, mas e ai... não seríamos artesãos. Pois a gente pega materiais e transforma em produto final e vendemos direto para o cliente, é dificil fazer comércio assim, mas é melhor e somos uma Associação de artesãos que vamos continuar fazendo assim.*

Os produtos que produzem se contrapõem ao processo de industrialização em série, de homogeneização, isto é, aquilo que torna todos os produtos perfeitamente iguais. Em contrapartida ao processo de industrialização, o artesanato, feito pelos associados, é manual, pessoal, sendo um produto exclusivo. A maioria das vendas acontece quando os artesãos relatam os detalhes do produto, ou seja, mostram os materiais que foram utilizados, como foi confeccionado, qual o significado da imagem.

É uma luta clara contra o processo de produtos fabricados em série e importados, que são vendidos no comércio local algumas vezes com preços e qualidade inferiores. Isso gera certa revolta nos artesãos, pois muitas vezes comparam os produtos e os preços e percebem que os produtos artesanais ficam com uma fatia muito pequena do mercado consumidor, ocasionando baixas vendas nos produtos artesanais.

Esse processo de produção artesanal repercute significativamente nas subjetividades desses sujeitos, pois eles se reconhecem nos produtos que produzem e que estão ligados à arte, ao belo, ao criativo, os quais se contrapõem à produção em série.

8.1.4 Eficácia Política

Os sentimentos das pessoas sobre sua capacidade de intervir numa situação política, por meio de seu envolvimento na associação, é o que corresponde ao entendimento de eficácia política, haja vista que os artesãos associados acreditam que a Associação pode viabilizar a comercialização de seus produtos, inserindo na comunidade local e em feiras estaduais e nacionais.

O trabalho realizado por essas pessoas ocorre em suas próprias casas, onde conseguem conciliar seus horários e afazeres domésticos com a produção de artigos artesanais. Se tivesse

oportunidade de melhores rendimentos por meio do artesanato, esses associados se dedicariam exclusivamente à Associação, mas como isso não ocorre, eles desenvolvem atividades diversas com trabalhos registrados, e contam com a Associação para incrementar a renda. Todavia, como relatado anteriormente, os principais motivos de participarem da Associação não diz respeito a questões econômicas e financeiras, mas primordialmente em exibirem os produtos confeccionados manualmente por cada um e os ganhos subjetivos decorrentes. É o que afirmam alguns dos entrevistados:

Entrevistado 1: *A melhora não é tanto financeira, mas o seu trabalho vai melhorando e você vai fazendo coisas diferentes, financeiramente as vendas são de época e datas comemorativas ai a gente ganha, ao contrario disso é uma coisinha ou outra, e tangará não tem aquele movimento, só nas datas comemorativas mesmo.*

Entrevistado 2: *A gente está por que a gente gosta, pois durante o dia todos aqui tem outras coisas, pois só daqui não tem como viver, o único que vive é ele aqui (aponta para o associado que produz moveis com pneus), já tem uma ano que vive só dessa renda.*

Entrevistado 3: *Não tivemos melhoria de vida não, participo faz seis anos pra cá e agora que tem ficado um pouco melhor, mas é muito pouquinho.*

A questão de melhora de vida dos associados não diz respeito somente ao aspecto financeiro, mas, em muitos casos, ao fato de poderem aprender algo novo com os colegas, sentirem-se capazes e com a estima elevada devido a sua ocupação. Em observações e contatos informais, foram citados os casos de uma associada que sofria maus tratos de seu marido, e, quando começou a participar da Cooperativa se sentiu segura e amparada pelas pessoas da Associação, e, em pouco tempo, ela se separou e voltou a estudar, resgatando assim a dignidade e estima pessoal.

Como se pode perceber pelos relatos, os associados localizam as causas de suas vidas em um nível individual e, posteriormente, refletem e percebem que podem ser sujeitos de sua história levando em conta as condições sócias em que vivem, ou seja, uma interação do social com o individual. A produção é individual, mas as vendas são coletivas, isto é, escolhem individualmente e compartilham e se apóiam no coletivo. Conseguem esse nível de consciência devido à participação na Associação, acreditando que, se agirem coletivamente em suas ações, consolidarão o comércio de seus produtos.

A questão da política local e o envolvimento com essa Associação é presente. Os vereadores e candidatos a vereadores, inclusive o prefeito, passaram pela Associação para conhecer e realizar campanhas. Prometeram recursos financeiros para Associação comprar

matérias primas e outros produtos. Porém essas promessas dificilmente se realizam, alguma ajuda vem, mas sempre menos do que a expectativa das associadas. Nesse sentido, mobilizam-se no intuito de meramente “pedirem para o prefeito” uma ajuda. Um dos entrevistados salientou que

Entrevistado 1 A gente vive brigando, tem muita luta, a gente está até diminuindo um pouco sabe, estava até ficando chato, tipo os outros falavam.. hiiii lá vem elas de novo.. mas a gente fazia isso pois sabe que tem verba.... que tem recurso para gastar com associações, mas é difícil conseguir qualquer coisa.

Essa mobilização é apresentada no coletivo, geralmente a presidente e mais duas pessoas se responsabilizam, em nome do grupo, em redigir uma pauta, e irem até a prefeitura municipal protocolar o documento, mas sempre na tentativa de entregar pessoalmente ao prefeito, o que geralmente nunca acontece, um assessor recebe e conversa com as associadas, afirmando que irão analisar.

8.1.5 Sentimentos de Justiça e Injustiça

A expressão dos sentimentos de reciprocidade entre as obrigações e recompensas diz respeito a essa dimensão que contempla os sentimentos de justiça e injustiça dos participantes na Associação. Os associados conseguem de alguma forma reparar os sentimentos de injustiça que sofriam através do comércio individual, pois, na Associação, os produtos ficam constantemente expostos, independente da presença do artesão.

Sentem que seus produtos têm um valor agregado que os industrializados não têm. Essa competição comercial com os produtos, fabricados em massa e em série, torna desleal a concorrência, entretanto, quando unidos para venderem coletivamente, conseguem reparar mesmo que parcialmente esses sentimentos.

8.1.6 Vontade de Agir Coletivamente

O desejo que move esses sujeitos a participarem da Associação visa, em primeiro lugar, a união com outros artesãos, a criação de laços de amizade, o conhecimento e ajuda mútua; em segundo lugar, a participação na Associação acrescenta benefícios próprios, ou seja, a partir de pequena contribuição, têm seus produtos expostos na praça central todos os dias da semana. Apesar de muitos afirmarem que não têm ganhado em participar da Associação, ao continuarem seus discursos, percebem que o ganho consiste em estar integrado e conectado a outras pessoas que têm interesse na produção de artesanatos.

Essa união das pessoas, por meio da Associação, mobiliza o grupo rumo a espaços políticos, ou seja, auxilia-os a reivindicarem recursos públicos para suas atividades, como por exemplo, a compra de artesanatos por parte da prefeitura em datas comemorativas. Ao invés de comprar no comércio, a compra é feita na Associação dos artesãos, ou pelo menos uma parte dela. Constantemente, o grupo fica mobilizado e algumas associadas procuram políticos locais ou membros da prefeitura para entregar solicitações e pauta de reivindicações. No grupo concordaram com a afirmação de uma associada:

Sempre a mesma coisa, fazemos solicitação, falamos com um que empurra para outro e para outro, na prefeitura o pessoal é muito de amizade e conhecidos essas coisas, quando é do lado deles tudo bem, quando não é eles dizem não, e ai... fazer o que... Por exemplo, essas casinhas, ou nós fazemos ou nós fazemos, se cada um colaborar de um jeito quando vê está pronto, foi o que aconteceu, depois que as casinhas estavam reformadas, vieram aqui para perguntar por que não pedimos e tal, mas eles sabiam de tudo e não fazem, ai depois quando está pronto eles vem com esse papo.

Essa mobilização das associadas é parte das discussões diárias do grupo, sempre conversam, discutem e comentam sobre possibilidades de realização de vendas para a prefeitura. Esse agir coletivo do grupo, em busca de espaços públicos, propicia união e renovação das expectativas. Em alguns casos, quando não tiveram suas expectativas atendidas, começaram a pensar e a se articularem na tentativa do grupo mobilizar recursos para realização de ações que considerem relevantes, como por exemplo, o caso das barracas.

Inicialmente, a prefeitura construiu e doou, no centro da praça, casinhas confeccionadas de compensado. Entretanto, com o passar dos anos, essa madeira estava se deteriorando, o que fez com que os associados se mobilizassem e procurassem a prefeitura, as secretarias municipais, entre outros órgãos, mas não obtiveram êxito. Em determinada reunião propuseram conseguir doações com outras instituições para os recursos físicos e que a mão de obra para confecção das casinhas seria realizada pelas próprias associadas. E foi o que aconteceu: receberam a doação de uma madeira nobre, conhecida como Teca, por parte de um apresentador de televisão que foi candidato a deputado estadual. Com a matéria prima em mãos, conseguiram construir as casinhas. Importante salientar que a outra Associação continua com as casinhas de forma precária.

Essa capacidade de mobilização é valorizada na Associação, pois, apesar de seus conflitos interpessoais, as pessoas conseguem atingir alguns objetivos coletivos, percebem essa vantagem em participar da Associação que tem uma capacidade de mobilizar e

sensibilizar a comunidade local e parte do poder público. Esse sentimento de conquistas, por meio da mobilização coletiva, conduz esses sujeitos a serem protagonistas de suas histórias, através dessa vivência, apesar do envolvimento em trabalhos fora da Associação. Por uma questão de necessidade de sobrevivência material, almejam e buscam formas alternativas de produção e comercialização. Além disso, buscam também formas de fortalecer os vínculos e o trabalho artesanal.

8.1.7 Ação e Objetivos do Movimento Social

Os objetivos pessoais dos sujeitos envolvidos na Associação têm relação direta com a estratégia da Associação, a partir do seu interesse individual, de sua atividade como artesão, encontrando na Associação um espaço para compartilhar com seus colegas e comercializar seus produtos.

Os dados revelam que a Associação proporciona visibilidade para seus associados. Em alguns relatos, os associados falam que já tinham visto a Associação, ou algum amigo ou parente. Pessoas, que conhecem os artesãos e também conhecem a Associação, sempre sugerem às outras pessoas que procurem a Associação. O principal motivo dessa procura é justamente a possibilidade de comercializar os produtos coletivamente com baixos custos. Posteriormente a essa adesão por esse motivo, muitos associados encontram no grupo um espaço para troca de informações e fortalecimento da atividade de artesão.

A rotina de trabalho da Associação consiste basicamente em escolher e discutir coletivamente um dia da semana para permanecer no horário da 17h às 21h. Essa escala não tem padrão nem é formal, cada casinha se organiza entre as pessoas para atenderem ao público. Essa casinha, que possui três lados abertos, tem os espaços divididos para cada artesão. Quando alguém realiza a venda de algum produto do colega, anota no caderninho e posteriormente entrega ao colega. Não existe histórico do valor das vendas, não tem dados sobre quais os produtos que mais vendem, a gestão da Associação é feita de forma pessoal e com ausência de processos das atividades. Sobre esse aspecto, uma das entrevistadas desabafa:

Entrevistada 1: Aqui nas casinhas falta tudo, não tem padrão para por energia, assim só acende a noite as luzes juntos com a da praça, assim não dá pra ter televisor, refrigerador e também a máquina de passar cartão, o rodízio das casinhas é feita de qualquer jeito, cada um se organiza como pode e faz de um jeito, nunca sabe o que cada um deve fazer, não tem liderança, é diferente de casinha em casinha o jeito do espaço e a divisão para exposição.

A percepção dos associados com relação aos seus objetivos pessoais e às estratégias de ação da Associação atendem parcialmente as expectativas dos associados que constantemente buscam melhorias de condições de trabalho, ou seja, de gestão do trabalho, que por falta de espaço para participação, deixam de contribuir, fica uma lacuna de insatisfação no que diz respeito à gestão coletiva. Esses conflitos de interesses internos do grupo dificultam ações de profissionalismo com relação à gestão da Associação, mas esses conflitos, já compreendidos pelos associados, têm gerado um sentimento de esperança e expectativas com o qual é possível construir uma associação com a participação efetiva dos artesãos.

Figura 12: Esquema das dimensões da consciência política na Artetan



Fonte
Própria

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visou descrever e analisar as dimensões da consciência política dos sujeitos envolvidos em empreendimentos de economia solidária. Por se tratar de um campo muito extenso, foi útil e necessário utilizar as categorias para análise de acordo com a proposta realizada por Sandoval (2001). O estudo e análise dessas dimensões contempla inúmeros aspectos da vivência das pessoas envolvidas em movimentos sociais. Esse fato sugere a opção de compreender a economia solidária como um novo movimento social.

Na produção do *corpus* da pesquisa foi considerada a relevância de luta dos empreendimentos no município, assim como o acesso do pesquisador a tais grupos. Também se considerou escolher grupos de segmentos de produção diferentes. Foi realizado um grupo focal em cada empreendimento, onde, através de um roteiro para debates, o pesquisador levantava questões e acompanhava a discussão do grupo, realizando anotações. Posteriormente, foi realizada a transcrição da gravação e, para complemento da pesquisa, também foram entrevistados dois associados de cada empreendimento.

As entrevistas e grupos focais foram relevantes para a coleta e análise dos discursos desses sujeitos e as observações complementaram essa coleta de informações junto a esses grupos. Diante desses dados, das análises e reflexões realizadas, foi possível ampliar a compreensão da consciência política desses sujeitos envolvidos em empreendimentos de economia solidária.

As observações iniciais levantavam a hipótese de que os sujeitos envolvidos nesses empreendimentos eram militantes da economia solidária, de uma forma de produção não capitalista e de certa forma politizados, ou seja, com uma consciência política de luta e militância. Essa hipótese, como verificado ao longo da pesquisa, mostrou-se não totalmente correta; alguns sujeitos são politizados e tem uma formação política anterior, no entanto esse grupo heterogêneo e plural não apresenta apenas um aspecto, mas comporta inúmeras possibilidades e modos de encarar e vivenciar o trabalho associado.

A ação coletiva desenvolvida pelos empreendimentos de economia solidária é multi-influenciada por fatores econômicos, culturais, sociais, psíquicos e políticos. Assim, coube destacar alguns pontos limitados no decorrer dos estudos de caso apresentados. Cabe, agora, algumas comparações que esta dissertação empreendeu e as conclusões a que se chegou. Vamos a elas.

Dentre essas possibilidades, verificou-se que as pessoas, inicialmente, envolvem-se no empreendimento por necessidade, curiosidade, por um interesse em estar trabalhando e vinculado a um grupo produtivo. Posteriormente, devido ao fato de o empreendimento

apresentar características que visam alcançar a autogestão, as reuniões, assembléias, participações em fóruns, feiras, palestras, cursos, entre outros, geram uma consciência política um pouco mais crítica, ou seja, começam a receber a formação dos princípios da economia solidária. Nesse sentido, o fenômeno que se observa é uma politização da sobrevivência.

Essa politização é gerada tendo em vista os processos de assessoria da Universidade, do Poder Público e da própria gestão do empreendimento. É um processo lento, com inúmeras dificuldades de participação do coletivo, mas, enfrentados esses obstáculos, os sujeitos tentam manter a direção nos princípios da solidariedade e da autogestão.

Figura 10: Esquema Comparativo das dimensões da consciência política

Dimensões	Artetan	Coopertan
Identidade Coletiva	Arte e trabalhos manuais	<i>Parentesco familiar e vizinhança Liberdade no trabalho</i>
Crenças, valores e expectativas	Arte, criatividade e estabilizar renda	Amizade e união; questão ambiental e sobrevivência material
Interesses Antagônicos e Adversários	Produção em massa Produtos industrializados	<i>Luta contra o desemprego e formas exploratórias de trabalho</i>
Eficácia Política	Melhorar a venda dos produtos Conseguirem recursos	Melhoria de vida, trabalho livre
Sentimentos de Justiça e Injustiça	Concorrência desleal com produtos industrializados	Desemprego, estar incluído em um trabalho livre
Vontade de agir coletivamente	Comercializar coletivamente Fortalecer laços com outros artesões	Cooperativa com um espaço para as vivências de um trabalho livre, junto com familiares
Ações e objetivos do movimento social	fortalecer o artesanato realizar vendas coletivas	Dono do próprio negócio, transparência nas relações produtivas

Fonte Própria

A questão da identidade coletiva que une esses sujeitos para agirem de forma coletiva revelou-se ligada à produção. No caso do artesanato, a manifestação da coletividade envolve atividades relativas aos trabalhos manuais e os momentos de criação de novos produtos. No

caso dos catadores, o que caracteriza o coletivo é a liberdade no trabalho, assim como vínculos de parentesco e amizade. Os associados identificam-se por diferentes motivos, pois são de universos sociais e econômicos diferenciados, tendo em vista que na Artetan somente um associado vive exclusivamente dos rendimentos obtidos via associação, já na Coopertan, somente um associado não vive diretamente dos ganhos da Associação.

A arte e os trabalhos manuais, ligados à criatividade na utilização dos materiais disponíveis para produzir, levam essas pessoas a trocarem ideias, compartilharem e se identificarem através do artesanato. Essa identificação os une em solidariedade para comercialização dos produtos e colabora na organização e mobilização dos associados para melhoria do trabalho e conquista de espaço público. Entretanto, o fato de a liderança ser centralizadora e acumular diversos cargos gera, em algumas pessoas do grupo, certa passividade, inibindo a participação efetiva e deixando as decisões a cargo da presidente.

Na Coopertan, esse aspecto da liderança centralizado na figura de uma pessoa já foi superado. Nesse empreendimento, há um associado que é uma forte liderança, pois foi um dos fundadores da Associação e o primeiro presidente da cooperativa, permanecendo por dois anos na presidência. Após nova eleição, outra pessoa assumiu. Hoje, um outro cooperado, um dos mais jovens na cooperativa, preside a Associação e o grupo já se organiza para as próximas eleições. As decisões são compartilhadas, as receitas e despesas são transmitidas para todos os associados de forma transparente e clara, em qualquer situação que enfrentem, seja de conflito, dúvidas ou rotina do trabalho. A cada nova situação, o grupo é chamado ao debate para deliberar em conjunto. Essa maturidade na Coopertan é fruto de anos de luta e organização coletiva e apoio de outras instituições. Apesar do forte vínculo familiar, do espaço doméstico onde se realiza a produção, os casos de crise são superados e vistos com profissionalismo pelos cooperados.

No que diz respeito às crenças e aos valores dos grupos, também diferem em muitos aspectos. Na Artetan, os sujeitos possuem valores tais como: arte, beleza, cultura, criatividade e incremento na renda. Já na Coopertan, o grupo privilegia valores tais como: amizade, união, a questão da defesa ambiental e a sobrevivência material, ou seja, trabalho e renda para suas famílias. Esses empreendimentos analisados representam, de um lado, a luta pela sobrevivência e, de outro, uma renda extra.

Os dois grupos apresentam dificuldades em relacionamentos interpessoais, brigas, conflitos e discussões. Esse campo contraditório e conflituoso das relações interpessoais e dos interesses pessoais envolvidos na gestão coletiva dos empreendimentos observados compõe uma parte do fenômeno. O relacionamento entre os sujeitos não é somente conflituoso e com

dificuldades de gestão. Esses mesmos sentimentos geram e compõem uma outra parte, a expectativa de transformarem, de realizarem seus objetivos pessoais e coletivos. O empreendimento representa uma possibilidade concreta de mudança, uma brecha no cotidiano, um espaço público e coletivo de se manifestarem através de suas produções: seja produtos oriundos do *lixo*, separados e prensados, prontos para serem reciclados, seja produtos reciclados e transformados em utensílios artísticos, a *arte*. O resultado do trabalho repercute nas subjetividades observadas através dos discursos desses sujeitos. Essa influência da atividade laboral na constituição do sujeito, realizada através de processos que visam alcançar a autogestão, gera uma integração do processo produtivo desses sujeitos, aproximando as pessoas de suas próprias vidas, pois se trata do espaço doméstico e de produção interagindo fortemente nas dimensões da consciência desses trabalhadores.

A análise das dimensões da consciência política, no aspecto dos interesses antagônicos que encontram participando do movimento da economia solidária, diz respeito, basicamente, a questões típicas do próprio sistema capitalista, ou seja, a luta contra o desemprego, contra formas exploratórias de trabalho e de produtos industrializados em massa. Esses empreendimentos encontram essa fresta no social de luta contra esses interesses, acreditando que a eficácia política desse movimento vai gerar melhoria na qualidade de vida.

A concorrência com produtos industrializados, fabricados em série por empresas privadas, em muitos casos produtos importados, com o preço muito abaixo do praticado por pessoas que desenvolvem produtos artesanais, tenta ser reparada de alguma forma, valorizando a exclusividade, qualidade e origem do produto.

Na Coopertan, o sentimento de injustiça a ser reparado presente nos discursos dos cooperados é o fato de estarem em um trabalho livre, sem a pressão constante de um chefe supervisor ou gerente. São extremamente motivados para trabalharem, gostam do que fazem e, principalmente, das pessoas com que trabalham juntos. Sentem-se incluídos e se identificam com os colegas catadores, afirmam que o trabalho é divertido e as pessoas são animadas, que é legal e gostoso o trabalho que fazem. Esse sentimento alivia, em partes, a hostilidade do trabalho, tendo em vista o mau cheiro e o lixo espalhados pelo ambiente, isso sem contar que trabalham sem proteção alguma, assim compensam brincando e se divertindo uns com os outros.

O agir coletivo desses grupos demonstra que o espaço coletivo de produção é um espaço de trocas de sentimentos, compartilham de suas vidas pessoais e profissionais com os colegas, apoiando-se mutuamente, fortalecendo laços de amizade, respeito e companheirismo. Fortalecem seus laços como classe de trabalhadores, sejam artesãos, sejam catadores, esse

vínculo entre essas pessoas os une no coletivo, facilitando a vivência diária na rotina de trabalho. Tanto na Artetan quanto na Coopertan, os espaços domésticos e de produção se integram.

As formas de ação coletiva e individual analisadas através das dimensões da consciência política suscitam algumas considerações:

- a. o campo dos empreendimentos de economia solidária é plural, diverso, ambíguo, heterogêneo;
- b. unindo-se em cooperação com outros trabalhadores, os sujeitos sentem-se fortalecidos e integrados a um grupo social e a própria sociedade, respeitando as diferenças individuais;
- c. os processos de autogestão focalizam a participação efetiva dos sócios e politizam o trabalho;
- d. a busca pela sobrevivência material dos sujeitos envolvidos nessas formas de empreendimentos reflete em sua consciência política e visão política de mundo;
- e. conseguem vislumbrar no trabalho cooperativo uma forma mais livre e humanizada de trabalho;
- f. os sujeitos envolvidos nessas formas de empreendimentos carecem constante e continuamente de formação política dos princípios da economia solidária;

Essas considerações levam em conta as observações, entrevistas e grupos focais realizados no decorrer da pesquisa. A participação desses coletivos na construção de políticas públicas foi fundamental para conquistarem espaço e lutarem por formas de trabalho e geração de renda humanizados. Os espaços de conquista desse movimento surgiram a partir das demandas apresentadas pelos coletivos que começam a demandar recursos para seus empreendimentos. Em alguns casos, o surgimento do empreendimento é justamente resultante da exclusão formal do mercado de trabalho, da exploração dos trabalhadores e da falta de renda. É uma forma de luta pelo direito à obtenção de renda, pelo direito ao acesso a políticas de crédito, pelo direito de construir uma forma alternativa de produção ao sistema capitalista. Nesse sentido, a luta é o enfrentamento ao próprio sistema, pois a Coopertan luta contra o

desemprego e formas exploratórios de trabalho e, no caso da Artetan, a luta se coloca contrária à produção em massa e aos produtos industrializados.

No bojo dessa luta, encontram muito mais que somente a renda para sua sobrevivência, encontram um local de trabalho que os inclui socialmente, que respeita as diferenças, apesar dos conflitos. Em meio às divergências, produzem-se enquanto sujeitos, nos encontros e desencontros cotidianos. Nesses espaços, eles compartilham e vivem suas vidas, ou seja, produzem em um local onde se desenvolvem como sujeitos ativos e participantes da sociedade em construção, isto é, politizam sua sobrevivência.

Isso envolve também a sociedade local, que passa a interagir com processos e produtos oriundos das práticas associativistas, tendo a oportunidade, como cidadã e consumidora, de participar em alguma medida de uma mudança social e de politizar seu cotidiano.

Conclui-se que a economia solidária guarda esse potencial emancipatório e de espaço de construção dos sujeitos nas relações que ela engendra. Seu futuro depende, portanto, da ação de todos os envolvidos – associados, apoiadores, comunidade consumidora ou fornecedora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira Ciências Sociológicas**. São Paulo, v. 13, n. 37, Jun 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 Set. 2009.

ANDRADA, Cris Fernández. **O encontro da política com o trabalho**: historia e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS. Dissertação de Mestrado em Psicologia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. 2005.

ANDRADE, Marcia Campos. **Psicologia social e economia solidária**: uma análise psicossocial sobre o trabalho associativo e cooperativo na perspectiva da economia solidária. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Psicologia. 2004.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

BERGER, P. ; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARFKNECHT, Kátia Salete. **Economia solidária, saúde mental e trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. 2005.

BAUER, M., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Os sentidos da economia solidária**: Os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

BOCK, A. M.; FURTADO, O. TEIXEIRA, M. L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUNCHAFT, Alexandra. **A identidade do trabalhador cooperado em uma organização popular e solidária de trabalho**: O caso da cooperativa de mulheres do parque são bartolomeu, Mestrado em Psicologia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em Psicologia do Trabalho e Organizacional. 2004.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979. Capítulos 1 e 2, traduzidos disponibilizado através de apostila da disciplina de Metodologia do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. Ática: São Paulo, 2000.

CORTEGOSO, A. L.; LUCAS, Miguel Gambelli (Orgs.). **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

COUTINHO, M. C., BEIRAS, A., PICININ, D. et al. **Novos caminhos, cooperação e solidariedade**: a psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia e Sociedade*, jan/abr. 2005, vol.17, no.1, Porto Alegre-RS. p.x-y.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Senac, 2001.

DOZZI, Carla Carusi. **Paradoxos e Ambigüidade de uma cooperativa popular de produção**: uma análise psicossocial. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

EID, F.. Metodologia de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: ZART, Laudemir (Org.). **Educação e sócio-economia solidária - Paradigmas de conhecimentos e de sociedade**. Caceres: Unemat Editora, 2004b, v. 1. p. 275-289.

ESTEVES, Egeu Gómez. **Sócio, trabalhador, pessoa**: Negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial. Dissertação de Mestrado em Psicologia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. 2004.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, nº 4, p. 11-23, 1984. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=145> acesso em: 29 set. 2009.

FARR, R. **As raízes da psicologia social moderna**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fonte, 2004.

FRANÇA Filho, GENAUTO C. de. LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: FURGS, 2004.

GADEA, Carlos A.. **Breves contribuições da crítica pós-moderna para a análise dos movimentos sociais**. São Leopoldo, v 41, n. 3, , 2005a. p. 137-142. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*.

_____. **Perspectivas e debates sobre os movimentos sociais na América Latina. Política & Sociedade**; Florianópolis: editora v. 5, 2004. p. 231-236.

_____ ; SCHERERWARREN, Ilse . Alain Touraine e a democracia na América Latina. **Cadernos do CEAS** (Salvador), Salvador, CEAS, v. 220, 2005b. p. 9-18.

_____. O estudo dos movimentos sociais e a esquerda política na América Latina. **Cad. CRH**. Salvador, v.21, n.54, dez. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 30 nov. 2009.

GAIGER, L. I. G. (Org.) . **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía: Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. 2, 2008. p. 58-72.

_____. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, 2004. p. 799-834.

_____. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katalysis**, Local: editora, v. 11, 2008. p. 11-19.

_____. A outra racionalidade da economia solidária; conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v. 79, 2007. p. 57-77.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.

_____. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Revista Venezolana de Economía Social**, Ano 4, Nº 8, Dez. 2004. p.x-y.

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 84, Mar. 2009. P. 81-99.

_____. Economia solidária. IN: Hespanha, P. (Org.) ; GAIGER, L. I. G.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.-L. (Orgs.) . **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009b. v. 1. p.x-y.

_____. **Disciplina de Referência - Lp3**, PPG Ciências sociais Unisinos, Slides. 2009a, disponível em: www.ecosol.org.br/arq/IIIemesol.ppt, acesso em 20 set 2009.

GEWEHR, Catarina de Fatima. **Construção psicossocial da cidadania - a experiência das crianças da oficina do saber**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. 2007.

Gill, R.. Análise de discurso. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Tradução: Pedrinho a. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003. p.x-y.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUIMARÃES, Solange Sueli de Sales. **As tramas da inclusão/exclusão social mediadas pela economia solidária.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

IBAÑEZ GARCIA, T. O giro Lingüístico. In: IÑIGUEZ, L (coord). **Manual de análise de discurso em ciências sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004. p.x-y.

KEMP, Valéria Heloísa. **Práticas associativas da economia solidária e laço social.** Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

LACERDA, Luiz Felipe Barboza. **Governar-se para quê? As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários: O caso da Cadeia Produtiva Justa Trama.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Leopoldo-Rs: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2009.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y radicalización de la democracia.** 1985.

LANE, S. e SAWAIA, B. (Orgs.) **Novas veredas em psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

LANE, S. T. M e CODO, W. (orgs). **Psicologia social: o homem em movimento.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIMA, Ana Maria de. **Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos: um estudo da Coopertan de Tangará da Serra-MT.** Dissertação de Mestrado em Engenharia de produção. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências exatas e de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. 2010

Lopes, José Rogério. Movimentos sociais, negociação da realidade e modos de modernização na sociedade brasileira. **Revista de Educação Pública.** Cuiabá: editora v. 16, n. 31, maio-ago. 2007. p.x-y.

MELUCCI, A. **O jogo do eu.** A mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: editora, 2004.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓBREGA, Juliana da Silva. **As possibilidades de uma ecologia de saberes: a negociação de sentidos no processo de incubação.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

Noëlle Marie Paule Lechat. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2004.

OLIVEIRA, Maristela Miranda Vieira de. **Políticas públicas e economia solidária: uma análise da parceria entre o poder público municipal e as iniciativas populares solidárias de Vitória da Conquista**. Dissertação de Mestrado profissionalizante. Salvador-BA: Programa de pós graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional – Universidade do Estado da Bahia. 2008.

PEREIRA, Elizete Alvarenga. **Metendo a mão na massa: uma experiência de economia solidária em Imbariê**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, programa de pós graduação em Política Social. 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo**. Otra Economía - Volumen II - Nº 3 - 2º semestre. 2008

PIRES, Sanyo Drummond. **A Dimensão psicossocial da autonomia em cooperativas de trabalho**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Psicologia. 2005.

PIT DAL MAGRO, Márcia Luiza. **Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2006

RECK, Jair. **A Consciência Política dos Cooperados do MST: O Caso da COOPAC - Campo Verde-MT**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2005.

SANDOVAL, Salvador A. M. **A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais**. **Revista Educação e Sociedade**. n 34. Local: editora, dez. 1989. p.x-y.

_____ **Considerações sobre aspectos microssociais na análise dos movimentos sociais**. **Revista Psicologia e Sociedade**. 7. São Paulo: editora, set. 1989. p.x-y.

_____ **Os trabalhadores param: greves e mudanças sociais no Brasil, 1945-1990**. São Paulo: Ática. 1993.

_____ **Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil**. In: SPINK, M. J. (org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez. 1994. p.x-y.

_____ **O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social**. In: **Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1997. p.x-y.

_____ **The Crisis of the Brazilian Labor Movement and Workers Political Consciousness**. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 01, p. 173-195, 2001. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Salvador.pdf>. acesso em: 13 dez. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** (org). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** Cortez Editora, 2005

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: “Um Discurso sobre as Ciências” Revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Do pós-moderno ao pós-colonial.** Conferência de abertura do Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra, setembro de 2004.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. ; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado.** Brasília: editora, v. 21, n.1, jan./abr. 2006. , p. 109-130.

_____. ; KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SENGER, Neuri Eliezer. **Autogestão: A organização Coletiva do Trabalho na Coopertan.** Monografia de Pós-graduação *Lato Sensu*. Tangará da Serra: Universidade do Estado de Mato Grosso.2008

SGUAREZI, Sandro. B.; LIMA, Ana M. De; BORGES, Juliano L. Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores em Tangará da Serra-MT. *In: XXVII CONGRESSO ALAS-Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Latinoamérica interrogada: Depredación de Recursos Naturales, Democracia Participativa, Escenarios Productivos y Construcción de Conocimiento.* 27., 2009. Buenos Aires-AR., 2009.

_____. ; Et. all. Organização familiar rural da Gleba Triângulo: Tangará da Serra-MT. *In: ZART, Laudemir L.; Et. all (Org.).. Educação e Socioeconomia Solidária: Processos Organizacionais Socioeconômicos na Economia Solidária.* Série Sociedade Solidária. Cáceres:Ed.UNEMAT, vol. 3, 2009. Cap. II. p. 139-158.

SÍCOLI, Juliana Lordello. **Potencialidades e limites da autogestão ao nível da organização do trabalho e suas repercussões á saúde dos trabalhadores:** estudo etnográfico da Coopermape – Cooperativa de Reciclagem de Matéria-Prima de Embu. Dissertação de Mestrado em Psicologia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. 2007.

SILVA, Alessandro Soares. **Marchando pelo arco-íris da política:** A parada orgulho LGBT na construção da consciência dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese de

doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. 2006.

_____. Consciência e participação política: uma abordagem psicopolítica. **Revista Interações**. Jun-dez. ano/vol: VI, número: 012. São Paulo: Universidade de São Marcos, 2001. P.x-y.

SILVA, Rosalina Carvalho. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas. In Minuta do Capítulo do Livro: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. 1998 **Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa-Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP USP/CAPEs**. São José do Rio Preto: Legis-Summa, 1998. disponível em: <<http://www.usp.br/nepaids/Dicotomia.pdf>>. Acess em: 08 jun. 2008.

SINGER Paul. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT, 1999. p. x-y.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos avançados., 2004, vol.18, no.51.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In. SANTOS, B. (Org) **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002b. p. x-y.

_____. **Entrevista com Paul Singer sobre economia solidária**. Cedida para ESALQ – USP, disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/~geedes/entrevista.html>>, acessado 10 out de 2005.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, v.15, n.2, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 out 2007.

SOUZA André Ricardo de. **O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico** in Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina. Neusa Maria Dal Ri (org.). Associação das Universidades Grupo Montevideu. – São Paulo: Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária ; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Tradução de Francisco Moras. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. KHOSROKHAVAR, Farhad. **A procura de si: diálogo sobre o sujeito**. Tradução de Maria Ludovina Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis: Vozes, 2006.

VENDRAMINI, Ana Paula. **O gesto e a persona na concepção de George Herbert Mead e sua relevância para a compreensão das rupturas intersubjetivas:** discussão no contexto de uma cooperativa popular. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. 2006.

VERONESE, Marília Verissimo. **A psicologia na transição paradigmática:** um estudo sobre o trabalho na economia solidária. Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional 2004.

_____. **Psicologia e economia solidária.** Aparecida: Idéias e Letras, 2007.

_____; GUARESCHI, Pedrinho. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2008.

APÊNDICE 1: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

DADOS REFERENTES AO ENTREVISTADO:

Nome:
 Idade:
 Naturalidade:
 Escolaridade:
 Estado civil:
 Nome do cônjuge:
 Número de filhos:
 Participante do EES desde:

Questões para levantar os motivos que levaram as pessoas a participarem do EES

Como conheceu o EES?
 Quais os motivos que os levaram a participar do EES?
 Há benefícios em participar do EES?

Questões para levantar sobre a identidade coletiva e identificação com o EES

O que significa ser membro do EES?
 Ser cooperado é diferente de ser trabalhador assalariado? Quais as principais diferenças?
 O que você considera necessário para viver em associação/cooperativa? Você percebe isso no Empreendimento?
 Existe um projeto político defendido pelo EES? Qual?
 Os membros do EES participam das decisões? De que forma e em que nível?
 Como é realizado a escolha dos dirigentes do EES? Como você avalia essa forma?

Questões com o objetivo de captar seus conflitos, suas expectativas, realizações e suas decepções em relação ao trabalho cooperado.

Quais as maiores dificuldades enfrentadas por vocês no processo de cooperação?
 O que você esperava, e que não aconteceu? Você acha que ainda vai acontecer?
 Qual sua avaliação das relações dentro do EES?
 Como você vê a atuação das lideranças no EES?
 Quais os valores que você considera mais importantes que são vividos no EES?

Questões com objetivo de verificar a percepção dos mesmos sobre o processo de formação/conscientização ocorrido através da participação no EES

Participar do EES trouxe alguma contribuição para a sua vida?
 Como você avalia sua participação no EES?
 Quais são os aspectos da vida no dia a dia que são decididos coletivamente? Deveria ser ampliado ou diminuído o poder deste coletivo sobre a vida pessoal?
 Você se considera uma pessoa livre? O que é necessário para tal?

Questões com objetivo de apreender as suas análises do processo de partilha dos trabalhos e dos frutos produzidos.

Como se dá a escolha do que produzir? Quanto produzir? E quanto trabalhar?
Houve melhoria nas condições de vida após tornarem-se participante do EES? O que mudou?
No trabalho, na família, na comunidade?

Questões com objetivo de captar a compreensão dos membros quanto à identificação de aliados e possíveis inimigos da ação do EES.

Há participação em atividades, lutas sociais fora da EES?
Existem pessoas ou grupos contrários dentro da EES, da comunidade, na sociedade? Quem e por quê?